

**UNIVERSIDADE ABERTA**



**A UNIVERSALIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA SUA  
SINGULARIDADE: ABORDAGENS FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAIS  
SOBRE CRIMES DE GÊNERO EM UMUARAMA - PR**

**Renata Ortiz da Silva**

**Nº 1601966**

**Mestrado Estudos sobre as Mulheres: Gênero, Cidadania e Desenvolvimento**

**2020**

**UNIVERSIDADE ABERTA**



**A UNIVERSALIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA SUA  
SINGULARIDADE: ABORDAGENS FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAIS  
SOBRE CRIMES DE GÊNERO EM UMUARAMA - PR.**

**Renata Ortiz da Silva**

**Nº 1601966**

**Mestrado Estudos sobre as Mulheres: Gênero, Cidadania e Desenvolvimento**

**Dissertação orientada pelo (a)**

**Professora Doutora Teresa Joaquim**

**Professor Doutor Claudinei Aparecido de Freitas da Silva**

**2020**

## RESUMO

Esta pesquisa caracterizou a violência doméstica sofrida por mulheres, um tema que tem sido objeto de estudo no âmbito nacional e internacional. No Brasil, a legislação que ampara os aspectos legais da mulher em situação de violência é a Lei Nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha. O objetivo central deste trabalho é analisar a violência contra a mulher a partir de 11 relatos de mulheres atendidas na Delegacia da Mulher (DM) de Umuarama - Paraná – Brasil, a fim de compreender: como a singularidade e a universalidade se encontram em um relato com situações de violência de gênero? Quais elementos impedem a mulher de romper e/ou resistir quando há situação de violência? As hipóteses levantadas foram: o papel histórico da mulher na sociedade atrelado à submissão ao homem, bem como a ausência do Estado em proporcionar segurança para a mulher, o que, por muitas vezes impossibilita romper o quadro de violência que vivencia. O processo de investigação foi ancorado no levantamento de referencial teórico e estudo de caso. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada. Para a análise dos dados, utilizou-se o método progressivo-regressivo, proposto por Sartre no quadro de sua fenomenologia existencial. A partir desta pesquisa, constatou-se que a violência psicológica e/ou verbal esteve presente em todas as entrevistas realizadas, e que a violências física, ameaça, coação e descumprimento de medida protetiva, foram outras configurações que a violência assumiu entre as entrevistadas, sendo que seus maridos/companheiros foram os agressores. Como justificativa para não romper o relacionamento diante das agressões, as entrevistadas relataram o seguinte: medo do agressor, instabilidade financeira e falta de apoio familiar, que na perspectiva sartriana podem ser consideradas como má-fé. As sequelas da violência vivenciada dividem-se em: físicas (hematomas), psicológicas (processos depressivos, ansiedade, e tentativas de suicídio) e sociais (isolamento social). No que se refere às relações familiares, algumas entrevistas descrevem histórico de violência na sua família de origem. Sobre o atendimento ofertado, as entrevistadas afirmam conhecer somente a delegacia da mulher, e terem acesso a poucas informações sobre seus direitos. A investigação nos mostrou que as hipóteses levantadas nesta pesquisa foram confirmadas e que os dados resultantes desta pesquisa fornecem subsídios para que o município de Umuarama-PR repense e reorganize a oferta de políticas públicas para mulheres.

**Palavras-chave:** Mulher; Violência; Doméstica; Método Progressivo-Regressivo; Fenomenologia Existencial; Jean-Paul Sartre.

## **ABSTRACT**

This research characterized the domestic violence suffered by women, a theme that has been the object of study at national and international scopes. In Brazil, the legislation that supports the legal aspects of women in situations of violence is Law No. 11,340 / 2006 - Law Maria da Penha. The main objective of this work is to analyze violence against women from 11 reports of women treated at the Women's Police Station (DM) in Umuarama - Paraná - Brazil, in order to understand: how individuality and universality are found in a report with situations of gender violence? What elements prevent women from breaking up and/or resisting when there is a violence situation? The hypotheses raised were: the historical role of women in society linked to submission to men, as well as the State's absence in providing security for women, which, many times, makes it impossible to break the violence situation they experience. The investigation process was anchored in the survey of theoretical references and case study. Data collection was performed through semi-structured interviews. For data analysis, the progressive-regressive method, proposed by Sartre in the framework of his existential phenomenology, was used. From this research, it was found that psychological and/or verbal violence was present in all interviews, and that physical violence, threat, coercion and non-compliance with protective measures, were other configurations that violence assumed among the interviewees, being that their husbands/companions were the aggressors. As a justification for not breaking the relationship in the face of aggression, the interviewees reported the following: fear of the aggressor, financial instability and lack of family support, which in the Sartrian perspective can be considered as bad-faith. The consequences of the violence experienced are divided into: physical (bruises), psychological (depressive processes, anxiety, and suicide attempts) and social (social isolation). Regarding family relationships, some interviews describe a history of violence in their family of origin. Considering the service offered, the interviewees claim to know only the women's police station, and have access to little information about their rights. The investigation showed us that the hypotheses raised in this research were confirmed and that the data resulting from this research provide subsidies for the municipality of Umuarama-PR to rethink and reorganize the offer of public policies for women.

**Key-words:** Woman, Domestic Violence; Progressive-Regressive Method; Existential Phenomenology; Jean-Paul Sartre

## RÉSUMÉ

Cette recherche a caractérisé la violence domestique subie par les femmes, un thème qui a fait l'objet d'études aux niveaux national et international. Au Brésil, la législation qui soutient les aspects juridiques des femmes dans les situations de violence est la loi n ° 11 340/2006 - Loi Maria da Penha. L'objectif principal de ce travail est d'analyser la violence à l'égard des femmes à partir de 11 rapports de femmes traitées au poste de police pour femmes (PPF) à Umuarama - Paraná - Brésil, pour comprendre: comment se conjuguent singularité et universalité dans un rapport sur les situations de violence de genre? Quels éléments empêchent les femmes de se séparer et / ou de résister en cas de violence? Les hypothèses soulevées étaient: le rôle historique des femmes dans la société lié à la soumission aux hommes, ainsi que l'absence de l'État pour assurer la sécurité des femmes, ce qui, bien souvent, rend impossible de briser la situation de violence qu'elles subissent. Le processus d'investigation était ancré dans l'étude du cadre théorique et l'étude de cas. La collecte des données a été réalisée au moyen d'entretiens semi-structurés. Pour l'analyse des données, la méthode progressive-régressive, proposée par Sartre dans le cadre de sa phénoménologie existentielle, a été utilisée. À partir de cette recherche, il a été constaté que la violence psychologique et / ou verbale était présente dans tous les entretiens, et que la violence physique, la menace, la coercition et le non-respect des mesures de protection étaient d'autres configurations que la violence assumait parmi les personnes interrogées, étant que leurs maris / compagnons étaient les agresseurs. Pour justifier de ne pas rompre la relation face à une agression, les personnes interrogées ont rapporté ce qui suit: la peur de l'agresseur, l'instabilité financière et le manque de soutien familial, ce qui, dans la perspective sartrienne, peut être considéré comme de la mauvaise foi. Les conséquences de la violence subie sont divisées en: physiques (ecchymoses), psychologiques (processus dépressifs, anxiété et tentatives de suicide) et sociales (isolement social). En ce qui concerne les relations familiales, certains entretiens décrivent des antécédents de violence dans leur famille d'origine. Concernant le service offert, les personnes interrogées affirment ne connaître que le poste de police des femmes et avoir accès à peu d'informations sur leurs droits. L'enquête nous a montré que les hypothèses soulevées dans cette recherche étaient confirmées et que les données issues de cette recherche permettent à la commune d'Umuarama-PR de repenser et de réorganiser l'offre de politiques publiques en faveur des femmes.

**Mots-clés:** femme; Violence domestique; Méthode progressive-régressive; Phénoménologie existentielle; Jean-Paul Sartre.

## **Dedicatória**

Dedico esta pequena pesquisa a todas as mulheres vítimas de violência doméstica que me tocaram com suas histórias e permitiram que eu tocasse a vida delas...  
Dedico a minha filha, que ela escreva sua história no livro da vida a partir das suas escolhas...

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar agradeço a Deus, sem Ele, minha dissertação não teria se tornado uma realidade. Não posso deixar de mencionar que esta dissertação foi escrita em um momento caótico em minha vida pessoal. Logo após realizar a pesquisa de campo, minha filha nasceu em um parto prematuro aos 06 meses, e assim começamos uma nova história, com muitos obstáculos, porém com alegrias e vitórias. Hoje minha pequena está com dois anos e segue escrevendo a sua história no livro da vida.

Diante disso, as primeiras pessoas pelas quais tenho eterna gratidão são meus orientadores, professora Teresa e Professor Claudinei. Além de orientadores, tornaram-se amigos queridos durante esse processo de escrita. Acolheram minhas angústias, ausência e perdoaram os prazos não cumpridos. Sem a importante contribuição de vocês, não teria sido possível a conclusão desta pesquisa, confesso que pensei muitas vezes em desistir.

À professora Teresa, além das orientações, do olhar acolhedor, do cuidado e zelo comigo e com minha pequena, ainda agradeço a orientação e disponibilidade em ampliar junto à Universidade Aberta de Lisboa os prazos para conclusão desta dissertação.

Ao professor Claudinei, um querido docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) campus Toledo, agradeço por ter aceito a coorientação desta dissertação, por ter me acolhido em sua casa, pelo apoio, mediação e proximidade física junto às atividades de mestrado, pelas horas de orientação, indicação de congressos e eventos, permitindo que eu estivesse presente a fim de que estes contribuíssem para meu crescimento pessoal e profissional.

Agradeço aos meus pais Antonio e Sonia, por possibilitar uma infância e adolescência de afeto, amor e segurança e ainda terem me incentivado desde muito nova a estudar. A minha irmã Silvia, meu cunhado Natanael e minha sobrinha Helena, obrigada pelo apoio. Em especial, agradeço a minha mãe, um exemplo de mulher, profissional, mãe e ser humano. Vinda de uma família de 11 irmãos, lutou desde cedo para estudar. Eu me recordo com muito orgulho de vê-la concluir o ensino médio e conseguir uma bolsa do Prouni para cursar a graduação de Serviço Social, enquanto eu concluía a graduação em psicologia. Hoje, essa mulher que é Mestre em Serviço Social, é meu apoio, meu colo e foi, sem dúvida, a maior incentivadora para que eu concluísse esta dissertação.

Agradeço a minha família, meu esposo e companheiro de vida Rafael, que sempre me incentivou a trilhar os caminhos que meu coração desejasse. Obrigada pelo apoio e

incentivo incondicional em minha trajetória acadêmica e profissional, e ainda, por ser o melhor pai do mundo para nossa pequena, fazendo-se presente na minha ausência e ensinando a importância da leitura a ela. A minha filha Lara, que literalmente cresceu junto com esta dissertação, que escuta Simone de Beauvoir e Sartre desde a infância, que adora falar Sartre, que é apaixonada por livros, que é o ser mais resiliente e forte que conheço, obrigada por compreender as minhas ausências, pelas nossas leituras diárias, por seu amor infinito, e principalmente, por ter escolhido ficar conosco.

Aos meus amigos, Yolanda, Anderson e Gabriel, agradeço pelo apoio tecnológico, pela amizade, acolhida e por estarem sempre conosco. Em especial, a minha amiga/irmã Yolanda, obrigado por colorir e apresentar leveza a minha vida, por escutar as minhas angústias, por me incentivar e acreditar que eu conseguiria concluir o mestrado.

As minhas amigas, Diele, Sonia, Amélia, Joze, Yolanda, Andressa, Cinthia, Marcia, Mariana, Nerina, Renata, Thaimely e Raquel, agradeço por compreenderem a minha ausência e vibrarem comigo em cada conquista. Ainda, em especial a Nerina, que cuida da minha pequena com tanto afeto e carinho.

À psicoterapeuta e amiga Isabela, que possibilitou meu primeiro contato com o existencialismo sartreano. Esteve comigo em diversas fases da minha vida e não poderia ter sido diferente durante o mestrado. É uma pessoa em que eu me espelho, principalmente por contribuir com meu crescimento pessoal e profissional. Agradeço o acolhimento, a escuta e por colaborar na ampliação do meu olhar frente as diversas possibilidades de vida.

As minhas colegas de trabalho, do Serviço de Atendimento Psicológico: Cinthia, Marcia, Cleide, Marcia, Raquel, Fabiana, Lilian, Ana Júlia e Fernanda. E, da Psicoclínica: Dulce, Vanete, Monica, Eliana, Mariana e Luzia, agradeço ao acolhimento e apoio durante a trajetória desde mestrado.

Aos colegas que o mestrado acrescentou em minha vida, em especial a Camila, Thiago e Roseane, obrigada pelas discussões fenomenológicas e pelas parcerias nos congressos.

Agradeço a Dr. Sandriane, neurologista que me apoiou e contribuiu com discussões referente a esta pesquisa. À equipe da Uti Neonatal da Santa Casa de Maringá e à equipe médica e multidisciplinar da minha filha, sem o cuidado e olhar carinhoso de vocês não teria sido possível a finalização desta dissertação.

À Professora Sylvia Mara, a minha mãe Sonia e aos meus amigos Andressa e Thiago, pela contribuição na construção do projeto de pesquisa desta dissertação. Obrigada pela disponibilidade em discutir e ampliar meu olhar frente as possibilidades de pesquisa. Novamente agradeço à minha mãe Sonia, ao meu esposo Rafael, e as minhas amigas Diele, Cinthia e Marcia por disponibilizarem de seu tempo para ler, corrigir e sugerir novos caminhos.

À equipe da Delegacia da Mulher do município de Umuarama, em especial a Dr. Isabelle, obrigada por disponibilizar o espaço para a realização desta pesquisa, bem como pelas discussões sobre a violência doméstica. À equipe do Fórum de Umuarama, do Conselho Municipal da Mulher, da Casa dos Conselhos, do CREAS/CRAM, da Câmara de Vereadores, dos amigos Ivo e Márcia, pela contribuição na investigação de materiais que respaldassem a construção histórica da Política da Mulher em Umuarama.

Agradeço aos professores do júri, André Barata e Rosana de Lemos Sousa Albuquerque, que disponibilizaram do seu tempo para corrigir esta dissertação e contribuir com a minha trajetória acadêmica.

E, por fim, agradeço aos meus clientes. Obrigada por permitirem que eu tocasse a vida de vocês por meio da psicologia e do olhar fenomenológico existencial, mas principalmente, obrigada por me tocarem com suas histórias que proporcionam diariamente o meu crescimento pessoal e profissional.

## ÍNDICE

RESUMO.....	iii
ABSTRACT.....	iv
RÉSUMÉ.....	v
LISTA DE ABREVIATURAS.....	13
INTRODUÇÃO.....	15
1. SARTRE: PSICANÁLISE EXISTENCIAL E MÉTODO PROGRESSIVO- REGRESSIVO.....	20
1.1 POSIÇÃO PRELIMINAR.....	20
1.2 A PSICANÁLISE DE FREUD.....	24
1.3 PSICANÁLISE EXISTENCIAL.....	29
1.3 MÉTODO PROGRESSIVO-REGRESSIVO.....	34
2. FEMINISMO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	44
2.1 POSIÇÃO PRELIMINAR.....	44
2.2 GÊNERO, CIÊNCIA E FEMINISMO.....	45
2.3 INSERÇÃO DA MULHER NAS RELAÇÕES DE TRABALHO.....	49
2.4 SUBORDINAÇÃO DA MULHER.....	55
2.5 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	60
2.6 HISTÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES NO BRASIL.....	69
3: CRIME CONTRA AS MULHERES EM UMUARAMA E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	78
3.1. POSIÇÃO PRELIMINAR.....	78
3.2 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	79
3.3 HISTÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES EM UMUARAMA.....	81
3.3.1 Órgãos de Atendimento às Mulheres em Umuarama.....	90
3.4 ANÁLISE DOS DADOS.....	94
3.4.1 Análise dos registros de inquérito policial.....	94
3.4.2 Análise das entrevistas.....	98
3.4.2.1 Dados de identificação.....	99
3.4.2. 2. Dados da ocorrência.....	109
3.4.2.3 Atendimento após a Situação de Violência.....	115
3.4.2.4. Situação Emocional.....	118
3.4.2.5. Rede Social.....	119
3.4.2.6. Rede de Apoio após a Situação de Violência Vivida.....	120
3.4.2.7 A Rede de Suporte Familiar.....	121
3.4.2.8. Genograma.....	122
3.4.2. 9. Questões Finais.....	125
3.5 POLÍTICAS PÚBLICAS: SOLUÇÕES DE CONFLITOS.....	129
CONCLUSÃO.....	133
REFERÊNCIAS.....	139
ANEXOS.....	148
DIREITOS CONQUISTADOS NA HISTÓRIA.....	148
ANEXO II: ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADA.....	157

ANEXO III: TERMO DE CIÊNCIA DO RESPONSÁVEL PELO CAMPO DE ESTUDO .....	161
ANEXO IV: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	163

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Análise dos registros de inquérito policial .....	96
Gráfico 2 - Entrevistadas .....	98
Gráfico 3 – Idade .....	100
Gráfico 4 - Escolaridade .....	101
Gráfico 5 - Estado civil .....	102
Gráfico 6 - Filhos .....	102
Gráfico 7 - Reside com quem .....	104
Gráfico 8 - Familiares na cidade .....	105
Gráfico 9 - Ocupação .....	106
Gráfico 10 - Renda familiar .....	107

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

APROMO (Associação de Apoio à Promoção Profissional)  
ASSEMPA (Associação das Entidades de Mulheres do Paraná)  
BO (Boletim de Ocorrência)  
CAMUR (Coordenadoria das associações de moradores de Umuarama e região)  
CMDM (Conselho Municipal dos Direitos da Mulher)  
CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher)  
CRAM (Centro de Referência de Atendimento à Mulher)  
CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social)  
CPA (Centro de Psicologia Aplicada)  
DM (Delegacia da Mulher)  
ENF (Encontros Nacionais de Feminista)  
GTI (Grupo de Trabalho Interministerial)  
IP (Inquérito Policial)  
MP (Medida Protetiva)  
NIEM (Núcleo Interdisciplinar dos Estudos sobre Mulher e Gênero)  
OAB (Ordem dos Advogados do Brasil)  
PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos)  
PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher)  
PNPM (Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres)  
SAIJ (Serviço Auxiliar da Infância e da Juventude)  
SAP (Serviço de Atendimento Psicológico)  
SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência)  
SEPPIR Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial)  
SPM (Secretária Especial de Políticas para as Mulheres)  
TOC (Transtorno Obsessivo Compulsivo)  
UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)  
UNIPAR (Universidade Paranaense)



## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve como temática, a universalidade da violência contra a mulher na sua singularidade: abordagens fenomenológico-existenciais sobre crimes de gênero em Umuarama - PR. Para tanto, Schneider descreve que:

o ponto de partida da investigação devem ser os aspectos concretos de sua vida, ou seja, as diferentes dimensões da vida de relações. O caminho da investigação deve desvelar, entre estes diferentes aspectos e dimensões, aquilo que processa a unificação do conjunto, que é o *ser* do sujeito, ou seja, seu *projeto* original.

(Schneider, 2008: 295)

Assim, delineamos os seguintes objetivos: contextualizar a violência contra a mulher no Brasil, compreender como as mulheres em situação de violência percebem este fenômeno, identificar os obstáculos para romper com a situação de violência contra a mulher, e, por fim, compreender a história de vida das mulheres atendidas na Delegacia da Mulher de Umuarama - PR, durante o mês de maio de 2018, e como estas mulheres lidam com as histórias de violência.

O contexto desta dissertação trata da violência doméstica contra mulheres circunscrita à área do município de Umuarama, no estado do Paraná, tendo como pressuposto teórico a psicanálise existencial e o método progressivo-regressivo formulados por Jean-Paul Sartre (1943/2015 e 1960/2002). Filósofo, influente e pensador francês, que, juntamente com Simone de Beauvoir (1949a/2016a), nos instigam a pensar as possibilidades do ser humano, e como este pode ampliar o seu olhar, realizando escolhas diversas em sua vida, Sartre constrói uma perspectiva original no sentido de repensar a condição humana. Ora, é nessa direção que a pesquisadora deste trabalho, psicóloga de formação e atuante clinicamente, se interessa pelas mazelas sociais desde a adolescência, mas somente após iniciar o curso de psicologia, precisamente durante um estágio que iniciou no 3º ano de faculdade, realmente conseguiu voltar seu olhar para as questões da violência doméstica. Assim, posteriormente, após concluir a graduação, teve a oportunidade de atuar novamente nas políticas públicas para mulheres, o que impulsionou o desejo de realizar este estudo.

Para Chauí (2011: 241-242), a violência constitui “tudo que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser [...] é coagir, constranger, torturar, brutalizar [...] é violar”. Este trabalho trata exatamente disto, de pensar o ser humano que sofre a violência, mais

precisamente, a mulher, como bem observa Simone de Beauvoir (1949a/2016a) em seu livro *Segundo Sexo*, o *Outro*. A mulher é vista, não somente pelo seu algoz, mas pela sociedade, como o *Outro*, e sendo o *Outro* a violência contra a mulher por muito tempo foi naturalizada.

A partir da temática definida, este trabalho foi dividido em três capítulos, com o objetivo de discutir questões teóricas referente à filosofia existencialista, violência doméstica e políticas públicas para mulheres. No primeiro capítulo, buscamos compreender o percurso de Sartre para descrever o método proposto para análise da pesquisa realizada. Para tanto, iniciamos com um breve ensaio sobre a psicanálise de Freud, a psicanálise existencial: liberdade e condição humana como projeto. Por fim, o nosso estudo se debruça sobre o método progressivo-regressivo, primeiramente descrito por Lefebvre e depois exposto por Sartre no texto *Questão do Método*, na *A Crítica da Razão Dialética* (Sartre, 1960/2002), que nas palavras do filósofo, este método se configura:

[...] Definiremos o método de abordagem existencialista como um método regressivo-progressivo e analítico-sintético; é ao mesmo tempo, um vaivém enriquecedor entre o objeto (que contém toda a época como significações hierarquizadas) e a época (que contém o objeto em sua totalização), como efeito, quando o objeto é reencontrado em sua profundidade e singularidade, em vez de permanecer exterior à totalização (como era até então, o que os marxistas consideravam como sua integração na História), entra imediatamente em contradição com ela; em poucas palavras, a simples justaposição inerte da época e do objeto dá lugar bruscamente a um conflito vivo.

(Sartre, 1960/ 2002: 112-114)

Já, no segundo capítulo, partimos para uma investigação teórica sobre o tema central deste estudo. Intitulamos este como: Feminismo e a violência doméstica. Nesta parte da dissertação, buscamos um resgate referente a alguns pontos que consideramos cruciais ao que se refere à violência contra a mulher, sendo eles: gênero, ciência e feminismo, inserção da mulher nas relações de trabalho, subordinação da mulher, violência doméstica e, por fim, a história das políticas públicas para mulheres no Brasil. Ao buscar compreender as questões envolvidas na violência doméstica, ficou evidente como esta é vista com o *Outro* da relação, sendo submissa e muitas vezes dominada pelo homem.

Amâncio (2003:702), ao falar sobre gênero e dominação ressalta que gênero não pode ser sinônimo de mulher, e que este “refere-se a uma relação social, e não a uma propriedade de indivíduos concretos, e essa relação, que é marcada pela assimetria no plano dos significados e define um contexto de dominação, é socialmente construída”. Assim, compreendemos que a aceitabilidade da violência doméstica, parte de uma relação socialmente estabelecida e que precisa ser repensada.

Ainda no segundo capítulo, no último subtópico, como veremos adiante, primeiro ocorre um grande avanço nas discussões abordando a temática de violência doméstica, com a aprovação da Lei 11.340/2006, Lei Maria da Penha, que trata do atendimento integral a mulher vítima de violência. Contudo, desde o ano de 2015, fica evidente um retrocesso nas políticas públicas para mulheres no Brasil.

Por fim, no terceiro e último capítulo, analisamos a violência doméstica contra as mulheres no município de Umuarama-PR, cidade polo desta pesquisa. Nomeamos este capítulo: “Crime contra as mulheres em Umuarama e políticas públicas”. Em um primeiro momento, descrevemos a metodologia utilizada para realização e análise da pesquisa, sendo utilizado como instrumental a entrevista semiestruturada para estudo de casos. “O estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro de seu contexto de realidade” (Gil *apud* Yin, 2010: 58). Nesta perspectiva, realizou-se a pesquisa no espaço físico da Delegacia da Mulher, sendo que em um curto espaço temporal, a pesquisadora obteve acesso a realidade dos atendimentos prestados à mulher, vítima de violência doméstica.

Neste capítulo, com o objetivo de compreender como foi constituído o atendimento à violência doméstica, escrevemos um subtópico referente a história das políticas públicas para mulheres no município de Umuarama, adotando o mesmo formato usado em nível nacional, ou seja, observa-se primeiro os avanços e, após, os retrocessos ligados ao trabalho proposto para mulheres.

Ainda no terceiro capítulo, realizamos a análise de dados por meio dos registros de inquérito policial durante os anos de 2014 a 2018. Além disso, houve a análise das entrevistas sob o olhar do método progressivo-regressivo e referencial teórico estudado. Na análise destas, subdividimos a análise nos itens propostos no instrumental da pesquisa, sendo eles: dados de identificação, dados da ocorrência, atendimento após a situação de violência, situação emocional, rede social, rede de apoio após a situação de violência vivida, rede de suporte familiar, genograma e questões finais. Por fim, encerramos este capítulo com a temática: Políticas públicas: soluções de conflitos, sendo que, apesar de compreendermos a dificuldade financeira em manter programas de atendimento à mulher vítima de violência doméstica, pensamos em algumas soluções.

Ainda na análise, procuramos entender como descreve Freitas (2018: 101) que, “[...] a compreensão deve ter um movimento duplo, dialético, que ao mesmo tempo em que

parte do singular compreende o universal, tanto quanto partindo deste chega à singularidade da relação”. Assim, ao entrevistar as mulheres em situação de violência, ao remeter para o passado a partir do método progressivo-regressivo, houve a uma possibilidade de realizar essa ressignificação de suas escolhas, e talvez, conseguir romper, de fato, com essa violência.

Por fim, como descreve Perdigão (1995: 33) “o homem de Sartre é um homem situado em nosso mundo, com nossos problemas e conflitos de todos os dias, e não uma ideia abstrata que só existe na mente dos pensadores”. Assim, esta pesquisa trata da vida cotidiana de mulheres que vivem em situação de violência doméstica.

**CAPÍTULO 1: SARTRE: PSICANÁLISE EXISTENCIAL E MÉTODO  
PROGRESSIVO-REGRESSIVO**

# 1. SARTRE: PSICANÁLISE EXISTENCIAL E MÉTODO PROGRESSIVO-REGRESSIVO

## 1.1 Posição preliminar

Esta dissertação tem como objetivo, considerando a conjugação da psicanálise existencial e o método progressivo-regressivo formulados por Sartre como pano de fundo, analisar a violência de gênero, mais sintomaticamente, a violência contra a mulher a partir dos relatos de mulheres atendidas na Delegacia da Mulher (DM) de Umuarama, no mês de maio de 2018. Para tanto, faz necessário uma base teórica que permita um olhar sem preconceitos para o ser humano. Trata-se, neste recorte, de um olhar para as mulheres que se percebem diariamente em situações de violência doméstica. Tendo em vista a perspectiva existencial sartriana, Perdigão (1995: 33), escreve em seu texto que “a filosofia sartriana não nos diz ‘como a vida deve ser vivida’, nem pergunta ‘por que o homem existe’: limita-se a descrever o que a vida é, que tipo de Ser o homem é”. Nesse sentido, não cabe aqui o julgamento da mulher que escolhe continuar em situação de violência, mas justamente de compreender o sentido que a leva a esta situação. Aqui, quando me refiro que a mulher escolhe continuar em situação de violência, digo, tendo como base a própria filosofia sartriana, que considera o homem um ser livre, mesmo reconhecendo que essa liberdade, ao mesmo tempo que o liberta, o aprisiona.

Ainda compartilho da ideia de Perdigão (1995: 33), quando este afirma que “o homem de Sartre é um homem situado em nosso mundo, com nossos problemas e conflitos de todos os dias, e não uma ideia abstrata que só existe na mente dos pensadores”. Assim, vejo as mulheres, tema desta pesquisa, como seres que, por algum motivo em sua existência não conseguem romper com o ciclo da violência. Trata-se, em termos sartrianos, de seres que se percebem como um gênero de Em-Si, com o seu Ser acabado, inerte a qualquer possibilidade de mudança de estar no mundo de outra forma. Tais seres não conseguem perceber que, enquanto estiverem vivas, antes de serem puros objetos, projetam-se como um Para-Si, e, portanto, dentro do seu campo de possibilidades podem escolher outros caminhos a seguir.

Sartre deixou um arsenal de publicações que seria impossível utilizá-los integralmente nesta pesquisa. Para tanto, a pesquisa opta por focar nesta escrita em alguns

textos que estão publicados no livro *O Ser e Nada* (1943/2015), e *A Crítica da Razão dialética* (1960/2002).

Para Perdigão (1995: 22), em *O Ser e o Nada*, Sartre deixa claro o que considera um dos principais conflitos do homem: a sua liberdade, quer dizer, “o homem é livre”. Para tanto, “o homem deve criar a sua própria essência, e para isso deve lançar-se ao mundo, sofrendo e lutando, assim definindo-se pouco a pouco”. Os pressupostos de Sartre indicam que a “existência precede a essência” (Sartre, 1943/2015: 695), ou seja, primeiro é necessário existir e somente depois o ser humano é livre para buscar a sua essência. Pois bem, é nesse momento que começam os conflitos, uma vez que quando me vejo como um ser livre, isso me amedronta, embora muitas vezes tento colocar no outro a responsabilidade pelas minhas escolhas. É mais propriamente esse dado que me levará, no transcorrer da pesquisa, não somente nas entrevistas, mas dentro da minha prática profissional, a perceber de maneira muito evidente essa questão. Assim, em minha prática clínica, ao ser questionada por determinada escolha, percebo que a cliente e/ou as entrevistadas, culpabilizam o agressor por permanecer na situação de violência.

No *O Ser e o Nada* (1943/2015), Sartre descreve a condição humana a partir de sua individualidade. Ora, nessa obra, opto por partir do texto da psicanálise existencial, uma vez que, neste escrito, podemos começar compreender o método de Sartre, para depois ser aprofundado na *A Crítica da Razão Dialética* (1960/2002), obra essa em que será trabalhado o método regressivo-progressivo.

É dentro da psicanálise existencial que se percebe mais claramente uma das questões chave da filosofia sartriana para esta pesquisa, qual seja, a noção de projeto que pensamos em todo instante, que orienta as minhas ações. É o projeto que me permite ir e vir, em um Em-Si-Para-Si, em um passado, presente e futuro. E é também aqui que se observa um dos contrapontos entre a psicanálise freudiana e a psicanálise existencial. Quer dizer, enquanto a primeira ocupa-se do passado e dos traumas, a segunda, entende o papel do passado, mas objetiva o futuro, uma vez que é no futuro que se encontra o projeto, ou seja, busca compreender o projeto fundamental de todo ser.

O projeto é inerente na vida de todo sujeito, por mais que este considere que não tem um projeto. Ora, o fato de não ter um projeto já é um projeto em si. Ocorre que, durante a vida, construímos inúmeros projetos. São estes que me permitem viver o presente com o anseio de concretizar um projeto no futuro. Sartre (1943/2015: 691) em seu texto *O Ser e o*

*Nada* descreve críticas às “classificações de ‘projeto autêntico’ e ‘projeto inautêntico’ que Heidegger estabelece, precisamente por esse basear-se “na atitude do sujeito para com a sua própria morte” e considera que “o projeto original de um Para-si só pode visar seu próprio ser. [...] O Para-si, com efeito, é um ser no qual está em questão o seu ser em forma de projeto de ser”. O Para-si busca o Ser que somente existe no Em-si e acaba por estabelecer uma busca constante de se tornar um Em-si-Para-si, o que não é possível. Como bem nota o filósofo:

O Para-si é o ser que é para si mesmo sua própria falta de ser. E o ser que falta ao Para-si é o Em-si. O Para-si surge como nadificação do Em-si, e tal nadificação se define como projeto rumo ao Em-si: entre o Em-si nadificado e o Em-si projetado, o Para-si é nada. [...] Logo, a realidade humana é desejo de ser Em-si.

(Sartre, 1943/2015: 692)

Em seu texto, Sartre descreve que o ser humano busca ser um Em-si, algo acabado e não mutável, o que não é possível ao Para-si. Ao pensar sobre esta pesquisa que se apresenta, posso dizer que, se eu me entendo como uma mulher em situação de violência e sou um Em-si, portanto, não tem como sair dessa situação. Trata-se de enfrentar que sou um Para-si, e, nessa condição, me ver na possibilidade de ser o que eu quiser. Por mais que essa condição amedronte a mulher, ela deve, corajosamente, assumi-la. Ser um Em-si, me permite ser algo fechado, no caso em análise, ser vítima. Ao entender uma liberdade que já me é imposta pelo simples fato de existir, tenho a consciência de que se eu quiser posso escolher outros rumos a seguir. É quando surgem questionamentos pela mulher, para onde vou? O que posso ser? E se ele (agressor) cumprir as promessas? E se ele ameaçar, matar toda minha família? São indagações válidas, mas não ignoram o fato que eu posso escolher deixar de ser vítima, visto que não sou um Em-si.

O projeto fundamental é permeado pelos desejos e encontra-se em toda parte. No entanto, Sartre ressalta que ao se projetar, o Para-si busca o que lhe falta, ou seja, tem por objetivo ser um Em-si-Para-si. Como ele ainda observa:

[...] é este ideal que podemos chamar de Deus. [...] o que torna mais compreensível o projeto fundamental da realidade humana é afirmar que o homem é o ser que projeta ser Deus. [...] Ser homem é propender a ser Deus; ou, se preferirmos, o homem é fundamentalmente desejo de ser Deus.

(Sartre, 1943/2015: 693)

Quando se pensa no projeto de todo ser humano, é necessário compreender em como se estabelece a verdade humana por meio da liberdade. Esta última precisa ser

investigada. Todavia, isso não seria possível utilizando um método que busca catalogar condutas. Sartre, então, sugere um método que tenha por objetivo ir além, ou seja, que seja capaz de decifrar e interrogar tais condutas, tal método, é denominado de psicanálise existencial, que por sua vez compreende que homem é um ser em sua totalidade.

Sartre formula a proposta de uma psicanálise existencial, por não concordar com diversos quesitos pontuados por Freud, quando este fala na psicanálise, da estruturação da consciência, especificamente do inconsciente. Ao que se refere à consciência, uma questão importante entre Freud e Sartre, no Dicionário de Psiquiatria, encontramos esta definição:

Aquelas organizações psíquicas que se encontram em posição à expressão de ações instintivas. [...] De acordo com a psicanálise, quando atitudes, proibições e comando parentais assumem suas posições no inconsciente para formar o superego, este é a consciência. Mais tarde no desenvolvimento, quando começa a imitar outros fora do círculo familiar e desenvolve um ideal de ego, a criança adquire outra consciência. Há entretanto, uma continuidade entre os dois. [...] a função da consciência é alertar o ego para evitar as dores de sentimentos de culpa intensa.  
(Campbell, 2009: 155)

Para Sartre, é impossível existir dentro da consciência um campo que não pode ser alcançado pela própria consciência.

Ainda, Sartre (1943/2015: 87) faz outra crítica importante para sustentar a necessidade de uma psicanálise existencial. Tal crítica é dirigida à psicologia empírica, uma vez que esta considera o desejo como foco da “investigação psicológica”. Com isso, ao alcançá-lo, tal psicologia conclui a sua análise, considerando “o homem como sendo analisável e redutível a dados primordiais, a desejos (ou “tendências”) determinados, suportados pelo sujeito tal como as propriedades o são por um objeto”. Ora, partindo de tais pressupostos, a psicologia empírica não observa diversas questões importantes do seu cliente. Sartre, então, propõe um método que considere o ser humano em sua totalidade:

se admitirmos que a pessoa é uma totalidade, não podemos esperar reconstruí-la por uma adição ou uma organização das diversas tendências empíricas nela descobertas. Mas ao contrário, em cada inclinação, em cada tendência, a pessoa se expressa integralmente [...] devemos considerar em cada tendência, em cada conduta do sujeito uma significação que a transcenda.  
(Sartre, 1943/2015: 689-690)

Ao descrever a psicanálise existencial, Silva (2018: 72) pontua que, para Sartre, essa teoria “não se define por uma simples catalogação de condutas, tendências ou inclinações já que, antes, trata-se de decifrá-las, isto é, interrogá-las à luz da situação humana, o que exige, em rigor, outro método bem específico”. Perdigão (1995) acrescenta que o objetivo da psicanálise existencial será:

mostrar como certo indivíduo escolheu viver precisamente a vida que vive, esta e não outra qualquer – fato que os padrões da psicanálise freudiana não revelam. A psicanálise existencial deseja saber como este homem experimentou a sua situação, de maneira única, propriamente sua e de mais ninguém.

(Perdigão, 1995: 128)

A frase citada por Perdigão sobre os objetivos da psicanálise existencial vem ao encontro com as questões levantadas nessa dissertação, uma vez que em cada entrevista, a busca consistiu em exatamente compreender a singularidade do relato de violência vivenciado por cada mulher, ou seja, como cada vítima vivenciou a violência doméstica. Ainda, enquanto psicóloga, foi possível compreender que a cliente mulher muitas vezes apresentava dificuldade de adentrar na sua vivência e se perceber além do papel de vítima. Coube também observar sobre a importância de a mulher poder fazer novas escolhas e transformar a sua realidade de vida. É claro que essas escolhas não são fáceis, principalmente por não existir de fato (isso, porque temos diversas leis, mas estas não são cumpridas), uma rede de apoio à mulher em situação de violência, tema este que será, aliás, aprofundado no próximo capítulo.

Retomando a questão da psicanálise existencial, Perdigão (1995) ainda diz que todos somos sempre conscientes, porém nem toda consciência é cognoscente. Para tanto, ao conhecer-se, é possível descobrir o projeto fundamental. Fato é que, em nosso dia a dia, realizamos diversas escolhas. Muitas delas acreditamos serem automáticas, banais, só que, no entanto, são elas que determinam como me coloco no mundo, ou seja, que Ser decido ser, de modo que uma escolha vai se integrando a outras escolhas. Pois bem, é chamado por Sartre de totalização-em-curso, uma vez que em cada escolha se percebe o indivíduo como um todo. Assim, a consciência não pode ser vista com uma série de elementos dispersos, mas como uma unidade sintética.

## 1.2 A Psicanálise de Freud

Este trabalho não tem por objetivo focar na psicanálise de Freud, porém para compreender o método de Sartre, é necessário vislumbrar alguns aspectos da doutrina freudiana que se mostram, à primeira vista, como que incoerentes, em termos sartrianos. É partindo desse diagnóstico em suas obras iniciais que Sartre é levado a elaborar um método fenomenológico-hermenêutico, qual seja, o da Psicanálise existencial.

Antes, cabe lembrar que, em 1992 Peter Gay faz uma síntese e comenta algumas obras de Freud. Ora, em seu livro, Gay (1992) reconstitui, passo a passo a biografia de Sigmund Freud, levando em conta ainda certos momentos a fim de compreender como Freud chegou à psicanálise. Freud nasceu no ano de 1856 e faleceu em 1939. No ano de 1873, ele entra para escola de Medicina, mas somente consegue concluir os estudos e receber seu diploma no ano de 1881, uma vez que não se considerava um aluno muito comprometido. Em 1882, ele conhece e se apaixona por Martha, com quem se casa em 1886 e com ela tem 6 filhos, sendo somente a última filha Anna que segue os seus passos e opta por estudar a psicanálise. Apenas no ano de 1885 é que Freud inicia sua proximidade com as questões psíquicas, quando este recebe uma bolsa de estudos e vai para Paris estudar com o neurologista Charcot, que utiliza o método sugestivo para revelar sintomas histéricos tanto em homens quanto em mulheres.

Ainda sobre o ano de 1885, Silva (2012) acrescenta ser esse um ano crucial na história da doutrina freudiana:

O essencial disso começa a acontecer na transição entre o que se identifica como pré-psicanálise e a psicanálise propriamente dita, salto que Freud realiza quando, em 1895, compreende que para chegar à origem da neurose, terá que abdicar da aceitação e do reconhecimento. O autor compreende que o passo realizado em busca do desenvolvimento da psicanálise o afasta de uma concepção de que não há o que ser feito diante da neurose. Ao assumir este posicionamento, Freud declara sua luta pela verdade.

(Silva, 2012: 21)

A autora citada acima acrescenta:

A mudança de posição de Freud começa a se efetuar quando percebe [...] que se nem todos os pacientes são acessíveis à hipnose, isso se deve a algo de suas próprias características. Assim ele admite que nem todos são sugestionáveis e, se nem todos são sugestionáveis, ampliar significou ir além da sugestão. Mudar sua posição significou despojar-se do saber médico e dar ouvidos às representações que, ainda que esquecidas, estavam à mão: o paciente só precisava dizer. Se nem todos são sugestionáveis, apenas os que seriam poderiam ser atingidos pela psicanálise? Certamente que não. É aí que a teoria se amplia, é aí que começa a poder existir a psicanálise, é quando Freud faz um corte entre psicanálise e sugestão. E a psicanálise pode ir além.

(Silva, 2012: 32-33)

Retomando a cronologia de Freud, no ano de 1886 o médico austríaco deixa Paris e, antes de retomar para Viena, passa por Berlim para rapidamente estudar sobre doenças infantis. Já, em Viena, em uma conferência, Freud tenta discorrer à sociedade de médicos sobre seus estudos com Charcot, não obtendo, contudo, êxito.

No filme *Freud Além da Alma* (1962/1963), roteiro preparado inicialmente por Sartre a pedido de John Huston, é reconstituída uma conversa entre Freud e Josef Breuer,

sendo que este propõe àquele estudar a histeria por meio da hipnose. Nessa película, é ainda possível ver Freud tratar alguns pacientes e discutir casos com Breuer, que se torna seu amigo e mestre, até o momento que este começa a traçar o caminho da psicanálise. Ora, Breuer discorda de sua teoria e ambos se distanciam. Nesse período, Freud inicia seus estudos sobre a sexualidade infantil, a associação livre e a interpretação dos sonhos. Esse distanciamento entre Breuer e Freud se alarga no ano de 1894, com a publicação do ensaio *As Neuropsicoses de Defesa*, em que Freud fala da “etiologia sexual da histeria” (Gay, 1992: 11).

Freud se tornou um médico fortemente criticado, mas o interessante é que este já observava que suas pesquisas deixariam um legado para a humanidade. Somente no ano de 1902 é que esse cenário de exclusão começa a modificar-se. Certo é que alguns médicos se interessam por estudar com Freud a partir de grupos de estudos. De todo modo, é no ano de 1907 que, de fato, a psicanálise desperta o interesse e alcança adeptos, entre eles alguns cientistas. Esses grupos se transformam com o tempo na Sociedade Psicanalítica de Viena. (Freud, 1996). A partir desse momento, na cronologia de Sigmund Freud, percebe-se que a psicanálise começa a ser aceita, embora continua sendo duramente criticada por muitos médicos. Freud então começa a ter alguns adeptos dos pressupostos de sua teoria, como alguns dos seus tutelados que se distanciam e propõem outras formas de tratar pacientes neuróticos.

Silva (2012: 20) acrescenta que a psicanálise “se desenvolveu no próprio contato de Freud com seus pacientes, a partir mais dos fracassos que se apresentaram diante daquilo que a hipnose não abarcava, do que dos sucessos que ela obteve”. Em seu texto, *A História do Movimento Psicanalítico*, Freud (1996) pontua que muitos críticos cogitaram atribuir à criação da psicanálise a Josef Breuer, devido a seus estudos de hipnose e o método catártico, Freud, contudo, deixa claro que ele é o criador da psicanálise. Como ele próprio confessa:

[...] nem deve causar surpresa o papel que nela desempenho, pois a psicanálise é criação minha; durante dez anos fui a única pessoa que se interessou por ela, e todo o desagrado que o novo fenômeno despertou em meus contemporâneos desabou sobre a minha cabeça em forma de críticas. Embora de muito tempo para cá eu tenha deixado de ser o único psicanalista existente, acho justo continuar afirmando que ainda hoje ninguém pode saber melhor do que eu o que é a psicanálise, em que ela difere de outras formas de investigação da vida psíquica, o que deve precisamente ser denominado de psicanálise e o que seria melhor chamar de outro nome qualquer.

(Freud, 1996: 18)

Freud revela que iniciou os seus estudos utilizando o método catártico e hipnótico, mas a psicanálise somente começa a tomar forma, quando, a este método, se acrescenta a

associação livre, um método que se “desenvolveu em substituição à hipnose e que possibilitou a mudança do momento pré-psicanalítico para a psicanálise propriamente dita” (Silva, 2012: 25). Assim, a associação livre foi o início da construção da psicanálise e, a este método, Freud acrescentou, durante sua pesquisa, questões fundamentais à psicanálise que se tornaram os pilares de sua própria doutrina, como: a teoria da etiologia sexual das neuroses, a sexualidade infantil, o complexo de Édipo, a transferência, a formação do analista, o papel da fantasia nos sintomas, a interpretação dos sonhos, a teoria da repressão, a teoria da resistência (Freud, 1996). Ademais, por fim, temos o “reconhecimento da agressão como fundamentalmente humana [...] a divisão tradicional entre consciente, pré-inconsciente e inconsciente [...] pulsão de vida e a pulsão de morte” (Gay, 1992: 28).

Sobre a teoria da repressão, Freud (1996) acrescenta:

A teoria da repressão é a pedra angular sobre a qual repousa toda a estrutura da psicanálise. É a parte mais essencial dela e, todavia, nada mais é senão a formulação teórica de um fenômeno que pode ser observado quantas vezes desejar se empreender a análise de um neurótico sem recorrer a hipnose. Em tais casos encontra-se uma resistência que se opõe ao trabalho da análise e, a fim de frustrá-lo, alega falha de memória. O uso da hipnose ocultava essa resistência; por conseguinte, a história da psicanálise propriamente dita só começa com a nova técnica que dispensa a hipnose. A consideração teórica, decorrente da coincidência dessa resistência com uma amnésia, conduz inevitavelmente ao princípio da atividade mental do inconsciente, peculiar a psicanálise, e que também a distingue muito nitidamente das especulações filosóficas em torno do inconsciente. Assim talvez se possa dizer que a teoria da psicanálise é uma tentativa de explicar dois fatos surpreendentes e inesperados que se observam sempre que se tenta remontar os sintomas de um neurótico a suas fontes no passado: a transferência e a resistência. Qualquer linha de investigação que reconheça esses dois fatos e os tome como ponto de partida de seu trabalho tem o direito de chamar-se psicanálise, mesmo que chegue a resultados diferentes dos meus.

(Freud, 1996: 26-27)

No que se refere à formação do analista, essa era uma grande preocupação de Freud, uma vez que para se tornar analista não precisaria ser médico, mas sim, seria necessário que sua formação, além de teórica, perpassasse o processo de análise pessoal, pois somente essa “poderia preparar alguém para superar as próprias resistências, de modo a não permitir que elas interferissem no processo analítico”. (Silva, 2012: 25)

Como já mencionado, Freud entende que com a disseminação da psicanálise, resultados de análises diferentes dos seus irão surgir, mas ele deixa claro a essência e os principais fundamentos psicanalíticos. No final da sua obra, já começamos ver um Freud que compreende que iniciou um caminho que ainda tem muito a ser percorrido por outros que virão depois dele. Nessa retrospectiva, é

[...] lançado, assim, um olhar retrospectivo, a esse mosaico que é o trabalho da minha vida, posso dizer que fui o iniciador de muitas coisas e ofereci muitas sugestões das quais algo deverá surgir no futuro. Eu mesmo não posso dizer se será muito ou pouco. Posso, contudo, expressar a esperança de ter aberto um caminho para importantes avanços em nosso conhecimento.

(Gay *apud* Freud, 1992: 82)

E como pode ser observado na literatura e atualmente em diversos congressos, além de discussões entre filósofos, psicanalistas, psicólogos e médicos, Freud não estava errado. Ele realmente abriu um caminho para as questões psíquicas. Entretanto, conforme já citado, Freud foi muito criticado. E, como veremos, no próximo tópico desta dissertação, Freud será também censurado por Sartre sob uma perspectiva fenomenológica, muito embora ele se inspire na teoria freudiana. Como aponta Silva (2019: 1) somente no final dos anos 1950 que Sartre começa a olhar de outra forma para os escritos de Freud, mas especificamente quando “é publicada a primeira grande biografia de Freud, em 1958, além de alguns manuscritos até então inéditos concernentes ao seu percurso intelectual”. Além disto, como já nos referimos, Sartre é convidado para ser roteirista de um filme que retrata a doutrina freudiana, e nesse momento, Sartre começa a perceber com outros olhos a psicanálise e seu precursor. É fato, que Sartre ainda discorda de alguns pontos relativos à doutrina de Freud como, por exemplo, a existência do inconsciente. No entanto, é Sartre quem propõe o método psicanálise existencial, que discutiremos no próximo tópico.

Silva (2019) cita Pontalis para refletir sobre um Sartre atento a doutrina de Freud.

Ao prefaciá-lo o texto do roteiro posteriormente editado, Pontalis advoga a tese de que, incontestavelmente, o que o leitor tem, em mãos, é um Sartre mais comedido em relação a Freud, isto é, trata-se de um fenomenólogo atento e, portanto, fiel ao espírito e à letra da própria psicanálise como um movimento de pensamento permeado mais por hesitações do que por conclusões apressadas. Sartre já não pareceria assim tão taxativo como se transparece em seus primeiros trabalhos.

(Silva *apud* Pontalis, 2019: p. 1)

Silva (2019) cita Gallego (2009) para destacar que, frente à primeira tentativa de escrever um roteiro do filme que retratasse a vida e obra de Freud, Sartre redige um roteiro de aproximadamente 05 horas, que ao tentar reescrever acaba por aumentar as cenas e, por fim, acaba por desistir de concluir o projeto. Esse novo olhar de Sartre para a doutrina freudiana, “faz então com que o conjunto da produção sartriana ganhe novos contornos” (Silva, *apud* Gallego, 2019: 1), o que fica mais evidente na *A Crítica da Razão de Dialética* (1960/2002), que discutiremos à frente, sobre o método progressivo-regressivo.

Por fim, encerramos essa pequena discussão com as palavras de Freud sobre a psicanálise:

[...] é um procedimento médico que visa à cura de certas formas de doenças nervosas (as neuroses). [...] Embora fosse originalmente o nome de um método terapêutico específico, agora também se tornou denominação de uma ciência – a ciência dos processos mentais inconscientes. (Gay *apud* Freud, 1992: 22)

Partindo novamente para a fenomenologia e o existencialismo, tendo compreendido brevemente a psicanálise para Freud, no próximo tópico buscaremos discutir os dissabores de Sartre com a psicanálise, a tal ponto desse último sugerir um novo método, a saber, a psicanálise existencial.

### 1.3 Psicanálise Existencial

Segundo Barata, Campos & Alt (2012: 713), “Sartre é um crítico de Freud, ainda que se disponha a se inspirar na psicanálise”. Em um primeiro momento, pode-se ver um Sartre extremamente crítico aos conceitos da psicanálise freudiana, mas esse cenário se transforma, como já citado no tópico anterior, quando Sartre tem acesso ao arsenal de obra publicada sobre Freud no final dos anos 50, e pelo fato de ter sido um dos roteiristas do filme *Freud Além da Alma*, que retrata a vida e obra de Freud (Silva, 2019). Assim, veremos que Sartre propõe uma psicanálise existencial para ir além de alguns conceitos estabelecidos por Freud. Nessa perspectiva, em sua obra, Sartre descreve pontos que não divergem entre a psicanálise de Freud e a psicanálise existencial, uma vez que ambas:

[...] consideram todas as manifestações objetivamente discerníveis da “vida psíquica” como sustentando relações de simbolização a símbolo com as estruturas fundamentais e globais que constituem propriamente a pessoa [...] consideram a inexistência de dados primordiais [...] consideram o ser humano como uma historiarização perpétua e procuram descobrir, mais do que dados estáticos e constantes, o sentido, a orientação e os valores dessa história. [...] consideram o homem no mundo e não aceitam a possibilidade de questionar aquilo que um homem é sem levar em conta, antes de tudo, sua situação. [...] buscam, ambas, uma atitude fundamental em situação que não poderia expressar-se por definições simples e lógicas [...] consideram que o sujeito não está em posição privilegiada para proceder a essas investigações sobre si mesmo [...] se apresentam como um método estritamente objetivo, tratando como documentos tanto os dados da reflexão como os testemunhos do Outro.

(Sartre, 1943/2015: 696-698)

Barata, Campos & Alt (2012) acrescentam:

[...] ambos concordam que a própria pessoa não se encontra em uma posição favorável para se autoanalisar sendo a relação de alteridade promotora de novas perspectivas, e por esse motivo, frutífera para quem deseja se conhecer. Também ambos consideram que todo ato é simbólico, porém, na psicanálise proposta por Sartre se faz importante manter essa simbologia sempre aberta e flexível no intuito de não impregnar a percepção do analista com a rigidez e a “poeira”

da teoria que embaçam o seu olhar, recaindo em uma descrição pautada em dados abstratos e genéricos.

(Barata, Campos & Alt, 2012: 716)

A psicanálise existencial é descrita por Sartre em uma de suas principais obras, *O Ser e o Nada* (1943/2015), obra bastante criticada por ser considerada por muitos um texto individualista, que não levava em conta as reais mazelas sociais. No entanto, em outra grande obra, *A Crítica da Razão Dialética* (1960/2002), é possível ler um texto em que Sartre apresenta proximidade com as questões marxistas. *O Ser e o Nada* foi publicado em 1943, antes de Sartre ter acessos às novas publicações de Freud. Ora, é nesta obra que o autor propõe o seu método, a psicanálise existencial, o qual dedica um capítulo específico para tratar sobre o conceito, a aplicabilidade de seu método, descrevendo a necessidade urgente de perceber o homem por meio de outro caminho.

Para Barata, Campos & Alt (2012: 715), “é na psicanálise que ele encontra inspiração para pensar sua proposta, ao mesmo tempo em que se torna um de seus grandes críticos, reformulando noções centrais deste pensamento”, e acrescenta que o principal ponto de divergências entre a psicanálise freudiana e a psicanálise existencial é que a primeira “[...] define o homem por seus desejos”, enquanto “[...], para Sartre, todo e qualquer objeto desejado está fora, é objeto transcendente para a consciência desejante”.

Barata (2006), ao falar da psicanálise existencial, pontua que:

[...] psicanálise existencial envolve um <<princípio>>, um <<objetivo>> e um <<método>> [...] o princípio da psicanálise existencial é <<o de que homem é uma totalidade e não uma coleção>> [...] o objetivo consiste em <<decifrar os comportamentos empíricos do homem>> [...] um método comparativo <<se cada conduta humana simboliza, à sua maneira, a escolha fundamental que é preciso trazer à luz, e se, ao mesmo tempo, cada uma delas esconde esta escolha sob os seus caracteres ocasionais e a sua oportunidade histórica, é pela comparação dessas condutas que faremos brotar a revelação única que elas exprimem todas de maneira diferente>>.

(Barata, 2006: 45)

Nas palavras do próprio Sartre (1943/2015):

O princípio desta psicanálise consiste na assertiva de que o homem é uma totalidade e não uma coleção; em consequência, ele se exprime inteiro na mais insignificante e mais superficial das condutas - em outras palavras: não há um só gosto, um só tique, um único gesto humano que não seja revelador. [...] Seu ponto de partida é a experiência; seu ponto de apoio, a compreensão pré-ontológica e fundamental que o homem tem da pessoa humana. [...] Seu método é comparativo: uma vez que, com efeito, cada conduta humana simboliza à sua maneira a escolha fundamental a ser elucidada, e uma vez que, ao mesmo tempo, cada uma delas disfarça essa escolha [...] A investigação principal deste método nos é fornecida pela psicanálise de Freud e seus discípulos.

(Sartre, 1943/2015: 696)

O filósofo ainda acrescenta:

[...] a psicanálise existencial deverá ser inteiramente flexível e adaptável às menores mudanças observáveis no sujeito: trata-se de compreender aqui o individual e, muitas vezes, até mesmo o instantâneo. O método que serviu a um sujeito, por essa razão, não poderá ser empregado em outro sujeito ou no mesmo sujeito ou em uma época posterior. [...] O objetivo da investigação deve ser a descoberta de uma escolha, e não de um estado, esta investigação deverá manter sempre em vista que seu objeto não é um dado soterrado nas trevas do inconsciente, mas sim uma determinação livre e consciente.

(Sartre, 1943/2015: 701)

Para Sartre (1943/2015: 698) “a psicanálise existencial rejeita o postulado do inconsciente: o fato psíquico, para ela, é coextensivo à consciência”. Um dos principais entraves de Sartre com a doutrina freudiana refere-se à existência ou não do inconsciente. Ora, Freud propõe a estruturação da consciência em inconsciente, pré-consciente e consciência. Já, Sartre, não concebe a ideia de algo ficar “escondido” em um inconsciente, por isso utiliza da má-fé para explicar alguns mecanismos da consciência. Barata, Campos & Alt (2012) analisam que

[...] para Sartre, somos sempre consciência, mas nem sempre conhecimento, o que não significa, de modo algum, considerar que haja uma instância inconsciente”. [...] seria como que permitir ao homem uma eterna desculpa [...] de não assumir sua própria angústia e inconsistência que são características de seu modo de ser.

(Barata, Campos & Alt, 2012: 716-717)

Ao que se refere à consciência, Sartre (1943/2015: 682) descreve que “a consciência é, por princípio, consciência de alguma coisa”, e classifica a consciência como uma nadaificação, portanto entende-se que ela é livre. Como ele mesmo diz: “a liberdade é existência, e, nela, a existência precede a essência; a liberdade é surgimento imediatamente concreto e não se distingue de sua escolha, ou seja, da pessoa” (Sartre, 1943/2015: 695). Ser livre, ter liberdade, poder escolher dentro do seu campo de possibilidades é uma das principais questões postuladas por Sartre. Sartre entende que somos seres que nascemos com a liberdade implícita. Pois bem, é justamente essa liberdade que nos amedronta, aprisiona e se transforma em angústia. Essa faz parte da nossa constituição de ser que está no mundo. Como observa Silveira (2016):

[...] a angústia é constitutiva de nosso modo de estar no mundo. Mas, então, por que não a sentimos o tempo inteiro? O diagnóstico de Sartre é o de que, apesar de a tarefa ser impossível, nos esforçamos para camuflar nossa angústia, escondê-la de nós mesmos, fugir dela, não reconhecê-la como tal. Ora, nesse contexto de premissas, fugir da angústia equivale a fugir de si mesmo. Se sou angústia e posso tentar fugir da angústia, isso significa, então, que posso tomar alguma distância em relação àquilo mesmo que sou. Será isso a má-fé: nego a angústia que sou e, ao mesmo tempo, porque sou atividade negadora, sou a angústia que nego.

(Silveira, 2016: 40-41)

No tocante à má-fé, um dos contrapontos de Sartre com o conceito freudiano de inconsciente, muitas vezes é compreendida como mentira, porém, mentira e má-fé não podem ser tomadas como sinônimos. Apesar de esta pesquisa não focar nessa temática, faz-se necessário uma breve exposição, uma vez que a má-fé é um dos mecanismos que a mulher em situação de violência acaba utilizando na situação que vivencia. Nas palavras de Silveira (2016):

[...] a má-fé implica a unidade de uma consciência. Esta consciência não está, no entanto, isolada das outras. [...] a má-fé implica duas coisas: uma intenção primordial e um projeto de má-fé. A presença desse projeto como tal significa que a consciência que assume a atitude de má-fé compreende o que é a má-fé; significa ainda que a consciência apreende – ainda que de maneira pré-reflexiva – o fato de que está afetando a si mesma com a má-fé. Sendo ao mesmo tempo enganadora e enganada, tenho que saber, sustenta Sartre, qual a verdade que escondo de mim mesmo. [...] Se há má-fé é porque a consciência está implicada, como enganadora e enganada, em um só e mesmo projeto. Cindir enganador e enganado em dois momentos distintos do tempo corresponderia a indicar uma dualidade que descaracterizaria a má-fé como má-fé.

(Silveira, 2016: 43-44)

Em seu texto, Barata (2006: 40) complementa dizendo que “a má-fé exprime [...] uma mentira que visa criar a ilusão de que ‘houve razões, condicionalismos, imposições que obrigaram o sujeito; que, de uma forma ou de outra, suspenderam de facto a sua liberdade’”. Pensando na situação de violência doméstica relacionada à má-fé, a partir das entrevistas e da minha prática profissional, foi possível perceber que muitas mulheres em situação de violência utilizavam da má-fé como justificativa para não romper com o ciclo da violência. Tais clientes relatam o medo da morte, medo de novas agressões, sobrevivência financeira, falta de auxílio do estado e da família como justificativas por não terem outras escolhas. Sartre vai exatamente contra este viés. Ora, o existencialismo entende que em qualquer situação o ser humano tem escolhas, uma vez que ao nascer ele se torna livre para escolher. E é exatamente essa liberdade que amedronta. O autor ainda fala de uma liberdade como condenação, uma vez que ao me deparar com a liberdade, entendo que a vida será sempre um complexo de escolhas. Em função disso, para sair de uma situação conflituosa (como a da violência) torna-se necessário continuar a escolher não voltar para o conflito. Durante o processo de atendimento psicológico muitas mulheres abandonavam a análise justamente ao se deparar com essa questão, ao compreenderem que não era somente escolher romper com a violência, mas diariamente precisar realizar escolhas. Ao romper com a análise, muitas vezes retomavam a relação com o agressor e não conseguiam chegar a um dos pontos cruciais dentro do existencialismo, que seria compreender o seu projeto fundamental e, assim, perceber-se como um ser que pode realizar novas escolhas.

A psicanálise existencial busca compreender a escolha do projeto fundamental do ser humano. Dessa maneira, ao conhecer a primeira escolha, é possível conceber melhor as escolhas que foram realizadas em sequência e auxiliar o homem a perceber o seu padrão de escolhas. Nas palavras de Barata, Campos & Alt (2010: 716), “o trilho a percorrer na psicanálise existencial deve, então, ser um trilho de escolhas, em que a significação de cada uma delas deve ser encontrada em outras escolhas mais originárias”.

Para Sartre, o homem deve ser visto na totalidade em suas escolhas, uma vez que em cada escolha, em cada atividade que realiza, ele se totaliza. Nessa direção, é por este processo que podemos encontrar a sua escolha original, e assim, compreender o seu projeto fundamental, ou seja, compreender o indivíduo por inteiro. É exatamente o que Sartre escreve nestas linhas:

[...] se admitirmos que a pessoa é uma totalidade, não podemos esperar reconstruí-la por uma adição ou uma organização das diversas tendências empiricamente nela descobertas. Mas, ao contrário, em cada inclinação, em cada tendência, a pessoa se expressa integralmente [...]. Sendo assim, devemos descobrir em cada tendência, em cada conduta do sujeito, uma significação que a transcenda.

(Sartre, 1943/2015: 689-690)

O homem, ao projetar-se deseja ser um Em-si-Para-si, ou seja, um ser acabado, constituído, porém como não é possível, percebe o tempo todo a nadaificação do Para-si. Desta forma, independente de religião, “o que torna mais compreensível o projeto fundamental da realidade humana é afirmar que o homem é o ser que projeta ser Deus” (Sartre, 1943/2015: 693)

Silva nos lembra que (2019: 14) Sartre não é “um profissional da clínica, ele realiza um movimento fenomenológico”, e Gonçalves (2006: 62) ressalta que Sartre “não partiu de uma experiência clínica, mas apenas da vivência de ser um homem entre os homens”. Assim, esse movimento de utilizar as concepções de Sartre para uma clínica em psicologia torna-se um grande desafio aos psicólogos existencialistas, que precisam estudar a fenomenologia e aplicar seus conceitos com seus clientes. Contudo, Sartre também não deixa de “mostrar a aplicabilidade de seu método de psicanálise na produção de biografias” (Barata, Campos & Alt, 2012: 714), como podemos ver fragmentos da análise de Flaubert em *O Ser e o Nada*, ou ainda em outros escritos de Sartre, como o *Idiota da Família*. O que Sartre desenvolve nesses trabalhos é um método a partir de análises de biografias de algumas personalidades.

Por fim, encerramos com as palavras de Barata, Campos & Alt (2012):

Esse esforço de Sartre em desenvolver um método que de fato possibilitasse a compreensão do homem como liberdade em situação, sem reduzi-lo à determinismos, é sua maior contribuição às ciências humanas e a todos aqueles que buscam realizar um estudo compreensivo de uma vida particular.

(Barata, Campos & Alt, 2012: 714)

### 1.3 Método Progressivo-Regressivo

Um dos pilares desta pesquisa está respaldado na dialética singular/universal, no que tange à vivência da mulher em situação de violência doméstica, uma vez que apesar da violência iniciar no âmbito singular, muitas vezes no âmbito de um lar, ela está inserida na universalidade de diversos relatos de mulheres que sofrem nas mãos de um agressor. Schneider (2008: 293) observa que “a relação indivíduo/grupo ou singular/universal é aspecto essencial para o entendimento da realidade humana”. Assim como a autora propõe, acredito que somente é possível uma compreensão de fato das relações humanas por meio desta interface. Desta forma, opto por compreender esta relação (violência doméstica), pelo olhar fenomenológico, mas especificamente, a partir do método progressivo-regressivo proposto por Henri Lefebvre, método que posteriormente foi descrito por Sartre em *Questão do Método na Crítica da Razão Dialética* (1960/2002).

Esse método se caracteriza, em um primeiro momento, pela compreensão das percepções que o indivíduo (no caso, aqui, a mulher) tem da sua condição. Logo após, propõe-se uma regressão à história desse ser na sua vivência, para assim compreender o seu ser-no-mundo, ou seja, de como ela tem lidado com esse posicionamento de estar nessa situação (violência). Em um segundo momento, no processo progressivo há uma tentativa de se redescobrir retornando ao passado e trazendo significações ao seu presente por meio de processo fenomenológico. Ora, não se trata de uma ida ao passado e uma valorização ao que ficou para trás, mas, sim, o princípio de buscar motivos que deram surgimento a sua conduta atual, construída em meio ao seu projeto de vida (Erthal, 1999).

Antes, porém, de discutir a questão do método progressivo-regressivo, faz-se necessário compreender sucintamente o caminho que Sartre percorreu para considerar esse método. Na literatura, alguns autores apontam que Sartre teve uma mudança importante na sua escrita após a Segunda Guerra Mundial, talvez por ter vivido pessoalmente os danos desta. Freitas (2018) cita Paisana (1993) para elucidar o sentido da Guerra para Sartre, bem como esta suscitou a necessidade de um novo olhar para o ser humano, a partir da visão sócio-histórica e dialética.

O que fez estoirar [sic] tudo isso [a situação do escritor individualista] foi que um dia de setembro de 1939 recebi uma folha de mobilização e fui obrigado a ir para o quartel de Nancy juntar-me a tipos que não conhecia e que estavam mobilizados como eu. Foi isso que fez entrar o social na minha cabeça: compreendi de repente que era um ser social. [...] Foi a guerra que fez arrebentar os quadros envelhecidos do nosso pensamento. A guerra, a ocupação, a resistência, os anos que se seguiram. Queríamos lutar ao lado da classe operária, compreendíamos por fim que o concreto é história e acção dialéctica.

(Freitas, *apud* Paisana, 2018: 84)

E Freitas (2018) acrescenta:

A luta de classes permanecia na dimensão idealista para Sartre, até ocorrer a Segunda Guerra Mundial, a Ocupação, a Resistência e os anos seguintes. O marxismo, então, era a única abordagem, na época, que conseguiu desvelar a antítese do movimento romântico burguês; no entanto, para Sartre, ficou a dever em novidades na dimensão particular.

(Freitas, 2018: 97)

Pode-se ver uma grande transformação no pensamento do filósofo em questão que, neste momento, se percebe como um ser social, e enquanto ser social é afetado pela história e pela dialéctica que essa apresenta. Porém ressalta-se que Sartre, apesar de se ver como um ser concreto na história, nunca abandonou a essência da liberdade e responsabilidade das escolhas por cada ser humano.

Sartre não teve acesso à filosofia de Marx enquanto cursava a faculdade no ano de 1925, uma vez que era extremamente proibido estas leituras, a não ser para realizar críticas a sua essência. Sartre chegou até realizar leituras do *O Capital* e *A Ideologia Alemã*, porém sem aprofundamento e compreensão do que Marx sugeria (Freitas, 2018).

Se, por um lado, esse movimento de Sartre frente ao marxismo impulsionava para um existencialismo atento as questões sociais e dos menos favorecidos, por outro também levou a diversas críticas por parte de outros filósofos, uma vez que Sartre se aproximou das ideias de Karl Marx, porém não aceitou os desdobramentos do marxismo por outros autores que vieram depois dele. Para Freitas (2018: 89), ao se aproximar da filosofia de Marx, “o projeto de Sartre era poder filosofar sobre o homem concreto, inserido no mundo, nos seus trabalhos e nas suas obras”.

Marx, por sua vez, teve a influência de Hegel na sua filosofia. Na literatura estudada, vê-se que foi durante seu doutorado em filosofia na Universidade de Berlim, no ano de 1841, que Marx teve contato, de fato, com Hegel, que lecionava na mesma Universidade e sua filosofia era difundida pelo seu caráter revolucionário. Para Freitas (2018), Hegel foi

[...] o primeiro filósofo a compreender a historicidade como um processo (devir); pelo movimento dialético das contradições (totalidade, movimento, mudança); e por colocar a historicidade como foco de atenção. O que Marx fez foi mudar, do interior para o exterior, o movimento dialético pelo qual o homem produz o mundo. Com isso também muda a maneira de compreender os homens. Se em Hegel temos um homem que vê as coisas de maneira idealista e está entre elas de maneira contemplativa, em Marx o homem vê as coisas de maneira realista e pela práxis age sobre elas de forma transformadora.

(Freitas *apud* Barros, 2018: 91)

Já, em 1842, Marx conhece Engels, mas somente no futuro se tornam grandes amigos e parceiros no percurso de sua filosofia. Em Paris, no ano de 1844, Marx busca aprofundar-se no socialismo. Ora, é neste momento que se pode ver uma outra fase em seus escritos, que apesar de não ser considerada uma ruptura com seus preceitos, é possível ver um Marx mais ligado às relações de produção/trabalho, alienação da classe operária, exploração do homem no mundo capitalista e consciência de classe. Pois bem, é exatamente essa ênfase que incomoda Sartre, uma vez que este último não considera que somente o trabalho seja determinante para o homem, mas sim, que este se faz em todas as relações, desde a sua infância, nas relações familiares e com amigos, sendo o trabalho somente uma interface da vida do homem. (Freitas, 2018)

Freitas ainda cita Lima (2004) para descrever os erros que Sartre assinala sobre o marxismo:

Primeiro, ter transformado a dialética numa ciência – o materialismo dialético – onde este aparece como o método por excelência e a verdade da revolução (confundindo história com natureza); segundo, eleger a classe operária como a única capaz de fazer a transformação radical da história, no sentido de uma libertação do homem, da exploração econômica e social, transformando a consciência de classe numa abstração da própria transformação social. De um lado, o real tem como fundamento a objetividade, do outro, é a subjetividade o único fundamento do real: o que levou ao idealismo, uma vez que este separa sujeito e objeto.

(Freitas *apud* Lima, 2018: 98)

Oliveira (2005: 89) acrescenta que “o que importa, para Sartre, não é a determinação das condições materiais no processo histórico, mas a autonomia do indivíduo na síntese dos conflitos, o que permite a continuidade da práxis como um processo sempre em aberto”.

Ainda, torna evidente na literatura estudada que Sartre se incomodava com a maneira que os marxistas contemporâneos lidavam com o pensamento de Marx, e considerava que

[...] seu existencialismo e o marxismo de Marx apresentam o mesmo objetivo – procurar o homem onde ele está, no seu cotidiano concreto, e buscar as sínteses concretas na experiência,

no interior de uma totalização em movimento que produz, dialeticamente, a história. A verdade sempre será uma totalização-em-curso, sendo inconcebível submeter as práxis transformadoras a algum saber.

(Freitas, 2018: 98)

Schneider (2008) acrescenta,

O marxismo, assim como o existencialismo, considera que os fatos nunca são fenômenos isolados; eles se dão em conjunto, são tecidos uns nos outros; alterando um, modifica-se o outro, e vice-versa; tecem-se na unidade de um todo. É esse entrelaçamento, essa relação de função que deve ser perseguido, a fim de elucidar a realidade humana.

(Schneider, 2008: 292)

Oliveira (2005), sobrepõe que

Sartre, assim, chega à conclusão de que a situação ontológica não poderia ser explicada sem a História, pois as ações humanas acabam sendo criadas pelo capitalismo, através de um processo de reificação da sociedade. A partir daí chega ao seu empreendimento de interpretar a História, sob o ponto de vista ontológico, para submeter o materialismo dialético marxista a um exame crítico radical. Para que a História seja analisável, segundo a interpretação existencialista, Sartre identifica problemas na dialética marxista, e se compromete a solucioná-los, com base nas investigações que pretendem inaugurar um novo método capaz de corrigir a dialética marxista.

(Oliveira, 2005: 88)

Por fim, usamos as palavras do próprio filósofo:

O objetivo do existencialismo – pelas lacunas dos marxistas – é o homem singular no campo social, em sua classe, no meio de objetos coletivos e dos outros homens singulares, é o indivíduo alienado, reificado, mistificado, tal como o fizeram a divisão dos instrumentos falsificados e, a despeito de tudo, ganhando pacientemente terreno. Com efeito, a totalização dialética deve envolver tanto os atos, as paixões, o trabalho e a necessidade, quanto as categorias econômicas, deve encontrar o lugar do agente ou do acontecimento no conjunto histórico, defini-lo em relação à orientação do devir e, ao mesmo tempo, determinar exatamente o sentido do presente como tal.

(Sartre, 1960/2002: 103)

Sobre esse novo método, Cunha (1989) pontua que se faz necessário

[...] um método que seja, simultaneamente regressivo e progressivo, quer dizer que procede por um contínuo «vai-vem» entre o abstracto e o concreto, entre o universal e o singular. Trata-se, pois, de um método cujo objectivo é a totalização, mas para o qual o que se trata de explicar é a singularidade, é a diferença.

(Cunha, 1989: 136-137)

Freitas (2018: 101) complementa que Sartre não tinha por objetivo ser marxista, mas ir além, no sentido de não atribuir a responsabilidade de seus atos ao estado ou as relações de trabalho, uma vez que “[...] a compreensão deve ter um movimento duplo, dialético, que ao mesmo tempo em que parte do singular compreende o universal, tanto quanto partindo deste chega à singularidade da relação”. Freitas ainda avalia que

Desta forma, o que interessa a Sartre não é compreender no que o homem crê, mas sim, sua situação, distanciando-se dela; isto é, compreender que foi pela sua liberdade que se inseriu em determinada situação, e por ela própria poder compreender o que fez de sua liberdade; somente assim sua ação realmente terá o caráter revolucionário. E para conquistar tal intento, Sartre considerou que a ação humana necessita de uma abordagem existencial.

(Freitas, 2018: 100)

Como já ilustrado anteriormente, não é objetivo deste trabalho aprofundar as questões do marxismo e a relação que Sartre estabeleceu com ele, mas somente perceber como o marxismo está presente na obra de Sartre, a tal ponto de influenciar o filósofo a ter uma outra perspectiva do ser humano e da realidade que o cerca, e assim propor uma outra metodologia de análise, por meio do método dialético.

Segundo Freitas, Lefebvre resume que:

[...] o método dialético, desse modo, revelar-se-á ao mesmo tempo rigoroso (já que se liga a princípios universais) e o mais fecundo (capaz de detectar todos os aspectos das coisas, incluindo os aspectos mediante os quais as coisas ‘são vulneráveis à ação’).

(Freitas *apud* Lefebvre, 2018: 113)

Essa nova metodologia teve seu surgimento a partir da realidade do marxista Henri Lefebvre que propõe um método dialético, sendo possível compreender a relação entre indivíduo e história. Apesar de Lefebvre não ter gostado de Sartre ter atribuído tanto mérito a ele, por considerar que esse método é de Marx, é válido ressaltar que ele que descreveu o método progressivo-regressivo. Posteriormente Sartre, então, aprofundou seus estudos vindo a realizar ajustes imprescindíveis para construir seu método, que posteriormente utilizaremos nesta dissertação na análise das entrevistas coletadas.

Ao reelaborar, via Lefebvre (1986), o método progressivo-regressivo, na *A Crítica da Razão Dialética*, Sartre (1960/2002: 112) pontua que “é, ao mesmo tempo, um vaivém enriquecedor entre o objeto (que contém toda a época como significações hierarquizadas) e a época (que contém o objeto em sua totalização)”. Oliveira (2005) acrescenta que:

Esse método constitui-se das seguintes etapas: 1) análise - regressão, verificação de fatos e hipótese; 2) síntese – progressão, compreensão do projeto individual [...]. Assim, o método regressivo-progressivo exprime a necessidade de reordenar o passado para dar sentido ao futuro através da inteligibilidade dialética.

(Oliveira, 2005: 91-92)

Logo, as autoras Maheirie e Pretto (2007: 459) observam que “considerando a realidade concreta em constante movimento dialético, Sartre formula um método que objetiva contemplar o movimento singular/universal da constituição humana, a partir de descrições e compreensões fundadas numa totalização em curso”. Enquanto Schneider

(2014: 5) ressalta que “Sartre argumenta que o acaso não existe, pois são os sujeitos efetivos que fazem a história, mesmo que em condições dadas, é preciso, por isso, compreender a concretude da vida, bem como as mediações que a produzem”.

Sartre (1960/2002) em seu texto *Questão de Método*, publicado em sua obra *A Crítica da Razão Dialética*, em nota de rodapé, sintetiza o método progressivo-regressivo com as palavras de Henri Lefebvre. Posteriormente, encontramos na tese de Freitas (2018) a mesma citação que se sucede

[...] um método muito simples que utiliza as técnicas auxiliares e comporta vários momentos: a) Descritivo – Observação, mas com um olhar informado pela experiência e por uma teoria geral... b) Analítico-regressivo – Análise da realidade. Esforço no sentido de datá-la com exatidão... c) Histórico-genético – Esforço no sentido de reencontrar o presente, mas elucidado, compreendido, explicado [...] A esse texto tão claro e rico, não temos nada a acrescentar a não ser que esse método, com a sua fase de descrição fenomenológica e seu duplo movimento de regressão e, depois, de progressão, é em nossa opinião válido – com as modificações que podem lhe impor seus objetos – em todos os campos da antropologia. [...] Somente ele pode ser heurístico; somente ele coloca em evidência a originalidade do fato, permitindo ao mesmo tempo fazer comparações. (Lefebvre, 1953: 51-52).

(Freitas, 2018: 113)

Para Sartre (1960/2002):

Nosso método é heurístico, ensina-nos algo de novo porque é, a uma só vez, regressivo e progressivo. Sua primeira preocupação é como a do marxista, encontrar o lugar do homem em seu contexto. Pedimos à história geral para nos restituir as estruturas da sociedade contemporânea, seus conflitos, suas contradições profundas, e o movimento de conjunto que estas determinam. Assim, temos à partida um conhecimento totalizante do momento considerado, mas em relação ao objeto de nosso estudo, esse conhecimento permanece abstrato. Este começa com a produção material da vida imediata e completa-se com a sociedade civil, o estado e a ideologia. [...] o método existencialista pretende permanecer heurístico. O único meio de que dispões é o “vaivém”: este determinará progressivamente, a biografia (por exemplo), aprofundando a época, e a época, aprofundando a biografia. Longe de procurar integrar uma na outra imediatamente, há de mantê-las separadas até que envolvimento recíproco se faça por si mesmo e coloque um termo provisório na pesquisa.

(Sartre, 1960/2002: 103-104)

E, por fim, Sartre nos diz que

[...] Definiremos o método de abordagem existencialista como um método regressivo-progressivo e analítico-sintético; é ao mesmo tempo, um vaivém enriquecedor entre o objeto (que contém toda a época como significações hierarquizadas) e a época (que contém o objeto em sua totalização), como efeito, quando o objeto é reencontrado em sua profundidade e singularidade, em vez de permanecer exterior à totalização (como era até então, o que os marxistas consideravam como sua integração na História), entra imediatamente em contradição com ela; em poucas palavras, a simples justaposição inerte da época e do objeto dá lugar bruscamente a um conflito vivo.

(Sartre, 1960/ 2002: 112-114)

Para Freitas (2018):

Sartre construiu um caminho para compreender a realidade humana no percurso de sua vida. Apreendendo os acontecimentos e suas experiências se inquietou com a subserviência de indivíduos diante dos limites que lhes eram impostos, como se os contornos de suas vidas fossem definidos somente fora delas. Intentou mostrar que as fronteiras entre passado e futuro não se restringiam ao habitual e consequente. O devir pode ter um horizonte mais ampliado e diversificado, capaz de mudar o rumo dos acontecimentos; mas para conhecer as possibilidades, é necessário que o homem arrisque concretizá-las.

(Freitas, 2018: 104)

Como já apontado, é em *O Ser e o Nada* (1943/2015) que Sartre escreve sobre o projeto fundamental. Ora, é esse projeto que estará presente no movimento do método progressivo-regressivo, uma vez que ao voltar ao passado, é possível encontrar o projeto que mantém diversas escolhas do homem. Freitas (2018) aprecia que é nessa obra que o filósofo mostra

[...] como se desvela o projeto de ser de uma singularidade, como o indivíduo escolhe-se como sujeito, o que fez do que fizeram dele, possibilitando-lhe a tomada de consciência de que o conhecimento produzido sobre si não é uma construção alheia a si, e que é produzido também por suas ações em um contexto; para esclarecer que o projeto não é uma entidade abstrata, tampouco é determinado arbitrariamente, ou pela necessidade ou por paixão (ou seja, por um processo psíquico predeterminado). Antes, é a própria estrutura intencional dos indivíduos, um movimento em direção ao objeto que intenciona e elege como necessário, como vontade e como paixão.

(Freitas, 2018: 105)

Com relação ao projeto, Maheirie e Pretto (2007) consideram que

O projeto, portanto, não é um acontecimento que o sujeito toma consciência em determinado momento de sua vida, como uma coisa diferente dele, pelo contrário, o projeto acontece no plano do vivido, resulta no/do próprio sujeito, pois é sobre o projeto que o sujeito se constitui, mesmo se esse projeto for alienado ou for vivido no plano de uma reflexão não posicional de si. O projeto existe desde que o sujeito é lançado no mundo e se encontra condicionado a todas as suas experiências vividas, as quais oferecem um contorno ou uma coloração particular que resultará no diferencial entre o projeto de um sujeito e de outro sujeito. É uma totalidade de sínteses dialéticas de superações e conservações de aprendizagens passadas e presentes em favor de um futuro. [...] É por causa disso que Sartre fala que a vida se desenvolve em espiral. Não há como apagar o que aconteceu no passado, mas há como ressignificar, sendo justamente esse ressignificar que nos faz voltar sempre aos mesmos pontos e fazer novas sínteses, num movimento de totalização e retotalização, em direção ao futuro que projetamos.

(Maheirie e Pretto, 2007: 457-458)

As autoras citadas acima ainda utilizam as palavras de Beauvoir (1990), para explicitar que somos seres sempre em construção e em um eterno vir a ser. Por isso, “ao sermos adultos, a criança que fomos não desaparece, ainda nos constitui, e como vivemos numa temporalidade, o velho que queremos ser, também já nos habita” (Maheirie e Pretto, 2007: 459). Podemos complementar esta questão com uma frase de Sartre (1960/2002: 86):

“[...] uma vida desenrola-se em espirais; volta a passar sempre pelos mesmos pontos, mas em níveis diferentes de integração e complexidade”. O filósofo acrescenta que

[...] Complexos, estilo de vida e revelação do passado-a-ser-superado como futuro a criar fazem uma só e mesma realidade: é o projeto como vida orientada, como afirmação do homem pela ação e é ao mesmo tempo, essa bruma de irracionalidade não localizável que se reflete do futuro em nossas lembranças de infância e de nossa infância nas nossas escolhas refletidas de homens maduros.

(Sartre, 2002: 87)

Ao atender as mulheres em situação de violência e focar no passado por meio do método progressivo-regressivo, encontramos uma possibilidade de fazer essa ressignificação que as autoras pontuaram acima. Sendo assim, torna-se possível romper com essa violência. Quando estudamos as leis que falam da violência doméstica no Brasil (como veremos no próximo capítulo), elas consideram que a mulher vive em um ciclo de violência e que, infelizmente, acaba cedendo aos pedidos de desculpas e promessas de mudança do agressor. No entanto, após pouco tempo as agressões voltam a ser praticadas. Assim, compreendo que essa ressignificação, esse conhecer do projeto fundamental se torna essencial para, de fato, romper com o ciclo da violência doméstica, como ressalta Schneider (2008):

Dessa forma, o ponto de partida da investigação devem ser os aspectos concretos de sua vida, ou seja, as diferentes dimensões da vida de relações. O caminho da investigação deve desvelar, entre estes diferentes aspectos e dimensões, aquilo que processa a unificação do conjunto, que é o *ser* do sujeito, ou seja, seu *projeto* original.

(Schneider, 2008: 295)

Sartre (1960/2002: 73) ao iniciar o seu texto sobre método progressivo-regressivo, admite que aceitava, sem reservas, as teses expostas por Engels na carta que enviou a Marx: “São os próprios homens que fazem sua história, mas em determinado meio que os condiciona”. Essa frase vai ao encontro do que discutimos acima: a mulher em situação de violência tem um meio que a condiciona. Ora, Sartre compreende e aceitava isso, porém, o filósofo menciona diversas vezes em sua obra que é o homem que decide o que fazer com esse condicionamento. Realmente, não é possível mudar fatos históricos, no caso deste estudo, podemos dar como exemplo, uma mulher que cresceu em um ambiente violento, aprendendo que isso faz parte da vida. No entanto, decidir permanecer nessa violência é uma escolha que ela pode fazer. O filósofo ainda observa: “Para nós, o homem caracteriza-se, antes de tudo, pela superação de uma situação, por aquilo que consegue fazer do que foi feito dele” (Sartre, 2002: 77). Encontramos essa superação na raiz do humano e, antes de tudo, na necessidade. Ora, sendo assim, romper com esse ciclo da violência, é uma possibilidade/

uma necessidade, que somente quem pode escolher fazer é a própria mulher. Para Sartre, “somente o projeto, como mediação entre dois momentos da objetividade, pode dar conta da História, isto é, da criatividade humana. *É necessário fazer uma escolha*” (Sartre, 2002: 82, grifo nosso), ou seja, voltamos a questões essenciais do existencialismo: a escolha e o projeto. Dessa maneira, somente o homem pode fazer uma escolha e mudar o seu caminho.

Nessa perspectiva, entende-se que a partir deste método será possível compreender algumas questões no que se refere à mulher em situação de violência na díade singular/universal, considerando a sua história de vida e as escolhas que realizou dentro do seu campo de possibilidades. Com isso, trata-se de buscar compreender, como Sartre pontua diversas vezes em suas obras o que tal indivíduo (nesse caso, a mulher em situação de violência doméstica) fez com o que fizeram dela.

## **CAPÍTULO 2: FEMINISMO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

## 2. FEMINISMO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

### 2.1 Posição preliminar

Como já apontado, esta dissertação surgiu de uma vivência em trabalhos com mulheres em situação de violência. Para Bebiano (2014), “todo conhecimento é também autobiográfico”, assim, considero, que no decorrer da minha atividade profissional, fui construindo questionamentos referente a dificuldade de a mulher romper com a violência doméstica.

Em um vídeo *Estratégias para Vida*, que assistimos durante a formação desse mestrado, Bauman (2012) assinala sobre o sentimento de desamparo perante as escolhas que precisamos fazer, do mal-estar que a liberdade gera no indivíduo. Ademais, o vídeo ilustra uma análise sobre a liberdade e a segurança como componentes essenciais para uma vida feliz, mas que quando há liberdade, perde-se um pouco a segurança e vice-versa, ou seja, sempre estaremos na dualidade do ganhar e do perder. Ao dizer no vídeo que os seres humanos nunca iriam parar de se preocupar, o audiovisual traz a questão de que cada pessoa tem uma gama de opções para escolher, mostra, ainda, que seria o destino de cada um, destino que, por sua vez, não é mutável, mas que essa escolha somente pode ser feita por meio do caráter, este sim, mutável.

Costa e Alvarez (2009: 739-740) avaliam que falar já é traduzir, de maneira que “a tradução faz com que nos expropriemos enquanto apropriamos a/o outra/o, já que o caminho do eu é sempre através da/o outro”. Considero estas frases intimamente conectas com o vídeo discutido acima, uma vez que ao estar com o outro tenho a possibilidade de escolher a relação estabelecida, e assim apropriar-me da história do outro. Complementando, Costa, Ávila & Anzaldúa (2005) examinam que a tradução é um processo constante e não acabado, e que este se estabelece a partir da relação com o outro, levando em consideração o lugar que o sujeito se encontra no mundo. Por fim, Moura (2011) contribui para este pensamento, ao lembrar que Sartre, traz em seus estudos que o ser humano se constitui a partir do olhar do outro, lembrando que cada sujeito pode ou não permitir a afetabilidade deste olhar, diante de uma complexidade de questões e vivências (Gonçalves, 2012).

Enfim, neste ensaio, buscamos ir além do fato propriamente dito, pelo menos tentar percorrer os passos do pensamento de Chimamanda Adichie (2009) no audiovisual *O Perigo da História Única*: “quando rejeitamos a história única, quando nos apercebemos de que

nunca há uma história única sobre nenhum lugar, reconquistamos uma espécie de paraíso”. Aprofundando, acredito que o mesmo vale para a história única tanto das mulheres em situação de violência, foco deste estudo, quanto das pessoas que nos cercam. É nessa direção que precisamos ir além e conhecer as diversas histórias para assim nos tornamos profissionais, estudantes, cientistas, mas principalmente seres humanos melhores.

Assim, este capítulo tem como principal objetivo fazer uma breve discussão sobre o feminismo, a submissão da mulher enquanto Outro na relação com o homem, a violência doméstica e a historicidade das políticas públicas no Brasil. Ao realizar, porém, as entrevistas e atendimentos às mulheres em situação de violência doméstica, que veremos no terceiro capítulo, ficou claro, que uma das questões levantadas pelas entrevistadas, refere-se às questões relacionadas ao mercado de trabalho e renda financeira. É tendo em vista isso que acrescentamos um subtópico referente à construção das relações de trabalho neste capítulo.

## 2.2 Gênero, ciência e feminismo

Por se tratar de uma pesquisa no âmbito de Estudos sobre as mulheres, iniciamos este capítulo com uma breve exposição referente à terminologia de gênero, uma vez que, de forma simplista, gênero foi por muitas vezes, utilizado como “sinônimo de mulheres” (Scott, 1995:75). Em seu texto, Amâncio (2003) faz uma análise da inserção do gênero nas Ciências Sociais, e finalizando examina esta terminologia como:

O gênero, aplicado às mulheres, aos homens, ou mesmo às relações entre eles, é incapaz de dar conta da complexidade das situações em que outras pertencas confluem, como a classe, a cor da pele, a etnia, a religião ou a orientação sexual, simplesmente porque ele não é um atributo dos indivíduos concretos, mas um saber da sociedade [...] o gênero não constrói o sexo, mas é, ele próprio, um efeito de relações de poder, da ação das instituições, das práticas e dos discursos que regulam as suas formas e significados. O gênero passa, assim, a ser visto como um ato performativo, algo que se faz (Nogueira, 2001b), constantemente reafirmado nas interações sociais, na medida em que as formas de o reconhecer são partilhadas.

(Amâncio, 2003:705)

Assim, podemos dizer que gênero seria uma terminologia com o objetivo de abranger “todas as diferenças, socialmente estabelecidas, entre mulheres e homens” (Pinto, 2014: 11). Trata-se de, assim, compreender a complexidade das relações sociais estabelecidas no decorrer da história, levando em consideração as relações de poder e hierarquia.

Destarte, partindo do pressuposto de conhecer o processo de construção do ser mulher, ou melhor de ser o Outro, na sociedade, partimos para uma discussão sobre a construção do feminismo dentro da ciência. Para tanto, ao lermos sobre a ciência moderna e pós-moderna, descrita por Santos (1987), compreende-se uma transição entre as ciências, além de resgatar do passado a capacidade de fazer perguntas simples, obter respostas que tragam novas possibilidades. Tal ciência ainda nos remete à dificuldade no rigor científico das ciências sociais, devido ao seu caráter subjetivo. A ciência moderna tem por base o domínio das ciências naturais. Ela se constituiu a partir do século XVI e somente no século XIX é que permitiu a inserção das Ciências Sociais utilizando um modelo global, totalitário, exigindo que os estudos fossem pautados pelos seus princípios epistemológicos e por sua metodologia. Esta foi marcada por dicotomias rígidas, quer dizer, pela necessidade de quantificar e medir para se obter um rigor científico e relevante.

O autor citado acima pontua alguns obstáculos nas ciências sociais, entre eles, a dificuldade de estabelecer uma metodologia controlada, em fazer previsões, uma vez que o comportamento humano se modifica de acordo com o meio. Enfim, as ciências sociais não são objetivas, ao contrário, elas são de natureza subjetiva, o que dificulta o rigor científico.

Este modelo de ciência moderna, segundo Santos (1987) passa por uma crise, o que faz surgir a ciência pós-moderna, sendo esta profunda e irreversível, por meio de uma revolução científica. A ciência pós-moderna sugere a flexibilidade e a superação das dicotomias, no intuito de valorizar os estudos humanísticos. Tal ciência assevera que o conhecimento científico natural também é social. Ora, este conhecimento precisa ser local e total, se constituindo a partir de uma pluralidade metodológica.

Harding (1993) fala de uma ciência alternativa, que a partir da visão marxista reflete como é o mundo, buscando emancipar a humanidade por meio de uma compreensão mais completa do mundo, da natureza e da sociedade.

Para Santos (1987), na ciência pós-moderna, todo conhecimento precisa ser autoconhecimento com mais compreensão e intimidade ao que é estudado. Por fim, Santos (1987) compreende a necessidade de reconhecer o senso comum como essencial no conhecimento científico, uma vez que é por meio deste que nos relacionamos com o mundo.

Farganis (1997, p. 224) ressalta que “o conhecimento do mundo é socialmente construído”, e este é pautado pelo gênero, uma vez que nossa visão sobre o mundo e a ciência está interligada na nossa maneira de ver e estar no mundo. Portanto, gênero assume um

caráter social e este permite que cada indivíduo tenha uma visão diferente do lugar em que está. Eis a razão pela qual os pensamentos e atitudes são afetados por questões sociais, ou seja, a ciência é influenciada pelo gênero.

Assim, ao pensar em Ciências Sociais, uma questão colocada em pauta por Haraway (1995) é sua visão, no que se refere a neutralidade do observador. A autora ainda sugere que a ciência feminista utilize a objetividade dos saberes localizados para fazer ciência. Em seu texto Farganis (1997) discorre sobre a inexistência da neutralidade do observador, compreendendo que seus estudos podem ser intencionais ao trabalhar com isto, ou seja, permitir que as emoções façam parte da investigação científica. É função do observador compreender como a pessoa vê o mundo. A autora percebe a ciência como uma forma de falar sobre o mundo e, assim, desconstrói a relação entre ciência e poder.

Neves e Nogueira (2005) discutem sobre a reflexividade nas metodologias feministas, uma vez que é essencial essa característica para a construção de um conhecimento que leve em consideração os fatores sociais, históricos, culturais e político. Tudo isso, além de compreender que o pesquisador também faz parte do processo. Desta forma, ele afeta e é afetado pelo seu objeto de pesquisa, bem como responsável por como interfere no cotidiano das pessoas que estão sob sua responsabilidade durante o processo.

Após compreendermos um pouco sobre a ciência moderna e pós-moderna citada por Santos (1987), é pertinente ampliar esta reflexão para as questões das epistemologias feministas. Para Ruggi e Barboza (2012:5), a epistemologia pode ser compreendida como “simplesmente uma palavra que utilizamos para descrever o mundo e suas relações”, ou ainda uma narrativa sobre um conhecimento pronto, ou “uma forma de poder, permeada por fatores políticos, ideológicos e contextuais”.

A epistemologia feminista surge a partir da crítica à “dominância masculina” trazendo à tona a realidade das mulheres, permitindo que a subjetividade, emoção e corpo sejam considerados no campo do conhecimento científico, e como estes podem gerar empoderamento.

Ressalta-se que as teorias patriarcais não tinham por objetivo explicar a experiência dos homens em geral, mas somente uma parcela de “heterossexuais, brancos, burgueses e ocidentais” (Harding, 1993: 9). Assim, com o objetivo de formular uma única versão feminista da história, algumas feministas seguem o mesmo padrão histórico, estudando somente pessoas pertencentes a sua classe.

Rich (2002), ao fazer uma complexa análise sobre o feminismo descrito por mulheres brancas e ocidentais, e sobre um pouco da história da luta de diversas mulheres pelo mundo, faz um importante questionamento do risco desta universalidade em que as mulheres, assim como homens foram estudadas. Cito com suas palavras: “Porque é que a liderança e estratégias das mulheres africanas tem sido tão pouco reconhecida pelo pensamento feminista, branco, ocidental, como teoria em ação” (Rich, 2002: 31-32). Neste questionamento fica evidente a necessidade de ampliar o olhar, os estudos e o reconhecimento para a diversidade das mulheres.

Nos Estados Unidos, as primeiras teorias feministas não surgiram das mulheres oprimidas, mas sim, das mulheres brancas de classe média e alta, donas de casas entediadas que buscavam mais vida e igualdade entre homens e mulheres, dentro do seu contexto social. Hooks (2015) nos remete à reflexão de como este momento histórico não levou em consideração as mulheres oprimidas.

Segundo Costa, Ávila & Anzaldúa (2005), somente com Gloria Anzaldúa é que foi inserido nas discussões do feminismo norte-americano as questões da diferença. Em função disso, ao abrir o terreno da diferença, Anzaldúa permitiu pensarmos o feminismo de forma migratória, que se articula de acordo com a realidade local, além de ampliar os espaços de poder. Destacam as autoras:

[...] Co-organizadora de uma das mais importantes antologias emblemáticas do feminismo da diferença, Anzaldúa trouxe, a partir de seu lugar de escritora chicana às margens do cânone, intervenções das mulheres feministas de cor, lésbicas, judias e mulheres do Terceiro Mundo, entre outras, para o centro do debate feminista norte-americano, até então dominado pela miopia das feministas consideradas brancas, anglófonas, heterossexuais, protestantes e de classe média. Com a irrupção dessas vozes histórica e estruturalmente reprimidas ou sem espaço, a discussão sobre diferença se desloca do plano de uma dicotomia de gênero (a diferença entre homens e mulheres, entre masculino e feminino) e caminha rumo à exploração das diferenças entre as mulheres e no interior das mulheres.

(Costa, Ávila & Anzaldúa, 2005; 692)

Maluf e Costa (2001) ao descrever uma entrevista com Ella Shohat, ressalta que infelizmente o feminismo muitas vezes desqualifica as lutas de diversas mulheres pelo mundo, por não se denominarem feministas. Enquanto isso, Bebian (2014) utiliza a terminologia mulheres do terceiro mundo para se referir às mulheres oprimidas. Afirma que o feminismo francês assim como nos Estados Unidos, no início das discussões das teorias feministas, não levou em consideração este público, mas se preocupou com questões da elite. Anzaldúa (2000), ao falar da mulher escritora do terceiro mundo, escreve uma carta brilhante, *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*,

lembrando que mulher branca e mulher de cor, apesar de terem muito em comum, sofrem perigos diferentes. Ressalta que não cabe à mulher de cor educar a mulher branca.

Felizmente, na busca incessante por teorias e, com o desenvolvimento da ciência, o feminismo tem contribuído para um entendimento de infinidade de homens e mulheres inseridos em complexos contextos históricos. Para Harding (1993: 11), não é possível que o feminismo tenha “pressupostos conceituais e metodológicos aceitos por todas as correntes”, ao contrário, assim como o mundo, precisam ser instáveis para abranger tanto o conhecimento quanto às práticas sociais.

Ao realizar estudos, é essencial compreender que o ser humano está em um lugar, deste modo é vista a partir deste, e que, portanto, precisa compreender como esta localização se relaciona com um lugar na sua história. Para tanto, antes de pensarmos geograficamente, é necessário que o indivíduo se compreenda enquanto corpo, e reestabeleça com este, o modo de pensar e falar. (Rich, 2002)

Ao falar do corpo Rich (2002) demonstra a política da localização, uma vez que este corpo tem mais do que uma identidade, sendo localizado por diversas particularidades, como cor e sexo. Assim, localizar-me no meu corpo, é reconhecer o lugar em que estas particularidades me levam ou me impedem de ir. A autora nos chama atenção para irmos além durante nossas análises, a fim de perceber que, apesar de nos sentirmos marginalizadas como mulheres, muitas vezes também marginalizamos o outro. Ainda, Rich reflete sobre a necessidade de lutarmos contra a idolatria das ideias puras, “que flutuam sobre a cabeça das pessoas vulgares – das mulheres, dos pobres, dos não iniciados” (Rich, 2002: 18).

Sob tal prisma, conclui-se este tópico ressaltando que existem uma gama de projetos que podem ser aprofundados na epistemologia feminista, e que a instabilidade e ambiguidade é parte essencial desta teoria. Trata-se, ainda, de compreender que ao invés de superar estas questões, precisamos compreendê-las (Harding, 1993).

### 2.3 Inserção da mulher nas relações de trabalho

Como já apontado neste capítulo, o presente tópico se tornou necessário após a realização da pesquisa, sendo que 36% de mulheres relatam estar desempregadas. Ainda, das mulheres com emprego, 18 % encontra-se em emprego informal, 18% em função

laborativa formal, mas ambas dependendo da renda do companheiro ou de terceiros para sua sobrevivência.

Pinto (2008) descreve que durante os séculos XVII e XVIII, as atividades realizadas por ambos os sexos eram vistas como produtivas, mas com o processo de industrialização, a força de trabalho passa a ser mercantilizada, e em função disso, começa a ser demarcado a produção ativa e não ativa, classificando a mulher que trabalhava em casa como não ativa.

Historicamente, a autora analisa que, no século XIX, com a herança do pensamento iluminista, a mulher é vista como reprodutora e excluída das atividades públicas. Pinto ainda descreve um modelo de domesticidade oitocentista, levantando a influência da concepção rousseauiana de mulher ideal<sup>1</sup>, em que a mulher seria determinada por questões biológicas. Ao que se refere à religião, esta contribuiu para o modelo feminino que era propagado, a saber, o de esposa e de mãe. Ainda sobre religião, Lagrave (1995) acrescenta que esta exerceu um papel de grande influência, ao mostrar que ao homem cabia a responsabilidade de construir a casa, mas somente a mulher poderia torná-la um lar e ter a responsabilidade de cuidar dos filhos, reforçando a divisão social de gênero.

Ostos (2012), ao descrever sobre a mulher na era do governo Vargas no Brasil (1930-1946), ressalta o papel negativo da igreja católica neste processo de luta por direitos, uma vez que esta concebia a mulher como única responsável pelo cuidado e educação dos filhos, casa, esposo. Para a igreja, a função da mulher no seio familiar era a maternidade considerando, inclusive, antinatural a mulher ter poucos filhos ou nenhum. Desta forma, repugnava a ideia de a mulher/esposa sair de sua residência e se inserir no mercado de trabalho.

Ainda, com o objetivo de contrariedade aos novos comportamentos da mulher, a autora examina que a igreja católica ameaçava a mulher com o divórcio, que seria a expulsão da mulher do seio familiar, uma vez que este somente era permitido em situações extremas. Aqui, algumas poucas bandeiras se ergueram para a legalização do divórcio. Diante de tamanha demonstração de transformações econômicas, a igreja, neste período, vê a necessidade de pactuar uma ligação com o Estado. Já este por sua vez, teria em sua plenitude os aspectos legais a fim de zelar ou não pela crença eclesial e seus preceitos, podendo intervir para tratar esta questão de maneira mais branda, pois esta era a maneira com a qual a igreja

---

<sup>1</sup> A fim de o leitor se familiarizar com essa concepção de Jean-Jacques Rousseau, filósofo circunscrito ao período do Iluminismo francês, basta consultar o livro V de sua obra *Emílio ou Da Educação*. (Rousseau, 1999).

entendia ser possível a salvação do ser humano. Assim, cabe ao Estado a criação de leis que cerceiem a mulher, como o decreto de 1932, em que a mulher não poderia exercer atividades laborais no período noturno. (Ostos, 2012)

Mesmo com a união entre Igreja e Estado, percebe-se divergências de opiniões. Neste sentido, tem-se a discussão da liberação ao divórcio daquelas mulheres mais indecorosas, bem como o pensamento da conversão espiritual para toda a sociedade. Além das questões relativas ao divórcio e à conversão espiritual surge, de fato, neste período, defensores de que a mulher seja inserida no mercado de trabalho. Alguns articuladores mencionavam ainda que as mulheres poderiam agir como formadoras e regeneradoras do seio familiar e automaticamente de uma sociedade, fato é, ainda, que a mulher, neste período, era tida como ente reprodutora, preservando o cuidado físico e moral do ser humano, para que o país pudesse consolidar cada vez mais a posse de seu território. (Ostos, 2012)

Para Pinto (2008), a domesticidade e a maternidade foram vistas como pilares da família. Ora, esta passa ser vista como uma espécie de santuário, pertencendo unicamente à mulher a responsabilidade conjugal e maternal. Com o tempo, a família adquire a função de mediar as questões da esfera pública e privada, competindo somente ao ambiente familiar, a responsabilidade de educar, socializar e integrar o indivíduo no meio social.

A autora citada acima pontua que, o paradigma da domesticidade começa a ficar evidente com o desenvolvimento urbano e industrial, bem como com a consolidação da família nuclear moderna. Neste momento, percebe-se a demarcação de uma dicotomia entre espaço público e privado, ficando o primeiro a cargo do homem e o segundo sob responsabilidade da mulher. Assim, a mulher passa a carregar consigo além da domesticidade, a responsabilidade pela maternidade.

No Brasil, ainda não encontramos muitos autores que utilizam o termo domesticidade, mas ao realizar várias pesquisas, encontramos um texto brilhante escrito por Mello (2019). Neste, a autora concorda com Pinto (2008), ao dizer que a domesticidade se torna um espaço privado que cabe à mulher, trazendo exemplos atuais da domesticidade no Brasil:

Nossos exemplos contemporâneos de reafirmação da associação entre mulheres e domesticidade são múltiplos, e estão imbricados em interesses econômicos e de manutenção de privilégios: as manifestações contrárias aos direitos trabalhistas das empregadas domésticas em 2013, a exaltação da figura da então “quase” primeira-dama como “bela, recatada e do lar” em 2016, ou a fundação em 2019, pelo Governo Federal, eleito pelo discurso do fundamentalismo religioso, de um Ministério que articula mulher (no singular) e família, como uma relação óbvia e

naturalizada. Esses acontecimentos seriam suficientes para ilustrar focos de conflito com o pensamento feminista. Infelizmente, temos muitas outras amostras recentes de declarações de autoridades que prescrevem literalmente às mulheres características como a submissão e a domesticidade, e funções como a maternidade e a disponibilidade sexual.

(Mello, 2019: 78)

Vaquinhas (2000), historiadora portuguesa, descreve que diversos autores citam que a família é uma pátria em miniatura e, quando esta apresenta disfunções, afeta a ordem social. Portanto, proteger a família torna-se um discurso ideológico. Em seu texto, a autora frisa a questão da maternidade, uma vez que esta foi exaltada e à mulher cabe a missão de, além de procriar, o poder de educar os homens e mulheres, o que limitaria sua entrada formal no mercado de trabalho.

Para Sá (2010),

a maternidade/ maternagem é percebida como uma característica universal feminina, o que lhe acarreta um significado de naturalidade, composto por sentimentos inatos e instintivos que toda mãe possui, independente da cultura e situação sócio-econômica. Foi por meio de discursos normalizadores forjou-se um ideal de maternidade que remeteu à mulher um papel essencialmente doméstico e materno, construindo uma imagem de mãe que gira em torno do próprio self feminino, onde o desejo de maternar (cuidar do filho) tornou-se ideologicamente intrínseco à condição da mulher [...] Ainda é esperado da mulher, além de dedicação e sucesso profissional, também que seus filhos sejam bem cuidados e educados. Essas representações mais tradicionais da maternidade ainda são percebidas entre as mulheres de hoje. A crença dessas mulheres em representações tradicionais da maternidade surge como o fator gerador de muitas angústias.

(Sá, 2010: 1-3)

Para Ostos (2012), no Brasil na era de Vargas (1930-1946), o Estado concebia que a mulher no envolvimento diário com seus filhos e seus pares, poderia promover um zelo maior. Com isto, se minimizaria algumas doenças, além de proporcionar uma alimentação melhor para seus filhos e sua família. Logo, as pessoas ao seu redor seriam mais fortes e saudáveis. Diante disso, a sociedade sairia ganhando no todo. Desta forma, a mulher deveria receber orientações condizentes à higiene e à educação na sua formação, bem como a orientação de médicos e assistentes sociais. Acreditava-se que, ao orientar as mulheres, estas seriam responsáveis pela excelência da higiene, nutrição e pedagogia infantil. Caso contrário, seria fadado ao fracasso se porventura estes conhecimentos não fossem aplicados dentro de suas residências.

Sendo assim, ao pensar na questão da maternidade como responsável pela ordem social ao educar bons filhos, algumas autoras se referiam a República como nossa filha, lugar em que a mulher seria mãe, no sentido figurado, da sociedade, sendo seu dever intervir nas questões sociais, e, portanto, pode exigir direitos civis, políticos e à educação. Logo,

entendemos que a maternidade foi utilizada como argumento para mudança de obtenção de poder.

Para Scott (1994), o processo de industrialização no século XIX colocou em evidência a mulher trabalhadora, sendo essa uma problemática a ser resolvida. Pinto (2008) concorda com esta questão, ressaltando que durante o século XIX, com o novo conceito de trabalho e o paradigma da domesticidade, a mulher trabalhadora passa a ser considerada um problema social. Ao pensar em novas perspectivas da industrialização, a autora pontua que muitas mulheres não deixavam de trabalhar fora de casa por longas jornadas, com o objetivo de assegurar o sustento de suas atividades.

Devido a uma multiplicidade de sistemas de produção, a industrialização apresentou uma pluralidade de possibilidades de inserção no mercado de trabalho, como a produção em domicílio e prestação de serviços que ficaram, em grande parte, sob a responsabilidade das mulheres, o que apresentava um valor significativo de rendimento familiar. Ao realizar, porém, o trabalho no domicílio, foi intensificado a responsabilidade da mulher ao que compete ao trabalho familiar, tendo como parâmetro o princípio da domesticidade. Na segunda metade do século XIX, este trabalho abrangia um grande público feminino. Em contrapartida a esta questão, as mulheres eram desaconselhadas a ter empregos na esfera pública, sendo atribuído exclusivamente ao homem a função de sustentar a família (Pinto, 2008).

No texto *A mulher trabalhadora*, Scott (1994) retrata como foi discutida a inserção da mulher no mercado de trabalho como assalariada e em atividades públicas, uma vez que este lugar era destinado tão apenas ao homem. Esta resistência da aceitação da mulher no trabalho, principalmente o que não poderia ser realizado em domicílio, estava ligada às questões do sistema capitalista e, evidentemente, à discriminação de gênero, o que deixou ainda mais claro uma divisão sexual do trabalho, que percebemos até hoje.

A autora citada acima elenca diversas dificuldades enfrentadas pelas mulheres, entre elas, os baixos salários devido ao entendimento de que o salário do homem deveria ser maior para que ele, homem, sustentasse sua família. A mulher, por sua vez, seria a responsável pelo domicílio e o homem pelo sustento. Ainda cabe observar que a mulher foi culpabilizada pelos desempregos, uma vez que, por ser mão de obra barata, representaria ameaça para os postos de trabalho do homem. Outra questão refere-se à força necessária para executar as atividades, sendo que os empregadores utilizavam esse expediente para oferecer

salários baixos às mulheres e, ainda os turnos de trabalho, em que a mulher deveria fazer turnos menores sem poder trabalhar no período noturno.

Segundo Ostos (2012), a mulher sempre foi vista socialmente como um ser submisso, considerada como incapaz para auxiliar no sustento da família, sendo o homem o responsável pela manutenção do lar. A mulher somente poderia participar deste processo em situações de extrema vulnerabilidade. No entanto, com o crescimento urbano e as transformações sociais e econômicas, a mulher começa a se inserir no mercado de trabalho, exigindo que o Estado, além de regulamentar esta questão, agisse como ente mediador das relações, a fim de que a mulher não perca sua essência, de zelar pelo outro (cônjuge), cuidar dos filhos e da casa.

Ostos (2012), cita que no Brasil, pelo Código Civil de 1916, o marido era o

[...] chefe da sociedade conjugal encarregado de administrar os bens do casal, fixar o domicílio familiar e prover o sustento dos seus. O divórcio não era permitido e o casamento só era passível de anulação em casos extremos. A mulher casada era considerada como relativamente incapaz para exercer certos atos legais, não podendo trabalhar fora de casa sem autorização prévia do marido.

(Ostos, 2012: 316)

Assim, compete ao Estado agir como articulador para auxiliar na mudança do papel social da mulher, iniciando por alterações na legislação. Somente no ano de 1932, após diversas discussões com forte influência religiosa no Brasil, é que as mulheres conquistam o direito ao voto por meio da alteração do Código Eleitoral, como veremos mais à frente nesta dissertação.

O ganho das mulheres, por meio das devidas alterações na legislação, foi inegável, mas a partir das leituras realizadas, é possível questionar se o desejo do Estado e/ou da sociedade realmente era de que a mulher conquistasse, de fato, direitos sociais, ou somente que estes fossem regulamentados. São questões que levantam hipóteses, como por exemplo, apesar da regulamentação destes direitos pelo estado, a mulher continuaria desempenhando seu papel social, como o da maternidade. Ressalta-se que no decorrer do artigo, a autora observa que a igualdade salarial não foi legalizada (Ostos, 2012).

Utilizamos as palavras de Pinto (2008) para finalizar esse tópico. Argumenta que:

a industrialização contribuiu para a construção de um modelo social de gênero alicerçado na cisão sexuada dos espaços público e privado, das funções de produção e de reprodução, dos setores e atividades profissionais, das esferas política e familiar, a que são atribuídos valores sociais e simbólicos desiguais.

(Pinto, 2008: 165)

Por fim, ao pensar na luta para que as mulheres conseguissem se estabelecer no mercado de trabalho, bem como romper com os paradigmas estabelecidos frente ao seu papel social, o da maternidade e, indo além, buscando compreender que essa luta ainda não se encerrou, entendemos que ela precisa ser constante, não pode ser esquecida. Nessa perspectiva, ainda é preciso estudar muito para compreender os mecanismos que são utilizados para cercar a liberdade da mulher e aumentar o poder do homem, nos dias de hoje. Esperamos que, um dia, nosso país e, talvez o mundo quebre tais paradigmas, e compreenda que não é necessário ser homem ou mulher para realizar/ocupar determinada função, mas sim, seres humanos capazes de enxergar o outro com empatia e como um ser igual, com os mesmos direitos e possibilidades.

#### 2.4 Subordinação da mulher

Ao realizarmos as leituras durante as disciplinas do mestrado, e para escrever esta dissertação, alguns questionamentos permaneceram em nós. Entre eles, o de Simone Beauvoir (2016: 14). “Por que as mulheres não contestam a soberania do macho? [...] de onde veio essa submissão da mulher”? Outro questionamento parte ainda de Adriana Piscitelli (2002: 2) que se pergunta: “se a subordinação da mulher não é justa, nem natural, como se chegou a ela e como se mantém?”. E ainda, o questionamento de Fernanda Henriques (2005: 2) “Por que é que a dominação masculina assumiu o aspecto de parecer ter sido tão completamente aceita?”

No seu texto, Piscitelli (2002) nos instiga a ter um outro olhar sobre gênero e mulher, a partir de um breve, mas abrangente levantamento de distintas ideias sobre essa temática. Pode-se concluir que o conceito de gênero foi desenvolvido dentro do movimento feminista por meio da história das teorias sociais. Com isso, um dos objetivos é a ideia de direitos iguais, em que a autora questiona sobre a subordinação, uma vez que esta se tornou um questionamento dentro do pensamento feminista a partir da década de 1960.

Entendemos que este questionamento feito pela autora citada acima é muito importante e complexo. Nos dias atuais, ainda é perceptível a necessidade de se romper com o papel social e cultural, relacionado ao ser e ao estar mulher no mundo. Diariamente nos deparamos com histórias de mulheres que não conseguem romper situações extremas de

violência, talvez, porque muitas consideram como sua função de ser submissa e/ou continuar a conviver com um homem.

Uma das respostas para estes questionamentos pode ser explicada pela constituição do contrato social, discutido por Rosa Cobo (2007), lugar em que faz uma análise das teorias de Hobbes, Locke e Rousseau. Trata-se de autores que buscam reconstruir, tanto as relações sociais, quanto as institucionais. Para isso, os três partem do pressuposto de que a mulher não possui direito à liberdade e à igualdade, sendo o homem um cidadão e a mulher um sujeito.

As teorias contratualistas partem do pressuposto de que a mulher é excluída do poder e da cidadania, mas por outro lado, entendem que o poder deve ser para todos os indivíduos de uma comunidade, desde que este seja masculino, indo contra o pacto de sujeição da Idade Média, época em que o poder era paternalista. Apesar de discordarem sobre algumas questões, os teórico e estudiosos desse assunto acabam afirmando que o mecanismo de exclusão da mulher existe, é um fato, seja em maior ou em menor grau. Os teóricos citados pela autora entendem que a “pedra angular do contratualismo é a noção de consentimento” (Rosa Cobo, 2007: 4), assim a mulher deve consentir no que diz respeito a sua subordinação ao homem.

Piscitelli (2002) observa que este pensamento não é um todo, mas composto de diferentes vertentes teóricas. Ora, após a década de 1960, as abordagens compartilham algumas ideias centrais, entre elas, que politicamente a mulher ocupa lugares sociais subordinados em relação ao homem. Também é defendida a ideia de que a subordinação precisa ser vista de acordo com o lugar e o momento histórico, mas que ela não deixa de ser universal. Se pensarmos que a subordinação não é natural, mas sim construída socialmente, entende-se que ela pode ser modificada. Assim, essas vertentes reivindicaram a igualdade no exercício dos direitos e questionaram as raízes das desigualdades existentes, bem como buscaram estratégias para romper com a subordinação.

Algumas vertentes estão alicerçadas em diferentes visões sobre a origem da opressão à mulher, que leva à subordinação. Uma das vertentes do feminismo socialista considera a maneira do surgimento das classes sociais responsáveis pela subordinação, que somente seria revertida com uma nova organização social. Enquanto outra vertente do feminismo socialista faz críticas a esse modelo considerando como causas dessa opressão a associação do capitalismo e patriarcado. No entanto, o feminismo radical considera que a

subordinação feminina vem do processo reprodutivo do ser humano, em que somente a mulher pode gerar um filho e, dessa forma, ela acaba se tornando dependente do homem (Piscitelli, 2002).

Beauvoir (1949a/2016a) em seu livro o *Segundo Sexo*, realiza diversos questionamentos sobre a subordinação da mulher, referindo-se a questões ligadas à biologia, do ponto de vista psicanalítico e do materialismo histórico. Assim, vamos citar alguns trechos que se referem as estas visões.

No que diz respeito às diferenças entre homens e mulheres ligadas à biologia, a autora descreve em seu texto algumas diferenças fisiológicas entre eles, como por exemplo, “ela é menor que o homem, menos pesada, e seu esqueleto, mais frágil, a bacia mais larga, adaptada às funções da gestação e do parto” (Beauvoir, 1949a/2016a: 59) e, por fim, conclui:

[...] dados biológicos são de extrema importância: desempenham na história da mulher um papel de primeiro plano, são um elemento essencial de sua situação [...] sendo o corpo o instrumento de nosso domínio do mundo, este se apresenta de modo inteiramente diferente segundo seja apreendido de uma maneira ou de outra [...] são chaves que permitem compreender a mulher. Mas o que recusamos é a ideia de que constituem um destino imutável para ela. Não bastam para definir uma hierarquia dos sexos; não explicam por que mulher é o Outro; não a condena a conservar para sempre sua condição de subordinada.

(Beauvoir, 1949a/2016a: 60)

Assim, pode-se compreender que a visão biológica, apesar de ser uma justificativa para a subordinação da mulher, esta não seria uma explicação para a mulher manter-se como *Outro* na relação com o homem, permitindo, portanto, a esse o poder de decisão sobre a sua vida.

No que se refere ao ponto de vista psicanalítico, a autora discorda e escreve:

[...] a psicanálise malogra em explicar por que a mulher é o *Outro*, pois o próprio Freud, admite que o prestígio do pênis explica-se pela soberania do pai e confessa que ignora a origem da supremacia do macho. [...] sem rejeitar em bloco as contribuições da psicanálise, algumas das quais são fecundas, recusaremos contudo seu método.

(Beauvoir, 1949a/2016a: 78)

E, por fim, sobre o ponto de vista do materialismo histórico, a autora nos diz que “a teoria do materialismo histórico pôs em evidência muitas verdades importantes. A humanidade não é uma espécie animal: é uma realidade histórica. [...] a mulher não poderia ser considerada apenas um organismo sexuado”. (Beauvoir, 1949a/2016a: 84). E acrescenta:

Engels retraça a história da mulher em *A Origem da família*. [...] Na Idade da Pedra, quando a terra era comum a todos os membros do clã, o caráter rudimentar da pá, da enxada primitiva, limitava as possibilidades agrícolas: as forças femininas estavam na medida do trabalho exigido pelo cultivo dos jardins. Nessa divisão primitiva do trabalho, os dois sexos já constituem, até

certo ponto, duas classes; entre eles há igualdade. [...] Com a descoberta do cobre, do estanho, do bronze, do ferro, com o aparecimento da charrua, a agricultura estende seus domínios. Um trabalho intensivo é exigido para desbravar florestas, tornar os campos produtivos. O homem recorre, então, ao serviço de outros homens que reduz à escravidão. A propriedade privada aparece; senhor dos escravos e da terra, o homem torna-se também proprietário da mulher. Nisso consiste “a grande derrota histórica do sexo feminino”. Ela se explica pelo transtorno ocorrido na divisão do trabalho em consequência da invenção de novos instrumentos.

(Beauvoir, 1949a/2016a: 84)

A autora também discorda dessa ideia do materialismo histórico proposta por Engels, apesar de concordar que essa concepção, traz mais elementos que aquelas descritas anteriormente, mas não aceita que a opressão da mulher seja reduzida a questões de trabalho. Por fim, a autora nos diz:

[...] Para descobrir a mulher não recusaremos certas contribuições da biologia, psicanálise, do materialismo histórico, mas consideremos que o corpo, a vida sexual, as técnicas só existem concretamente para o homem na medida em que os apreende dentro da perspectiva global de sua existência. O valor da força muscular, do falo, da ferramenta só se poderia definir num mundo de valores: é comandado pelo próprio projeto fundamental do existente transcendendo-se para o ser.

(Beauvoir, 1949a/2016a: 91)

Retomando a visão de outras autoras, Spivak via nas mulheres pobres e silenciadas do terceiro mundo, a figura do subalterno que, na maioria das vezes, não é ouvido. Nessa retrospectiva, Spivak sugere que não falemos e não nos apropriemos da subjetividade do *Outro*, mas sim, que possamos criar um espaço favorável ao subalterno de modo que este consiga falar e, de fato, consigamos escutá-lo (Bebiano, 2014).

Ao falar do lugar que cada ser humano está no mundo, essa reflexão nos faz pensar a questão do subalterno descrita no texto de Bebbiano (2014), sobre Gayatri Spivak, sendo que este, muitas vezes não é ouvido. Assim, para que aconteça o processo de tradução a fim de que o subalterno fale e seja ouvido, é necessário que tenha o *Outro*.

Ao decidir falar pelo subalterno, ficam duas questões, correta e incorreta. Incorreta por falar sobre e apropriar-se da subjetividade do *Outro*, mas correta por não se calar frente aos excluídos da sociedade. Dentro dessa questão, Spivak propõe um caminho, ou seja, defende que, apesar de não ser a solução definitiva, pelo menos ela permite a escuta do subalterno. Assim, a autora propõe criar um espaço para o subalterno falar e, realmente, escutá-lo. Ao propor essa questão, ressalta-se que Spivak via nas mulheres pobres e silenciadas do terceiro mundo o subalterno, e considera que o feminismo francês, no início de suas discussões, não levou em consideração este público, mas somente questões elitizadas (Bebiano, 2014).

Uma outra questão levantada por Rich (2002) e Crenshaw (2002) refere-se ao sentimento feminino de marginalização que perpassa as experiências das mulheres, uma vez que a proteção das mulheres está comprometida por suas experiências. Dessa maneira, quando a mulher sofre algumas violações que normalmente são comuns aos homens, estas são vistas de uma maneira, mas quando se trata de abusos ligados à tradição, tornam-se discussões secundárias. Essa questão torna-se ainda pior quando entrelaçada à violência racial.

Outro ponto relacionado à marginalização das mulheres pode ser compreendido pela discriminação interseccional. É, aliás, algo muito difícil de ser identificado, por parecer uma situação cotidiana. A interseccionalidade configura-se pela forma como os sistemas discriminatórios geram desigualdades. Ressalta-se a interseccionalidade política, situação na qual as mulheres de comunidade, na maioria das vezes marginalizadas, não somente por questões de gênero, mas por questões raciais, culturais, econômicas, entre outras, enfrentam obstáculos diante de situações de violações de direitos, uma vez que ao fazer denúncias, a sua própria comunidade se volta contra elas, por terem constrangido a própria comunidade (Crenshaw, 2002).

Não poderíamos concluir esta reflexão sem retomar uma questão pontuada pela autora Henriques (2005: 9) que, em seu texto, questiona o fato de o “preconceito sobre a desigualdade entre os sexos estar interiorizado pelas próprias mulheres”. Em seu livro *A Dominação Masculina*, Bordieu (2012), descreve como foi construído o papel do homem como dominador da mulher, e como esta contribuiu para a perpetuação desta questão. Pois bem: no atendimento de mulheres, essa questão fica evidente, pela dificuldade em perceber sua subordinação ao homem em questões do dia-a-dia, e muitas vezes pelo discurso opressor referente à conduta de outras mulheres. Pensamos que temos muito a avançar, e concordamos com a autora, que isso somente será possível por meio de uma educação sem preconceitos.

Encerramos, sem ter, de fato, respondido as questões que geraram essa reflexão, mas pensamos e questionamos o seguinte: será que algum dia iremos, efetivamente romper com a subordinação da mulher? Ou ainda, será que algum dia as oprimidas não terão mais medo dos opressores?

## 2.5 Violência doméstica

A história mostrou-nos que os homens sempre detiveram todos os poderes concretos; desde os primeiros tempos do patriarcado, julgaram útil manter a mulher em estado de dependência; seus códigos estabeleceram-se contra ela; e assim foi que ela se constituiu concretamente como Outro. (Beauvoir, 1949a/2016a: p. 199)

Sendo a mulher, o *Outro*, fica ainda mais simples aceitar a violência como algo normal. Afinal, se sou o *Outro*, alguém pode ter domínio sobre mim. A violência contra a mulher está ligada às relações de poder social e econômico, em que o homem possui poder e controle sobre a mulher. A mulher “aprende” que deve ser subordinada ao homem. A sua desobediência justifica a violência. A questão da violência contra a mulher precisa ser encarada como um problema nacional e internacional.

O documentário *Simone de Beauvoir – uma mulher atual* retrata um pouco da história de Beauvoir. Duas frases citadas no audiovisual vêm ao encontro com a questão em pauta: ‘não se nasce mulher, torna-se mulher’. ‘Não se nasce macho, torna-se macho’. Pensamos que essas questões estão intimamente conectadas ao que se refere à violência contra a mulher, uma vez que entendemos este fenômeno como construído socialmente, por meio de uma cultura patriarcal e machista. É, pois, nessa cultura patriarcal que se tem estabelecido o que é ser homem e o que é ser mulher no mundo. No entanto, se estes conceitos são estabelecidos, poderiam ser reestabelecidos.

Se pensarmos que a subordinação não é natural, mas sim construída socialmente, como vimos no tópico anterior, entende-se que ela possa ser modificada. Tenho me deparado diariamente com histórias de mulheres que não conseguem romper situações extremas de violência doméstica, talvez porque, de alguma forma, considere como sua função ser subordinada e/ou continuar a conviver com um homem. Mas também me deparo com diversas mulheres que lutaram contra essa subordinação e, em virtude dessas lutas, não se tornaram vítimas da violência doméstica propriamente dita. Em função disso, por diversas vezes, tiveram que lidar com a supremacia do homem sob a mulher.

Para Chauí (2011: 241-242), a violência constitui “tudo que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser [...] é coagir, constranger, torturar, brutalizar [...] é violar”. Saffioti (2004: 17) conceitualiza a violência “como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral”. Enquanto Velho (2000: 11) destaca que a violência “não se limita ao uso da força física, mas a possibilidade ou ameaça de usá-la constitui dimensão fundamental de sua natureza [...]

associa-se à ideia de poder”. Quando discutimos a violência contra mulher, a descrição citada por Velho (2000) torna-se mais evidente, uma vez que um dos fortes distintivos da violência contra mulher é seu caráter velado. Isso se dá, principalmente, quando a violência se apresenta como moral ou psicológica, o que devido à tortura psíquica e isolamento social, pode levar a vítima a ter um sério desgaste em sua saúde mental, levando a comportamentos contra si ou contra o outro, e ainda, entendendo como normal a sua vivência, e se culpabilizando pelo comportamento agressor do seu parceiro, sem perceber possibilidades de romper com o ciclo da violência.

A vítima de abusos físicos, psicológicos, morais e/ou sexuais é vista por cientistas como indivíduo com mais probabilidades de maltratar, sodomizar outros, enfim, de reproduzir, contra outros, as violências sofridas, do mesmo modo como se mostrar mais vulnerável às investidas sexuais ou violência física ou psíquica de outrem.

(Saffioti, 2004: 18)

A violência não é um fenômeno novo, mas infelizmente, é possível que continue presente em todas as sociedades. Tal fenômeno se configura de maneiras diversas de acordo com cada momento histórico e com cada realidade sociocultural. Assim, a violência contra a mulher também deve ser compreendida como um fenômeno antigo, sustentado no patriarcado como maneira de domínio político e exploração econômica com base no sexo, tendo sua origem antes do capitalismo e se intensificando como ele.

Na antiga Roma, o patriarca detinha o poder sobre a vida ou morte de sua esposa e filhos. Ora, hoje esse poder não existe mais. No entanto, alguns homens permanecem assassinando suas parceiras, em muitos casos com requintes de crueldade, esquartejando seus corpos, colocando fogo, as vezes até ateando fogo nelas ainda com vida. Quando não matam as deixam com sequelas para o resto de suas vidas. E o julgamento desses criminosos são influenciados pelo sexismo que impera na sociedade, levantando falsas acusações contra a vítima até ao ponto de transformá-la em ré. Trata-se de procedimentos que, em muitos casos, ainda consegue a absolvição do verdadeiro réu. Isso tudo quando não alegam legítima defesa da honra, como se eles nunca tivessem ferido a honra de suas parceiras. E quando se consegue condenar um agressor, na maioria dos casos, por bom comportamento na prisão, pode-se reduzir sua pena a um terço, ou até mesmo a um sexto do estipulado no julgamento. (Saffioti, 2004)

A autora citada acima relata que pesquisas demonstram que cerca de 19% das mulheres disseram haver sofrido algum tipo de violência por parte dos homens, sendo que

16% descreve ter sofrido violência física, 2% violência psicológica e cerca de 1% de assédio moral. Quando as entrevistadas são estimuladas, o percentual sobe para 43% das investigadas que dizem ter sofrido violência sexista. Ademais, um terço destas relata ter sofrido violência física, 27% refere-se à violência psíquica e 11% afirmam ter sofrido assédio sexual.

O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher (2007) mostra que a violência contra as mulheres é um drama complexo e mais frequente no Brasil do que se pode imaginar. De acordo com uma pesquisa feita pelo Ibope, a pedido do Instituto Patrícia Galvão, no ano de 2006, nas respostas de 55% da população a violência é um dos três principais problemas que preocupam as mulheres e 51% das pessoas entrevistadas disseram conhecer pelo menos uma mulher que já foi agredida pelo seu parceiro. Dados da Pesquisa Perseu Abramo realizados no ano de 2001 revelaram que aproximadamente 43% das mulheres já foram vítimas de algum tipo de violência doméstica.

Uma pesquisa mais atualizada sobre a questão da violência contra a mulher foi descrita no *Atlas da Violência*, publicada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que faz uma análise dos homicídios contra mulheres durante a década de 2007 a 2017. Nesta pesquisa, verifica-se o crescimento de 30,7% no número de homicídios de mulheres no Brasil (IPEA, 2019).

Em uma pesquisa apontada como inédita, publicada em agosto de 2019, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), se analisa a “Participação no Mercado de Trabalho e Violência Doméstica contra as Mulheres no Brasil”. De acordo com a pesquisa, temos os seguintes dados:

A violência contra a mulher é dobro da ocorrência quando ela participa do mercado de trabalho – isto é, faz parte da população economicamente ativa (PEA) -, em relação a não participar, ou seja 52,2% contra 24,9%. [...] a violência contra a mulher ocorre tipicamente em sua residência (43,1% do total de casos), seguida por agressões nas vias públicas (36,7%). No que concerne a relação da vítima com o perpetrador, boa parte dos atos são realizados por pessoa conhecida (32,2%), cônjuge ou ex-cônjuge (25,9%) e pessoa desconhecida (29,1%)

(Cerqueira, Moura e Pasinato, 2019: 16)

Ao realizar uma busca de dados sobre a violência doméstica no Brasil, encontramos um texto intitulado *Brasil registra 1 caso de agressão mulher a cada 4 minutos, mostra levantamento*. Pois bem, este texto foi publicado em 09 de setembro de 2019, por Marina Gama Cubas, Júlia Zaremba e Thiago Amâncio, na *Folha de São Paulo*. O presente texto, foi escrito a partir de uma análise das notificações presentes no SINAN-Sistema de

Informação de Agravos e Notificações, durante os anos de 2014 até 2018, época em que obtiveram acesso a 1,4 milhões de notificações. Ressalta-se que, segundo a/os autores, estas informações foram obtidas pela Folha via Lei de Acesso à Informação.

Os autores ainda descrevem que, sempre quando uma mulher é vítima de violência doméstica e é atendida por um órgão de saúde, deve-se obrigatoriamente fazer notificação, porém, sabe-se que nem sempre isto é realizado. Sobre as notificações examinadas, apontam que:

Ano de 2014: 22.432 de violência sexual, 64.832 de violência física, 37.414 psicológica, 3.658 torturas. Ano de 2015: 22.458 de violência sexual, 70.087 de violência física, 42.071 psicológica, 4.237 torturas. Ano de 2016: 25.093 de violência sexual, 76.585 de violência física, 44.133 psicológica, 4.479 torturas. Ano de 2017: 30.308 de violência sexual, 89.914 de violência física, 49.068 psicológica, 5.591 torturas. Ano de 2018: 34.352 de violência sexual, 97.757 de violência física, 52.267 psicológica, 5.188 torturas.

(Cubas, Zaremba, Amâncio, 2019)

Ao mencionar o agressor, a pesquisa observa que em quase todos os tipos de violência, o agressor da mulher é uma pessoa próxima: pai, padrasto, irmão, filho, ou, principalmente, ex ou atual marido ou namorado [...] 70% dos casos ocorre em residências. (Cubas, Zaremba, Amâncio, 2019)

Podemos dizer que a violência doméstica existe desde sempre. Uma das suas principais características é o viés cultural, uma cultura machista, de subordinação da mulher ao homem, como temos visto ao longo desta dissertação. Frente a tudo isso, por que não mencionar na vida cotidiana, com diversas expressões de violência de gênero ao nosso redor? Tendo em vista o objetivo de romper com a violência doméstica, muitos países têm estabelecido legislações para o combate e prevenção de situações de violência, incluindo além do Direito, outras políticas públicas.

No que compete às questões de Direito, Beleza (2011) nos lembra de como são recentes os direitos legais da mulher. Ao lançar seu olhar diante das leis de Portugal, a autora termina seu texto com uma frase que considero pertinente para diversos países, em especial para o Brasil, pelo fato de conhecer a realidade sociocultural deste país. Bem observa ela: “A lei é também um instrumento importante de condicionamento ideológico. Mas tudo o que a rodeia pode torná-la razoavelmente ineficaz ou, no limite, dispensável” (Beleza, 2011: 3). Duarte (2012) ainda faz uma importante análise a respeito de o Direito poder ser utilizado ou não a favor das mulheres, ou ainda se esse pode se tornar mais uma forma de opressão. Para Duarte (2012: 60), “a violência doméstica permanece na atualidade como uma relevante

fonte de exclusão social [...] tem sido objeto de diversas políticas dirigidas à sua prevenção, à sua criminalização e ao apoio às vítimas”.

Atualmente, no Brasil, o principal instrumento de enfrentamento à violência contra a mulher é a Lei Nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, conhecida como a Lei Maria da Penha, que tipifica os casos de violência doméstica em física, moral, psicológica, sexual e patrimonial, prevê que a mulher vítima de violência doméstica seja acompanhada por equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas psicossocial, jurídica e de saúde. Essa Lei vem ao encontro aos anseios das pessoas que combatem a violência em todas as suas formas. Assim, em seu artigo 5º, a Lei reconhece como violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer omissão ou ação com base no gênero que resulte em morte, lesão ou sofrimento. Esse sofrimento pode ser físico, sexual ou psicológico e também dano moral ou patrimonial, que ocorre no âmbito da unidade doméstica, no ambiente familiar e em qualquer relação íntima de afeto, em que o agressor convive ou tenha convivido com a mulher ofendida, independente de coabitar ou não.

Quanto às formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, a Lei prevê e entende como violência: a violência física (qualquer conduta que ferir a integridade ou saúde corporal). A lei ainda compreende a violência psicológica (qualquer conduta que cause danos emocional e/ou redução da autoestima, bem como do desenvolvimento). Também trata da violência sexual (qualquer conduta que cause constrangimento, intimidação, ameaça ou anule seus direitos sexuais e reprodutivos). Há, ainda, a violência patrimonial (qualquer conduta que seja configurada como retenção, subtração, destruição de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais e outros bens destinados as suas necessidades). E, por fim, a violência moral (qualquer conduta entendida como calúnia, injúria ou difamação).

É imprescindível descrever como foi criada a Lei Maria da Penha, devido à importância dela para a luta contra a violência doméstica no Brasil. Em um primeiro momento, vou citar integralmente a história de Maria da Penha Maia Fernandes, mulher vítima de violência doméstica, vítima da ausência do estado e que lutou para implementação dos direitos da mulher. Essa história encontra-se disponível no site do Instituto Maria da Penha.

Maria da Penha Maia Fernandes (Fortaleza-CE, 1º de fevereiro de 1945) é farmacêutica bioquímica e se formou na Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal do Ceará em 1966, concluindo o seu mestrado em Parasitologia em Análises Clínicas na Faculdade

de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo em 1977. Maria da Penha conheceu Marco Antonio Heredia Viveros, colombiano, quando estava cursando o mestrado na Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo em 1974. À época, ele fazia os seus estudos de pós-graduação em Economia na mesma instituição. Naquele ano, eles começaram a namorar, e Marco Antonio demonstrava ser muito amável, educado e solidário com todos à sua volta. O casamento aconteceu em 1976. Após o nascimento da primeira filha e da finalização do mestrado de Maria da Penha, eles se mudaram para Fortaleza, onde nasceram as outras duas filhas do casal. Foi a partir desse momento que essa história mudou.

(Instituto Maria da Penha,2020)

Inicia-se com uma história romântica. Trata-se de um casal que se conheceu em um ambiente educacional, ambos voltados aos estudos e decidem juntos constituir uma família. Vale observar, porém, uma questão um tanto delicada, qual seja, a necessidade de Marco Antônio em adquirir a cidadania brasileira. Ora, como veremos em seguida, assim que ele obtém a cidadania, suas atitudes mudam drasticamente.

As agressões começaram a acontecer quando ele conseguiu a cidadania brasileira e se estabilizou profissional e economicamente. Agia sempre com intolerância, exaltava-se com facilidade e tinha comportamentos explosivos não só com a esposa, mas também com as próprias filhas. O medo constante, a tensão diária e as atitudes violentas tornaram-se cada vez mais frequentes. Formou-se, assim, o ciclo da violência: aumento da tensão, ato de violência, arrependimento e comportamento carinhoso. Foi nessa última fase, também conhecida como “lua de mel”, que, na esperança de uma mudança real por parte do ex-marido, Maria da Penha teve a sua terceira filha.

(Instituto Maria da Penha, 2020)

Muitas mulheres, assim como Maria da Penha, acreditam na mudança do agressor. O ciclo da violência é descrito por diversos autores, por se tratar de algo rotineiro na vida da mulher em situação de violência. Fala-se em círculo devido à dificuldade de romper e, infelizmente, da mulher ficar girando neste círculo. O círculo da violência inicia-se com o aumento da tensão entre o casal, situação em que o agressor demonstra irritabilidade por questões pequenas, e culpabiliza a mulher (já fragilizada) por sua raiva. Logo após, tem-se o segundo momento, que seria o da violência propriamente dita e, por fim, o terceiro e último momento, o da fase da lua de mel, em que o agressor se apresenta carinhoso, promete mudanças, mas logo retoma ao seu comportamento e, assim, o círculo se reinicia. Principalmente pela violência psicológica, o agressor consegue manipular a mulher sendo que ela passa a apresentar extrema dificuldade em se livrar das agressões. É somente após 07 anos de seu casamento que Maria da Penha se sente coagida a romper com o agressor, mas especificamente, quando este tenta contra a sua vida.

O CRIME: No ano de 1983 Maria da Penha foi vítima de dupla tentativa de feminicídio por parte de Marco Antonio Heredia Viveros. Primeiro, ele deu um tiro em suas costas enquanto ela dormia. Como resultado dessa agressão, Maria da Penha ficou paraplégica devido a lesões irreversíveis na terceira e quarta vértebras torácicas, laceração na dura-máter e destruição de um

terço da medula à esquerda – consta-se ainda outras complicações físicas e traumas psicológicos. No entanto, Marco Antonio declarou à polícia que tudo não havia passado de uma tentativa de assalto, versão que foi posteriormente desmentida pela perícia. Quatro meses depois, quando Maria da Penha voltou para casa – após duas cirurgias, internações e tratamentos –, ele a manteve em cárcere privado durante 15 dias e tentou eletrocutá-la durante o banho. Juntando as peças de um quebra-cabeça perverso montado pelo agressor, Maria da Penha compreendeu os diversos movimentos feitos pelo ex-marido: ele insistiu para que a investigação sobre o suposto assalto não fosse levada adiante, fez com que ela assinasse uma procuração que o autorizava a agir em seu nome, inventou uma história trágica sobre a perda do automóvel do casal, tinha várias cópias de documentos autenticados de Maria da Penha e ainda foi descoberta a existência de uma amante. Cientes da grave situação, a família e os amigos de Maria da Penha conseguiram dar apoio jurídico a ela e providenciaram a sua saída de casa sem que isso pudesse configurar abandono de lar; assim, não haveria o risco de perder a guarda de suas filhas.

(Instituto Maria da Penha,2020)

Apesar de contar com ajuda de amigos e familiares para romper com a violência doméstica, Maria da Penha demorou para conseguir a culpabilização do agressor. Em função disso, torna-se vítima de mais uma violência, ou seja, por parte do Estado, lugar em que o processo rolou por 19 anos na justiça.

A próxima violência que Maria da Penha sofreu, após o crime cometido contra ela, foi por parte do Poder Judiciário: o primeiro julgamento de Marco Antonio aconteceu somente em 1991, ou seja, oito anos após o crime. O agressor foi sentenciado a 15 anos de prisão, mas, devido a recursos solicitados pela defesa, saiu do fórum em liberdade. [...] O segundo julgamento só foi realizado em 1996, no qual o seu ex-marido foi condenado a 10 anos e 6 meses de prisão. Contudo, sob a alegação de irregularidades processuais por parte dos advogados de defesa, mais uma vez a sentença não foi cumprida.

(Instituto Maria da Penha, 2020)

Diante de tanto descaso por parte do Poder Judiciário, em 1998, Maria da Penha, juntamente com outros órgãos, fazem uma denúncia para Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA). É neste momento que a tal violência passa a se tornar uma questão internacional.

O ano de 1998 foi muito importante para o caso, que ganhou uma dimensão internacional. Maria da Penha, o Centro para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) denunciaram o caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA). Mesmo diante de um litígio internacional, o qual trazia uma questão grave de violação de direitos humanos e deveres protegidos por documentos que o próprio Estado assinou [...] o Estado brasileiro permaneceu omissos e não se pronunciou em nenhum momento durante o processo. Então, em 2001 e após receber quatro ofícios da CIDH/OEA (1998 a 2001) – silenciando diante das denúncias –, o Estado foi responsabilizado por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica praticada contra as mulheres brasileiras. A história de Maria da Penha significava mais do que um caso isolado: era um exemplo do que acontecia no Brasil sistematicamente sem que os agressores fossem punidos. [...] era preciso tratar o caso de Maria da Penha como uma violência contra a mulher em razão do seu gênero, ou seja, o fato de ser mulher reforça não só o padrão recorrente desse tipo de violência, mas também acentua a impunidade dos agressores.

(Instituto Maria da Penha, 2020)

Desta forma, Maria da Penha se tornou exemplo do que acontecia com as mulheres vítimas de violência doméstica no Brasil. A sua luta obrigou o estado a se responsabilizar para a criação de leis que protegessem a mulher em situação de violência.

Diante da falta de medidas legais e ações efetivas, como acesso à justiça, proteção e garantia de direitos humanos a essas vítimas, em 2002 foi formado um Consórcio de ONGs Feministas para a elaboração de uma lei de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher [...] Após muitos debates com o Legislativo, o Executivo e a sociedade, o Projeto de Lei n. 4.559/2004 da Câmara dos Deputados chegou ao Senado Federal (Projeto de Lei de Câmara n. 37/2006) e foi aprovado por unanimidade em ambas as Casas. ASSIM, EM 7 DE AGOSTO DE 2006, O ENTÃO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA SANCIONOU A LEI N. 11.340, MAIS CONHECIDA COMO LEI MARIA DA PENHA. Considerando que uma das recomendações da CIDH foi reparar Maria da Penha tanto material quanto simbolicamente, o Estado do Ceará pagou a ela uma indenização e o Governo Federal batizou a lei com o seu nome como reconhecimento de sua luta contra as violações dos direitos humanos das mulheres.

(Instituto Maria da Penha, 2020)

Foi um longo percurso até que se criasse esta lei e, felizmente, não houve retrocessos no Brasil, até o momento. Além disso, pode-se dizer que as mulheres do Brasil têm uma gratidão imensa à senhora Maria da Penha que lutou não somente pelo seu interesse a esta questão, mas pelo direito de todas as mulheres.

No entanto, ter uma lei não basta, precisamos também de medidas de prevenção contra a violência. Atualmente, no Brasil, essas medidas acontecem por meio de política pública que objetiva coibir a violência doméstica e familiar, por meio de um conjunto integrado de ações entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e de ações não-governamentais. Tais ações possuem por diretrizes: integrar operacionalmente o Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, diretamente com as áreas de segurança pública, saúde, assistência social, trabalho, educação e habitação, e a implementação do atendimento policial especializado às mulheres, nas Delegacias de Atendimento à Mulher.

A Lei Maria da Penha prevê que a assistência à mulher em situação de violência será prestada de maneira articulada, conforme as diretrizes e princípios da Lei Orgânica da Assistência Social, por meio do Sistema Único de Saúde, Sistema Único de Segurança Pública e políticas públicas de proteção quando for o caso. Em seu Art. 10 diz que: “Na hipótese da iminência ou da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência adotará, de imediato, as providências legais cabíveis”. Devendo a autoridade policial no atendimento à vítima, garantir a proteção policial, quando necessário, encaminhar a ofendida ao hospital, posto de saúde e ao Instituto Médico Legal. Trata-se de fornecer transporte à vítima e seus

dependentes para abrigo em local seguro, quando houver risco a sua vida, acompanhando a ofendida, se preciso for, para retirar seus pertences do local da ocorrência. As medidas protetivas de urgência deverão ser tomadas pelo juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebido o expediente com o pedido da vítima, comunicando ao Ministério Público as providências cabíveis.

Mirales (2010) ressalta que a aprovação da Lei Maria da Penha garantiu em seu conteúdo a política da não-violência de gênero, situando a questão, no campo das políticas e dos sistemas de assistência social, saúde e segurança pública. A Lei apresenta os direitos sociais como fundamental estratégia para enfrentar a questão visando erradicar o problema. Porém, para a Lei ser colocada em prática, de fato, depende da implementação de políticas públicas para as mulheres, uma conquista a ser alcançada.

É necessário coibir a violência pela punição dos agressores, mas é necessário, contudo, fazer com que a violência não ocorra. E quando já aconteceu, é preciso apoiar as mulheres que sofreram a violência, proporcionando-lhes suporte para reconstruir suas vidas e mudar o destino de suas histórias. Para isso, é necessário que governos e sociedade civil trabalhem unidos, num só objetivo, visando modificar a cultura machista e patriarcal que serve de escudo para justificar a violência.

E para trabalhar com um problema que está intimamente ligado às relações afetivas, projeto de vida, dor, vergonha e humilhação, é preciso adotar políticas públicas, de cunho universal, que sejam acessíveis a todas as mulheres e que abordem as distintas modalidades em que a violência se manifesta, considerando, também, ações no combate ao tráfico de mulheres, jovens e meninas com fins de exploração sexual. Enfim, como atores sociais, fica o questionamento sobre como buscamos romper o ciclo da violência em nossas relações diárias, nas relações familiares (a visão machista de nossos pais, avós, tios, irmãos, marido), nas relações de trabalho (chefes, colegas de trabalho, brincadeiras desagradáveis) momentos de lazer (amigos, brincadeiras), entre tantas outras situações. Pensamos que enquanto não consideramos inaptas e lutarmos contra as situações cotidianas que muitas vezes deixamos para lá para não criarmos problemas, será difícil que apenas as leis capazes de penalizar responsáveis por situações de violência contra a mulher não se tornem eficazes.

Esperamos, um dia, que o mundo entenda como Simone de Beauvoir bem pontuou, nos tornamos mulheres e machos, assim, podemos nos tornar seres diferentes e melhores, que entendam e aceitem a diversidade sem imposições do que é ser homem ou mulher.

## 2.6 História das políticas públicas para mulheres no Brasil

Como já descrito durante este capítulo, a mulher lutou e ainda luta para conquistar o direito de igualdade com o homem. Essa luta, porém, não foi e não é fácil. No decorrer dos anos, foi necessária uma reorganização social para que a mulher, por que não dizer como Beauvoir o *Outro*, de fato, fosse incorporado e visto como um ser humano digno de direitos, assim como o homem.

Ao pesquisarmos materiais para construção deste tópico foi possível ter mais clareza, de como a mulher esteve à margem da sociedade, não constando para ela políticas que previssem os seus direitos. Na busca de construir um histórico das políticas públicas, encontramos no site da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, uma página do Núcleo Interdisciplinar dos Estudos sobre Mulher e Gênero - NIEM, com uma descrição dos direitos conquistados, na história, pela mulher. Por se tratar de uma citação extensa, mas por considerarmos valioso o conhecimento do referido texto, ele encontra-se disponível em anexo (anexo I).

A descrição citada acima, inicia sua exposição no ano de 1827. Ora, em um primeiro momento, vemos questões dispersas que acontecem no Brasil, como a discussão da inserção da mulher no campo estudantil e a publicação de jornais por mulheres. É no ano de 1879 que observamos a abertura no Brasil, para que a mulher pudesse optar por se integrar no ensino superior. Foi assim que surgiram as primeiras profissionais com 3º grau completo, porém, sem aprovação social. Inevitavelmente, isso dificultou ou quase impossibilitou sua inserção no mercado de trabalho.

A partir de 1900, observamos a inserção das mulheres na área esportiva. Ora, a movimentação destas exigiu seu direito ao voto, bem como a constituição de uma Federação Brasileira para tratar do progresso feminino e a eleição da primeira prefeita no Brasil. O ano de 1932 é marcado por uma grande conquista feminina, época em que o atual governo aprova o direito das mulheres ao voto. Em 1933, é eleita uma mulher como deputada. Infelizmente no ano de 1964 temos um retrocesso é, pois, proibida a prática do futebol feminino no Brasil. Fato é que essa proibição perdura por 17 anos. Em 1975, observamos a criação de organizações para discutir o feminismo e a questão da mulher. Por fim, em 1976, é aprovada a importantíssima Convenção Contra Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher – CEDAW.

Finalmente, o documento descreve que a década de 80, marca as discussões referentes à violência contra as mulheres. São criadas as primeiras delegacias de atendimento à mulher, e constituídos os primeiros conselhos da condição feminina. E, por fim, a movimentação das mulheres culminou em um importante avanço no ano de 1988, ano da Constituição Federal, momento em que as mulheres conseguiram a igualdade de direitos perante a lei.

Infelizmente, o ano de 1989 é marcado por um retrocesso pelo Governo Collor, o qual retirou seu apoio ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Em 1994, novamente observa-se um avanço na luta da violência contra as mulheres, por meio da Convenção Belém do Pará.

Lamentavelmente, essa descrição encerra-se no ano de 1996, mas ao tomarmos conhecimento dela, é possível uma pequena compreensão da história de luta pelas mulheres em nosso país. Um outro texto encontrado nesta pesquisa retrata a mulher na Era de Vargas, época em que a autora assinala o seguinte: por volta de 1930, no governo Vargas, percebe-se a necessidade de regulamentar diversas questões sobre alguns temas, entre eles, questões trabalhistas sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho. Fatidicamente a mulher precisava se desenvolver, entrar no mercado de trabalho, ter tempo para cuidar do lar e ainda ser a regeneradora da sociedade, enquanto o homem tendia a perder seu espaço de trabalho, pois as medidas delineadas pelo estado com objetivo de melhorar a condição da mulher, gerava no homem o medo de perder o seu espaço. Aqui cabe acrescentar, talvez, o medo de perder o seu poder (Ostos, 2012).

Nesta época, é criado um decreto, nº 21.417A, 17/05/1932, como já citado acima, com objetivo de proporcionar direitos à mulher no mercado de trabalho. Esse decreto, tratava de:

[...] avanços na legislação trabalhista, favorecendo a população feminina que laborava na indústria e no comércio: concessão do direito à licença-maternidade; proibição do trabalho da mulher grávida durante quatro semanas antes e após o parto; direito da mulher em período de aleitamento a descansos diários, ao longo de seis meses depois do parto; direito a repouso de duas semanas caso a gestante sofresse aborto natural; proibição do trabalho feminino em subterrâneos e outras atividades perigosas e insalubres; igualdade salarial para ambos os sexos, desde que no desempenho das mesmas funções; proibição do trabalho noturno às mulheres, entre dez da noite e cinco da manhã.

(Ostos, 2012: 328)

Com a alteração na legislação trabalhista, Ostos (2012) relata que houve uma demissão em massa das mulheres que trabalhavam em horários noturnos, pois o estado

pensava zelar pela saúde destas, com vistas a ter mais mulheres preservadas, assim teria a função gestacional salva. Outro aspecto a se levar em conta neste período é a questão da paridade salarial entre mulheres e homens. Ora, isto levou os patrões a promover protestos, pois até então as mulheres eram mal remuneradas. Diante dos protestos por volta de 1940, um decreto sela um novo preceito, pois consegue reduzir o salário da mulher se comparado ao do homem. Neste período, todas as modificações legais promovidas pelo estado têm a visão de zelar pelo corpo da mulher para que ela consiga desempenhar a questão maternal. Além disto, promover um maior aleitamento materno sobre seus filhos com vistas a ter este mais forte e nutrido.

A autora citada acima ressalta que, diante de tantas modificações na legislação, o estado percebe que não apenas a mulher precisa ser vista como futuro da nação, mas que precisa adentrar ao seio da família. Assim, a legislação é estendida ao núcleo familiar, lugar em que existe uma série de fatores que precisam ser reparados, como moradia e recurso financeiro, com o objetivo de que as famílias pudessem ter mais filhos saudáveis. Então, diante desta questão é lançado, em 1941, o decreto que rege sobre a proteção da família, que tem como característica a busca por formalização da união gratuita, e facilitação na busca por empréstimos para aquisição de um lar. Uma das questões que ficava evidente para o período é que o Estado, por sua vez, queria não apenas promover a união do casal, mais sim que a taxa de natalidade fosse incrementada. Com isto, é proposto alguns gatilhos, como a redução de 10% sobre um montante do empréstimo para aquisição da casa. Outro aspecto que também era levado em conta quando uma pessoa ia buscar empréstimo é o fato de que se ele já tivesse um filho, automaticamente teria privilégios, saltando na frente de solteiros e também de casados sem filhos. Ainda outro incentivo para o aumento da natalidade versava sobre o imposto de renda, em que o filho passa a ser um redutor no cálculo, logo, ter filho ensejava em pagar menos impostos.

Diante dessa movimentação na Era Vargas, não se buscava realmente acolher e proteger a mulher, mas ainda, a subsistência da família e do estado, para não dizer que, novamente, estava-se protegendo o homem. Ao realizarmos a leitura do livro *Legislação da Mulher* (2009), é possível perceber que a partir do ano de 1937 aparecem decretos assinados pelo atual presidente, referente a acordos internacionais em que o Brasil protegeria as Mulheres, como, por exemplo, o Decreto – Lei nº 113, de 28 de dezembro de 1937, que trata sobre o tráfico de mulheres. Porém, não encontramos materiais que indiquem a

aplicabilidade deste e de outros decretos. Cabe ressaltar que esta dissertação não tem por objetivo descrever todas as Leis e Decretos que tratam sobre a mulher, mas para questões de pesquisa, informo que na Legislação citada, bem como a Legislação da Mulher, 4ª edição do ano de 2011, constam diversos decretos e leis que podem ser consultadas.

Somente com os novos rumos do movimento feminista, nos anos de 1960 e 1970, é que a literatura relata haver discussões, de fato, sobre os direitos da mulher. Para Damasceno e Pontes (2017), é somente a partir do ano de 1970, por meio da organização de sindicatos, que a questão da mulher começa a ser vista por políticas públicas, e acrescenta que a

[...] visibilidade dos Movimentos Feminista e de Mulheres começa a se dar, de fato, a partir da realização dos Congressos da Mulher. Em São Paulo, o 1º Congresso acontece em 1979 e o 2º em 1980, este reunindo cerca de 4 mil mulheres, com 52 entidades participantes, sendo 9 feministas declaradas. Nestes congressos, um dos debates mais acirrados se dá em torno do que é ou não "ser feminista" e sobre as posições divergentes entre as mulheres denominadas "políticas" [...] e as mulheres autodenominadas "feministas". O debate não consegue aproximar as diferenças e resulta na realização de dois eventos separados para comemorar o Dia Internacional da Mulher - 8 de março, em 1981.

(Damasceno e Pontes, 2017: 2-3)

Ao buscar informações destes congressos, encontramos no site cfemea (2020) que, no ano de 1979, por meio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), iniciaram-se Encontros Nacionais de Feminista - ENF, sendo o primeiro realizado em Fortaleza. Esses encontros tinham por objetivo debater ideias e agregar mulheres ao movimento feminista. Em função disso, “os principais temas em debate eram Saúde e Violência [...] A escolha dessas prioridades estava relacionada a denúncias de práticas abusivas de controle da natalidade e aos episódios de violência doméstica e sexual, sempre fadados à impunidade”. Ressalta-se que, no 3º ENF, em Salvador, o encontro foi dirigido somente com a temática de violência contra as mulheres. Os encontros aconteceram até o ano de 2004.

Um dos primeiros programas criados pelo governo visando a mulher pode ser visto no ano de 1984, época em que [...] “o Ministério da Saúde elaborou o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), marcando, sobretudo, uma ruptura conceitual com os princípios que, naquela época de elaboração, norteavam a política de saúde das mulheres brasileiras” (Fonseca e Vedovato, 2010: p.33).

Como citado pelo NIEM-UFRGS, uma grande conquista para as mulheres foi a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, de 26 de agosto de 1985, por meio da lei nº 7.353/1985, que diz:

Art 1º Fica criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, com a finalidade de promover em âmbito nacional, políticas que visem a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País.

(Lei nº 7.353/1985)

Após a criação do CNDM, observa-se primeiramente um avanço nas discussões de uma política pública para mulheres. Ora, porém, houve um desmantelamento deste conselho, bem como a retirada de parte de seus recursos, o que levou novamente a um retrocesso nas discussões exigindo, portanto, a mobilização das mulheres enquanto sociedade civil para lutar pelos seus direitos. Essa luta foi expressa em uma grande conquista para todos os cidadãos, com a constituição de 1988, pois todos passaram a ser iguais perante a lei, como vemos em seu art. 5º, § I, que diz:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição .

(Brasil, 1988)

Até este momento, percebe-se a criação de leis, conselhos, mobilização social. No entanto, não encontramos na literatura estudada, de fato uma estrutura de políticas públicas para mulheres, até o ano de 2003. No primeiro mandato de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é criada a Secretária Especial de Políticas para as Mulheres – SPM, com objetivo de buscar uma integração com as outras secretarias e garantir os direitos das mulheres. Damasceno e Pontes (2017: 5) ressaltam que “[...] a competência desta secretaria foi definida somente em 2010, por meio da Lei nº 12.314, art. 22, que altera a lei anterior transformando a SPM em ministério”.

A SPM coordenou a realização de Conferências Municipais, Estaduais e Nacional de Políticas para as Mulheres, e após as conferências foram construídos documentos, como, o I, II e III Plano Nacional de Políticas para Mulheres, e o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, com o objetivo de prevenir e enfrentar todas as formas de violência contra elas.

Entre os documentos criados após as conferências, tem-se o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que se construiu a partir de uma iniciativa do governo federal, com objetivo de prevenir e enfrentar todas as formas de violência de gênero dessa natureza. O Pacto Nacional consiste no desenvolvimento de um conjunto de ações a serem executadas nos anos de 2008 a 2011. Para isso, o Pacto Nacional desenvolve políticas públicas amplas e articuladas, direcionadas, prioritariamente, às mulheres rurais, negras e indígenas em situação de violência. Isso se deve em função da dupla ou tripla discriminação a que estão submetidas e em virtude de sua maior vulnerabilidade social. Serão implementadas ações nas mais diferentes esferas da vida social, por exemplo, na educação, no trabalho, na saúde, na segurança pública, na assistência social, entre outras. Para colocar estas ações em prática, o Pacto contou com recursos da ordem de R\$ 1 bilhão a serem executados nos próximos quatro anos. A coordenação do Pacto Nacional ficou a cargo da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), da Presidência da República, e as atividades foram executadas por um amplo conjunto de ministérios e secretarias especiais.

Outro importante avanço na construção de políticas públicas para mulheres, foi a partir da construção do I Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres – PNPM. Segundo Fonseca e Vedovato (2010),

[...] o I PNPM foi iniciada a partir do Decreto Presidencial de 15 de julho de 2004, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), composto por representantes de sete Ministérios: Saúde; Educação; Trabalho e Emprego; Justiça; Desenvolvimento Agrário; Desenvolvimento Social; Planejamento, Orçamento e Gestão; da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); do CNDM e das Secretarias da Mulher do Estado do Acre e do Município de Campinas, estado de São Paulo, sob a Coordenação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. E com esse trabalho multidisciplinar, a consolidação e a garantia dos direitos das mulheres num enfoque de gênero receberiam aparato em todas as esferas do governo. (Fonseca e Vedovato, 2010: 26-27)

Após novas discussões da 2ª Conferência Nacional da Mulheres, no ano de 2007, surge o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. No tópico IV deste documento, discute-se o enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres, tendo como objetivo, reduzir os índices de violência contra as mulheres por meio da:

- I. Consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres com plena efetivação da Lei Maria da Penha;
- II. Implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres;
- III. Implementação do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no que diz respeito às ações referentes ao tráfico de mulheres, jovens e meninas.

(II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, 2007)

Outro grande avanço nas políticas públicas para mulheres, já citado neste capítulo, foi a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, que vem ao encontro dos anseios destas pessoas que combatem a violência em todas as suas formas, estabelecendo o seguinte em suas disposições preliminares:

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Art. 2º Toda mulher, independente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. § 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. § 2º Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no caput. Art. 4º Na interpretação desta Lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

(Brasil, Lei 11.340/2006)

Para aplicabilidade desta lei, são necessário equipamentos, entre eles, centros de referência de atendimento à mulher, delegacias especiais de atendimento à mulher, casa de acolhimento para mulheres, promotores que defendam a mulher, vara de defesa da mulher dentro dos fóruns e, principalmente, profissionais capacitados para atender a mulher em situação de violência, o que se torna um grande obstáculo para a implementação de políticas públicas direcionadas às mulheres.

Com o objetivo de atender a mulher em situação de violência doméstica e familiar, podemos encontrar diversos protocolos de atendimento à mulher em situação de violência doméstica, sendo que cada município e/ou estado, pode criar um protocolo específico, como podemos encontrar alguns na área da saúde, na área jurídica, e no âmbito da assistência social.

No documento denominado Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, publicado no ano de 2011, ressalta-se a necessidade de uma rede de atendimento à mulher em situação de violência, caracterizando esse conceito como

[...] atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando à ampliação e melhoria da qualidade do atendimento; à identificação e encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência; e ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção. A constituição da rede de atendimento busca dar conta da complexidade da violência contra as mulheres e do caráter multidimensional do problema, que perpassa diversas áreas, tais como: a saúde, a educação, a segurança pública, a assistência social, a cultura, entre outras. [...] No âmbito do governo, a Rede de Atendimento à Mulher em situação de Violência é composta pelos seguintes serviços: Centros de Referência de Atendimento à Mulher; Núcleos de Atendimento à Mulher; Casas-Abrigo; Casas de Acolhimento Provisório Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs); Núcleos ou Postos de Atendimento à Mulher nas Delegacias Comuns; Polícia Civil e Militar; Instituto Médico Legal; Defensorias da Mulher; Juizados de Violência Doméstica e Familiar; Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180; Ouvidorias; Ouvidoria da Mulher da Secretaria de Políticas para as Mulheres; Serviços de Saúde voltados para o atendimento dos casos de violência sexual e doméstica; Posto de Atendimento Humanizado nos Aeroportos; Núcleo da Mulher da Casa do Migrante.

(BRASIL, Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres 2011, p. 29-30)

Neste trabalho, não vamos aprofundar todos os itens da rede citada acima, mas somente os que fizerem parte da rede de atendimento à mulher em situação de violência doméstica do município de Umuarama-PR, que discutiremos no próximo capítulo.

Antes de encerrar, é válido ressaltar que, infelizmente percebe-se um retrocesso na política voltada à mulher. Assim, no ano de 2015, quando a Secretária Especial de Políticas para Mulheres foi extinta, pelo governo Temer, com a justificativa de corte de gastos, essa é incorporada ao recém-criado Ministério das Mulheres, Igualdade Social e dos Direitos Humanos. No atual governo, com mandato para 2019 – 2022, ainda percebemos um retrocesso nas políticas públicas, como um todo.

**CAPÍTULO 3: CRIME CONTRA AS MULHERES EM UMUARAMA E  
POLÍTICAS PÚBLICAS**

### **3: CRIME CONTRA AS MULHERES EM UMUARAMA E POLÍTICAS PÚBLICAS**

#### **3.1. Posição preliminar**

Este capítulo tem o objetivo de compreender as questões da violência doméstica dentro do município de Umuarama-PR. Como já apontando anteriormente, esse tema tem sido objeto de estudo no âmbito nacional e internacional, com discussões sobre crimes de gênero que acontecem diariamente no mundo. Após discutirmos questões teóricas sobre essa temática, nos debruçamos sobre a análise da violência contra a mulher a partir dos relatos de onze mulheres atendidas na Delegacia da Mulher (DM) de Umuarama-PR-BR e, assim, compreender:

- Como a singularidade e a universalidade se encontram em um relato de situações de violência de gênero?
- Quais elementos impedem a mulher de romper e/ou resistir com a (s) situação (ões) de violência?

Durante o mês de maio de 2018, a pesquisadora permaneceu no ambiente da delegacia da mulher – DM nas segundas-feiras, quartas-feiras e sextas-feiras, no horário de funcionamento da delegacia (09h às 12h e 14h às 18h). Com as mulheres que aceitaram participar, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, sendo esclarecido o objetivo da pesquisa proposta, bem como as questões éticas envolvidas no processo. Somente uma mulher não aceitou participar da entrevista, mas solicitou conversar com a psicóloga.

Ainda no período que permanecemos na delegacia, realizamos um levantamento dos registros de Inquérito Policial - IP. Na DM, desde o ano 2014 estão disponíveis todos os casos de IP, os quais ficam registrados em um livro ata, lugar em que são descritos justamente as ocorrências por crimes.

Uma outra fonte de dados para essa pesquisa se deu por meio de pessoas ícones na política da mulher em Umuarama, que construíram ao longo dos anos uma história pela luta dos direitos pela mulher. Além das entrevistas, a pesquisadora conversou com técnicos que realizam o atendimento, profissionais que atendem na delegacia da mulher, no Serviço Auxiliar da Infância e da Juventude – SAIJ, na promotoria pública, movimentos e entidades

que prestam algum atendimento à mulher e vereadores que tem pauta voltada para questões das mulheres. Estas entrevistas possibilitaram ampliar o olhar desta pesquisa.

### 3.2 Metodologia de pesquisa

Para responder aos objetivos propostos pela pesquisa, entende-se necessário realizar uma aproximação com o objeto delimitado. Assim, optamos pela realização da técnica denominada estudo de caso, que segundo Gil (2010), caracteriza-se pela pesquisa de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado. Assim, “o estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro de seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidências” (Gil *apud* Yin, 2010: 58). Desta forma, após exercer atividade laborativa com mulheres em situação de violência doméstica, propomos uma pesquisa com as seguintes problemáticas: como a singularidade e a universalidade se encontram em um relato de situações de violência de gênero? Quais elementos ou fatores impedem a mulher de romper com a (s) situação de violência? Quais formas possíveis de resistência podem ser encontradas junto às mulheres que enfrentam situações de violência.

Segundo Laville e Dionne (1999: 45), ao se levantar um problema pressupõe-se a “elaboração de uma hipótese provisória”. A hipótese de pesquisa que aqui se orienta, volta-se preponderantemente para o papel histórico da mulher na sociedade atrelado à submissão ao homem, bem como a inabilidade jurídica e do estado em proporcionar segurança para a mulher, o que, por muitas vezes, impossibilita romper com determinado quadro de violência vivenciado por mulheres.

Essa hipótese pode ser confirmada ou não. Para tanto, sugere-se a análise dos dados, como vimos, por meio do método progressivo-regressivo proposto por Sartre em *A Crítica da Razão Dialética* (1960/2002), que se caracteriza, em um primeiro momento, pela compreensão das percepções de que o indivíduo, sobretudo a mulher, tem da sua condição. Logo após, propõe-se uma regressão à história desse ser na sua própria vivência, para assim melhor compreender o seu ser-no-mundo, ou seja, a maneira como ele tem lidado com esse posicionamento de estar colocado nessa situação (violência). Em um segundo momento, no processo progressivo, há uma tentativa de se redescobrir retornando ao passado e trazendo significações ao seu presente, lançando mão do processo fenomenológico. (Erthal, 1999)

Ainda, para alcançar os objetivos propostos, torna-se necessário escolher uma abordagem de entrevista que possibilite a coleta de dados. Escolhemos a entrevista semiestruturada. Segundo Manzini (2004),

[...] a entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre de forma que as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

(Manzini, 2004: 2)

Por meio da entrevista semiestruturada, foi possível elaborar perguntas centrais para as mulheres e, durante a conversa, formular outras questões que se tornaram pertinentes, levando em consideração a história de vida de cada entrevistada. O instrumental utilizado para a entrevista semiestruturada (em anexo II), teve como apoio o trabalho de Santos (2009), que realizou uma pesquisa com mulheres em sua dissertação.

Em relação a nossa proposta, a unidade de estudo de caso foi a Delegacia da Mulher - DM no município de Umuarama. Inicialmente, o projeto de pesquisa foi submetido à aprovação pelo Conselho Científico da Universidade Aberta de Lisboa, com Despacho favorável em 16 de abril de 2018, bem como pela delegada responsável junto à Delegacia da Mulher, para que houvesse o consentimento da entrada da pesquisadora no campo de estudo. A população da pesquisa foi constituída por 11 (onze) mulheres que procuraram a Delegacia da Mulher de Umuarama, durante o mês de maio de 2018, com objetivo de realizar Boletim de Ocorrência - BO, devido às situações de violência doméstica. Durante este período, a pesquisadora permaneceu no ambiente da delegacia nas segundas-feiras, quartas-feiras e sextas-feiras, no horário de funcionamento da delegacia (09h às 12h e 14h às 18h), e com as mulheres que aceitaram foi realizada uma entrevista semiestruturada. Das mulheres que procuram a delegacia nos dias que pesquisadora se encontrava, somente uma mulher optou por não participar da entrevista. Primeiro, esclarecemos o objetivo da pesquisa proposta para às entrevistadas, bem como as questões éticas envolvidas no processo de pesquisa, assim como prevê o Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005), em seu Artigo 16º:

Art. 16 – O psicólogo, na realização de estudos, pesquisas e atividades voltadas para a produção de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias: Avaliará os riscos envolvidos, tanto pelos procedimentos, como pela divulgação dos resultados, com o objetivo de proteger as pessoas, grupos, organizações e comunidades envolvidas; b) Garantirá o caráter voluntário da participação dos envolvidos, mediante consentimento livre e esclarecido, salvo nas situações previstas em legislação específica e respeitando os princípios deste Código; c) Garantirá o

anonimato das pessoas, grupos ou organizações, salvo interesse manifesto destes; d) Garantirá o acesso das pessoas, grupos ou organizações aos resultados das pesquisas ou estudos, após seu encerramento, sempre que assim o desejarem.

(CFP, Código de Ética Profissional do Psicólogo, 2005: 14)

Após, cada entrevistada assinou um termo de consentimento (ver modelo em anexo IV), afirmando que aceitava participar da entrevista e permitindo que a conversa fosse gravada. Antes de iniciarmos a análise das entrevistas, com o objetivo de compreender o universo desta pesquisa, realizaremos um esboço do histórico das políticas públicas para mulheres no município de Umuarama.

### 3.3 História das políticas públicas para mulheres em Umuarama

Foi um grande desafio escrevermos esse tópico, uma vez que, em Umuarama, não há uma política voltada para os atendimentos de mulheres, nem registros da historicidade dos atendimentos. Assim, o primeiro passo foi um levantamento das leis, decretos e resoluções sobre a mulher em Umuarama. Em seguida, o trabalho de dialogarmos com pessoas que fizeram parte da história de Umuarama. Desse modo, entre essas conversas, foi possível identificarmos algumas pessoas que fizeram história na luta pelos direitos da mulher. Ainda, realizamos entrevistas e contatos telefônicos com pessoas ligadas ao poder judiciário, legislativo e executivo, como veremos no decorrer do texto. Ressalta-se que, para melhor compreensão do fluxo histórico, vamos citar as leis, e mencionar, sempre que possível, os acontecimentos neste período.

Uma das formas utilizadas para compreender o lugar que a mulher ocupava nestas políticas públicas, foi a leitura e análise da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Umuarama. Nessa perspectiva, o documento mais antigo encontrado refere-se à Lei nº15/1968, de 22 de abril de 1968, que “Dá nova estrutura administrativa à prefeitura municipal de Umuarama”. Nesta Lei, não consta nem um órgão voltado ao atendimento à mulher. Na sequência, encontramos outras leis que reorganizam a estrutura administrativa do município, as quais também não falam da política de atendimento à mulher. Entre elas, cabe mencionar os seguintes documentos: Lei nº 28/1970, de 17 de agosto de 1970; Lei nº 55/1972, de 30 de dezembro de 1972; Lei Ordinária nº 8/1973 de 28 de fevereiro de 1973; Lei nº 884/1983, de 09 de dezembro de 1983; Lei nº 1295/1989, de 07 de janeiro de 1989; Lei Complementar nº 1/1990, de 26 de dezembro de 1990. Há também a Lei Complementar nº 4/1991, de 01 de julho de 1991; Lei Complementar nº 10/1991, de 18 de dezembro de

1991; Lei Complementar nº 11/1992, de 06 de março de 1992; Lei Complementar nº 16/1992, de 29 de abril de 1992; Lei Complementar nº 19/1992, de 01 de junho de 1992; Lei Complementar nº 27/2003, de 26 de março de 2003. Como veremos mais à frente, observa-se que, somente no ano de 2005, a questão da mulher era mencionada dentro da estrutura administrativa e nos documentos do município de Umuarama-PR.

Na busca por estas leis, o primeiro registro que encontramos foi o Decreto nº 109/1987, de 22 de junho de 1987, assinado pelo então prefeito Antonio Romero filho, criando o Conselho da Condição Feminina. Uma de suas atribuições foi a de “propor medidas e atividades que objetivasse a defesa dos direitos das Mulheres, à eliminação das discriminações que as atingem e a plena inserção destas na vida econômica, política e cultural” (art. 1º - I). Porém, esse decreto foi transformado em lei somente em 05 de setembro de 1988, com a Lei nº 1255/1988. Buscamos na câmara de vereadores do município, a existência de registro revogando esta lei, mas não o encontramos, o que significa entender que esta lei ainda estaria em vigor.

Uma das pioneiras na luta pelos direitos da mulher em Umuarama foi a senhora Maria Rodrigues Pellarigo. Conseguimos entrevista-la, momento em que nos contou sua história, além de nos presentear com o seu livro *Quem sou? O que sou? Como sou?* (2010), que, aliás, se tornou fonte de pesquisa para essa dissertação. A senhora Maria Pellarigo, atualmente, encontra-se aposentada. Ela, atuava na área de educação no município de Umuarama e, atrelada a esta atividade, lutou por uma política pública de atendimento à mulher. Cita em seu livro que “estive por quatro anos à frente do Conselho Municipal da Condição Feminina de Umuarama, quando intermediei a criação da Delegacia da Mulher e do Menor, que se realizou com o apoio das autoridades competentes” (PELLARIGO, 2010: 59). Infelizmente, quanto a esta informação sobre a delegacia da mulher, não conseguimos obter registros oficiais da sua existência. Com objetivo de obter mais informações sobre essa delegacia, foi entrevistado o promotor de justiça que está há mais tempo no município de Umuarama. No entanto, verificamos que ele chegou na cidade em 1991 e desconhecia essa informação.

Outra pessoa entrevistada, por telefone, foi a senhora Maria Valdilene da Silva, investigadora aposentada da polícia civil, relata que durante os anos de 1985 e 1986, existiu um setor de atendimento à mulher, no qual exercia suas atividades laborativas. Era um setor composto por investigadoras e uma escritã, que após o atendimento e acolhimento da

mulher, faziam o encaminhamento para delegacia. Lamentavelmente, esse setor foi suprimido em 1986 e a equipe retomou suas atividades junto à delegacia geral. Ainda, Valdilene da Silva, nos informou que somente no ano 1998 houve a separação da delegacia geral e da delegacia da mulher.

Durante a entrevista, a senhora Maria Pellarigo nos pontuou a dificuldade de se reunir com as mulheres devido a sua dupla jornada de trabalho, o que a fez ir em busca de outras formas de falar com as mulheres. Foi por meio de um programa de rádio, o qual perdurou por dois anos, que Pellarigo falou às mulheres sobre os seus direitos. Entretanto, Maria optou por outros rumos profissionais (ajudar o filho no ramo empresarial) vindo, pois, a se afastar de suas atividades na área de atendimento à mulher.

Após a primeira lei do Conselho da Condição Feminina de 1988, somente em 10 de maio de 1994 é que encontramos um novo registro atrelado a defesa da mulher, com a Lei nº 1842/1994, que se refere à discriminação contra mulheres no ambiente de trabalho, conforme consta no seu artigo 1º:

Os estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, as representações, associações ou outras sociedades civis em que sejam praticados atos discriminatórios contra a mulher, no decorrer do processo seletivo para sua admissão, durante a sua permanência no emprego, e quando da sua demissão, ficam sujeitos as sanções administrativas previstas nesta lei.

(Lei nº 1842/1994)

Em 21 de Julho de 1995, foi sancionada a Lei nº 1928/1995, que “dispõe do atendimento preferencial aos idosos, deficientes físicos, gestantes e mulheres com criança de colo nos órgãos públicos municipais”. No mesmo ano, em 11 de dezembro, a Lei nº 1955/1995, que amplia para os supermercados os mesmos direitos estabelecidos na Lei nº 1928/1995.

Outra pioneira entrevistada nesta pesquisa, Jonia Piveta, chegou em Umuarama no ano de 1999 e foi uma das pessoas que lutou pela efetivação de políticas voltadas para mulheres. Ela também esteve presente em todas as conferências municipais dos direitos das mulheres, bem como nas conferências regionais, estadual (Estado do Paraná) e nacional. Piveta foi a primeira e única coordenadora da Coordenadoria da Mulher do município de Umuarama e está à frente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher desde 2011. A entrevistada conta que iniciou suas atividades a partir de reuniões com mulheres na região conhecida como sete alqueires – Parque Jabuticabeira. Outro fato importante descrito por

Jonia Piveta é a 1ª Conferência Regional da Mulher, que aconteceu em Umuarama no ano de 2004, evento esse que, infelizmente, não conseguimos registros oficiais desta conferência.

Foi no ano de 2005 que encontramos, dentro da estrutura administrativa, o primeiro registro de atendimento à mulher, por meio da Lei Complementar nº 147/2005 de 30 de setembro de 2005. Sendo assim, apesar de o atendimento à mulher não constar na estrutura administrativa, tal lei menciona ser este um atendimento de competência do “diretor de bem estar social, competindo a ele: prestar assistência materno-infantil e assistência social à mulher, combatendo toda forma de negligência, exploração, violência, crueldade e opressão.” (Art. 40 - VI). Somente com a Lei Complementar nº 160 de 21 de março de 2006, que de fato observa-se a inserção do atendimento à mulher a partir da criação da Coordenadoria Municipal da Mulher, que integrará a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Umuarama. Fica, pois, ao encargo desta coordenadoria, trabalhar com a mulher em todos os aspectos, bem como a construção de um Centro de Referência de Atendimento à Mulher.

Retomando a entrevista de Jonia Piveta, ela relata que em setembro de 2005 foi criado o CRAM – Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. O funcionamento desse Centro se dava no interior da Delegacia da Mulher, lugar em que era realizado o atendimento psicológico a todas as mulheres que procuravam a DM apresentando situação de violência. Em um primeiro momento, o funcionamento do CRAM se deu por meio de um acordo entre prefeitura e delegacia, a qual fornecia o espaço físico para o atendimento, enquanto a prefeitura arcava com as despesas de um profissional para atendimento. Ainda neste mesmo ano, iniciaram-se, extraoficialmente, as atividades da coordenadoria da mulher.

Segundo a Norma Técnica de Uniformização dos Centros Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (2006: 31), o CRAM deveria funcionar em espaço próprio e contar com “1 coordenador (a); 2 secretários (as); 2 assistentes sociais; 2 psicólogos(as); 1 advogado(a); 2 educadores(as); 1 ajudante-geral; 1 segurança”. A questão do espaço foi resolvida somente em outubro de 2007, após a construção do CRAM ser finalizada com parceria entre o município e o governo federal. O espaço conta com uma recepção ampla, um auditório, 03 salas de atendimento, 01 almoxarifado, 01 sala de coordenação, 01 cozinha e 03 banheiros. Apesar de o espaço ter sido construído por meio de parceria, a manutenção e contratação de servidores ficaria a cargo da esfera municipal. O

problema maior é que, esta, por sua vez, não previa arcar com despesas desta natureza, o que dificultou montar a equipe técnica prevista pela normativa.

Apesar de, em 2005, o CRAM e a Coordenadoria da Mulher iniciarem suas atividades, estas foram legalizadas somente em 21 de março de 2006, por meio da Lei complementar nº 160/2016, citada acima. Assim, o CRAM passa a existir de fato, e torna-se subordinado à coordenadoria da mulher. Ressalta-se que, somente após 19 anos da criação do Conselho de Condição Feminina, novamente surge uma outra lei, a qual traz à tona as discussões da questão da mulher. Aqui não temos somente uma lei, mas a criação de uma estrutura que irá, além de propor debates e conscientização, também fará o atendimento à mulher em situação de violência. Enquanto estagiária de psicologia, a pesquisadora e autora desta dissertação teve a oportunidade de integrar a equipe da coordenadoria da mulher, entre os anos de 2006 até 2008, e ser parte integrante da efetividade de serviços que atendiam a mulher. Neste espaço, em construção de saberes e de como prestar um atendimento adequado às mulheres, era possível ouvir suas queixas e, após, encaminhar as vítimas quantas vezes fossem preciso a fim de retirá-las de situações de extremas violência. Pode-se dizer que, nesse momento, o olhar se voltou para a violência doméstica, não somente um olhar de empatia, mas de indignação por falta de políticas públicas que proporcionasse as devidas condições para que a mulher rompesse com o ciclo da violência. Entre outras coisas, a indignação ocorria por não haver uma estrutura, um protocolo que efetivamente atendesse a mulher vítima de violência em todas as suas demandas. Indignação de ver a mulher enclausurada em espaços de serviços públicos (casas de acolhimento) longe de suas famílias e rede de apoio, enquanto o agressor estava solto e impune. Indignação da ausência de profissionais (tanto em números, quanto em qualificação e empatia) para atender a mulher. Indignação de como a mulher era tratada dentro dos serviços públicos que deveriam protegê-la e acolhê-la. Indignação por uma sociedade machista e patriarcal que defende o homem. Indignação no serviço prestado por muitos atores dentro do judiciário, que culpabilizam a vítima. Indignação da não efetividade da Lei Maria da Penha. Indignação das universidades, por pouco discutirem um tema de extrema importância que afeta, até mesmo, diversos acadêmicos. Enfim, indignação de uma estudante de psicologia que apresentava uma vontade imensa de aprender e colaborar com o fim da violência na vida das mulheres que tocava. E foi neste serviço que conheci mulheres incríveis que lutavam pelos direitos de outras mulheres, além de aprender com aquelas mulheres que precisavam da empatia e de

apoio efetivo para encerrar o ciclo da violência em sua vida. Neste espaço de saberes, foi a minha primeira experiência, em perceber como as políticas públicas dependem da gestão que assume a frente do poder executivo, e da articulação política entre diversas secretarias e movimentos sociais.

Retomando a historicidade, entre os anos de 2006 até 2008, a coordenadoria realizou diversas ações que merecem ser citadas, entre elas: I Conferência Municipal da Mulher (14 de abril de 2007), Constituição do Conselho da Mulher, I Seminário de discussão da Lei Maria da Penha, Capacitação dos Conselheiros da Mulher, Atividades com as mulheres da terceira idade, sendo finalizado com um evento de gala do Miss Terceira Idade. Ainda: Concurso de Redação nas escolas com o tema da violência doméstica, Projeto de construção do CRAM, Projeto de equipamentos e móveis para o CRAM, Projeto de dois carros para atendimento da mulher, Palestras em escolas, empresas, universidades sobre a violência contra a mulher e os seus direitos, Reuniões com associação de moradores e inúmeras reuniões para discutir os direitos da mulher. A coordenadoria ainda firmou parceria com casas de acolhimento, para abrigar a mulher e seus filhos em situações de risco de vida. Mediou uma parceria com a Associação Beneficente de Saúde do Noroeste do Paraná – Norospar, com o objetivo de atender as mulheres a partir de 12 anos do município de Umuarama e região vitimadas sexualmente.

No que se refere à legislação, o conselho da Mulher e a I Conferência Municipal da Mulher, foram criados por meio da Lei nº3.011/2007, de 13 de abril de 2007 (essa lei foi alterada pela Lei nº. 3.104 e revogada pela Lei nº 3.708). Assim, em 14 de abril de 2007, acontece a 1ª Conferência Municipal de Políticas para Mulheres. Ressalta-se que não encontramos os registros da referida conferência, mas somente alguns materiais utilizados pela equipe durante o evento. Por fim, somente em 23 de junho de 2008, por meio do Decreto nº 129/2008, foram nomeados “os membros integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher”, e de fato o conselho da mulher inicia sua gestão.

Lamentavelmente no ano de 2009, a coordenadoria da mulher finaliza suas atividades, e o CRAM passa a ser responsabilidade da Política de Assistência Social do município. Na Lei Complementar nº 214/2008 de 13 de novembro de 2008, a coordenadoria da mulher não se encontra mais na estrutura administrativa, somente a inserção de uma “Divisão Especial da Mulher”, dentro da “Secretaria Municipal de Ação Social” (Art. 4º - XII – 4.), e descreve no seu artigo 45 – VI, como sendo função do diretor social “prestar

assistência materno-infantil e assistência social à mulher, combatendo toda forma de negligência, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Em 2011, tivemos a 2ª Conferência Municipal de Políticas para Mulheres, que foi prevista na Lei nº 3.708/2011 de 06 de junho de 2011 (revogada pela Lei nº 4.168), que institui “o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e a Conferência Municipal dos Direitos da Mulher”. E com o Decreto, nº 334/2011, o executivo “nomeia os membros integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher”.

Retomando a estrutura administrativa do município, na Lei Complementar nº 344/2012 de 20 de dezembro de 2012, novamente vemos dentro da Secretaria Municipal de Assistência Social, uma “Divisão Especial da Mulher” (Art. 5º. 4.), porém com uma descrição abrangente que compete ao secretário desta pasta executar:

[...] XXV - Desenvolver e executar projetos e ações direcionados à garantia dos direitos da mulher, a qual integrará a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Umuarama. XXVI - Realizar campanhas relativas aos direitos da mulher; XXVII - Realizar ações formativas junto às mulheres que atuam no governo e na sociedade nas temáticas das relações de gênero e políticas públicas para mulheres; XXVIII - Colaborar com o Conselho Municipal da Mulher de Umuarama, desenvolvimento das ações integradas, prestando-lhe o necessário apoio técnico e administrativo, assegurando-lhe participação na formulação de propostas de trabalho; XXIX - Propor medidas e prestar apoio à mulher vítima de maus tratos; XXX - Desenvolver estudos e pesquisas relativos à condição feminina e sistematizar as informações para a montagem de banco de dados sobre a situação da mulher no Município, mantendo-o atualizado; XXXI - Fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação que assegura os direitos da mulher.

(Lei Complementar nº 344/2012, Art. 51)

Por meio do Decreto nº 247/2014, ocorre a nomeação dos novos “membros integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher”. Ainda no ano de 2014, é aprovada a Lei nº 4.039/2014, de 08 de julho de 2014, com o objetivo de promover segurança para mulheres, “dispõe sobre paradas especiais de ônibus do transporte coletivo urbano, para o desembarque de mulheres”.

No ano de 2014, percebe-se mais um retrocesso no atendimento à mulher vítima de violência doméstica, uma vez que devido à falta de recursos financeiros para manutenção do CRAM, este passa a ser nomeado como CREAS/CRAM – Centro de Referência Especializado de Assistência Social/Centro de Referência de Atendimento à Mulher. Assim, além do atendimento à mulher, no espaço físico do CRAM foi incorporado outras equipes para atendimentos, inicialmente crianças em situação de violência, e após nova reordenação, retirou-se a demanda de criança e adolescente, inserindo a pessoa idosa e a pessoa com deficiência.

Em 25 de agosto de 2015, acontece, em Umuarama, a 3ª Conferência Municipal de Políticas para Mulheres. Ainda em 2015, tem-se o Decreto, nº 320/2015, que “nomeia os membros integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher”. Neste ano, novamente esta pesquisadora retoma suas atividades dentro da política pública de atendimento à mulher em situação de violência. No entanto, agora como profissional de psicologia efetivada em concurso público e atuando no Centro de Referência de Atendimento à Mulher – CRAM, foi em 2015 que passou a pensar de maneira aprofundada em pesquisas nessa área, como por exemplo, o desenvolvimento dessa temática durante a execução do mestrado.

Em 2016, com a Lei nº 4.168/2016, de 14 de dezembro de 2016, o executivo “Instituiu o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e a Conferência Municipal dos Direitos da Mulher”. Já no ano de 2017, devido à falta de recursos para funcionamento do CREAS/CRAM, a atual gestão municipal opta por reorganizar os serviços, e a equipe do CRAM passa a exercer suas atividades com foco no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos - PAEFI. Isso significa, em termos gerais, que a equipe técnica atenderá considerando a perspectiva psicossocial, não ofertando mais atendimento de psicoterapia. Neste momento, a pesquisadora encerra novamente as atividades no atendimento à mulher vítima de violência doméstica, iniciando atendimentos de psicoterapia na saúde pública.

Em 16 de março de 2017, por meio da Lei nº 4.178/2017, é instituído “o Prêmio "MULHER CIDADÃ" no Município de Umuarama, Estado do Paraná”. Pois bem, em seu Art. 1º, a lei pontua que “serão homenageadas mulheres que tenham se destacado profissionalmente e/ou prestado relevantes trabalhos na área social, com objetivo de valorizar a mulher no contexto da cidadania.” Em entrevista concedida pela vereadora Ana Novais, autora do projeto desta lei, ela nos informou que desde sua aprovação, uma vez ao ano os vereadores elegem mulheres para receber este prêmio.

Em 29 de novembro de 2017, é aprovada a Lei nº 4.236/2017, dispondo “sobre a criação do Fundo Especial do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher”. No que diz respeito a essa lei, existe uma conta aberta no Município de Umuarama, mas com poucos recursos financeiros.

Uma importante Lei Ordinária foi a de nº 4199/2017, criada em 14 de junho de 2017 e instituída em Umuarama. Ela “dispõe sobre a criação da 'PATRULHA MARIA DA PENHA' no Município de Umuarama, Estado do Paraná”. Porém, até o presente momento,

não houve aplicabilidade desta importante iniciativa. A vereadora que propôs a lei, Ana Novais, informa, que a aplicabilidade desta lei depende da organização da gestão municipal, que apresenta como obstáculo, o fato de não ter efetivo de guardas municipais suficientes para iniciar a Patrulha Maria da Penha.

No ano de 2018, a Lei nº 4.267/2018, de 13 de abril de 2018, estabelece “o programa "Mulher Sua Saúde, Seus Direitos", que em seu artigo 1º, §1º, postula ter “por objetivo difundir conhecimentos importantes para a saúde da mulher nas diferentes etapas de sua vida e conscientizá-la de seus direitos enquanto cidadã e trabalhadora”. Esta lei seria aplicada por meio de um cartão digital, para acompanhar as mulheres em todas as consultas, no entanto, não houve aplicabilidade da lei até o momento.

Em 25 de junho de 2018, temos a criação da Lei Ordinária nº 4280/2018, que “dispõe sobre a criação da Campanha Agosto Lilás, que consiste em ações nas escolas visando sensibilizar a sociedade sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher e a divulgar a Lei Maria da Penha, no Município de Umuarama”. A vereadora Ana Novais informa que esta lei é aplicada por meio do CRAM – Centro de Referência de Atendimento à Mulher, com palestras nas escolas sobre a Lei Maria da Penha.

Na última estrutura administrativa aprovada em 2019, com a Lei Complementar nº 461/2019, de 02 de julho de 2019, encontramos o primeiro registro do “Fundo Especial do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher” (art. 3º - V – B), como parte da estrutura administrativa. E no artigo 5º, continua a presença da Divisão da Mulher, dentro da Secretaria Municipal de Assistência Social, mas ressalta-se, que não consta nenhuma atribuição específica atrelada ao atendimento de mulheres, como na Lei Complementar nº 344/2012 de 20 de dezembro de 2012.

Em 2019, a Lei nº 4.403/2019, de 23 de outubro de 2019, “institui o Programa Caminhando Juntos”. Em seu artigo 2º, pontua que “o Programa a que se refere esta Lei tem por finalidade o trabalho em grupo de reflexão para autores de violência doméstica e familiar”. Ainda no mesmo ano, a Lei nº 4.148/2019, de 18 de dezembro de 2019, “institui no âmbito do Município de Umuarama, o "Programa Libertar" que tem por objetivo a “oferta do benefício de "aluguel social" a ser concedido em favor de mulheres, vítimas de violência doméstica, nos termos do art. 5º da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha)” (ART. 1º). Estas leis ainda não estão em prática, por se tratar de projetos recentes. E, por fim, temos a Lei nº 4.4419/2019, de 18 de dezembro de 2019, que trata da “reserva às mulheres vítimas

de violência doméstica, atendendo aos requisitos que especifica um percentual das unidades de programas de loteamentos sociais e de habitação popular no Município de Umuarama”.

Após compreendermos um pouco da historicidade desta política no município de Umuarama, propomos apresentar os órgãos, entidades, associações e movimentos que prestam atendimento à mulher em Umuarama.

### 3.3.1 Órgãos de Atendimento às Mulheres em Umuarama

Como podemos ver no tópico acima, as políticas públicas para mulheres no município de Umuarama tiveram diversos momentos, entre eles, infelizmente alguns retrocessos. Ao buscar os serviços que atendem especificamente à mulher, foi difícil encontrar uma estrutura, uma vez que no Conselho da Mulher não tem entidades cadastradas. Abaixo, seguem as ações, movimentos, comissões e órgãos que conseguimos contatos. Ressalta-se que muitos outros locais têm atividades voltadas às mulheres, como é o caso das igrejas, porém, sem uma estrutura ou formato de movimento. Trata-se de grupos dispersos, que não conseguimos mapear para este trabalho.

- *Delegacia da Mulher:* Não encontramos efetivamente um registro de quando iniciou as atividades da delegacia da mulher em Umuarama. Apenas nos deparamos com dois decretos, o Decreto nº 4.884, de 24 de abril de 1978, que regulamenta a Estrutura da Polícia Civil do Estado do Paraná, e no artigo 39º coloca a delegacia da mulher dentro da divisão de polícia especializada. E o Decreto nº 6.665, de 04 de novembro de 1985, que em seu artigo 1º cria a delegacia da mulher dentro dos moldes do decreto de 1978. Em Umuarama, segundo relato da Senhora Maria Pellarigo, existiu uma Delegacia da Mulher e do Menor, em torno do ano de 1985 a 1986, mas na troca de gestão municipal ela foi extinta. Após, como relata a entrevistada Valdilene da Silva, a delegacia geral e a delegacia da mulher passam a existir em espaços próximos no ano de 1998. Somente em 2014, com o Decreto 11872/2014, que, de fato, é inaugurada a DM no atual endereço. A DM conta com os seguintes profissionais: 01 delegada, 01 escrivã, 02 investigadores, 02 estagiários, os quais atuam no registro da ocorrência e nas atividades do cartório. Além destes, há 01 profissional para área de serviços gerais. O fluxo de atendimento segue: Realização do BO, encaminhamento para a escrivã a fim de que a mulher decida se vai representar contra o agressor. Em

casos de violência física e sexual, ocorre o encaminhamento para a perícia técnica): registro; declaração; solicitação ou não de medida protetiva – MP, instauração de Inquérito Policial - IP com prosseguimento das investigações (oitiva de testemunhas e investigado), relatório final da autoridade policial, encaminhamento ao Ministério Público para que este decida entre oferecer ou não a denúncia.

- *CRAM - CREAS/PAEFI*: Atualmente, o CRAM existe somente enquanto espaço físico. Em contato telefônico, a chefe de divisão de proteção especial da política de assistência social do município de Umuarama informou que, o CRAM não recebe recursos financeiros para sua manutenção e remuneração dos funcionários, desta forma, hoje, no espaço físico do CRAM, encontra-se uma equipe do CREAS/PAEFI. A equipe é composta por uma auxiliar administrativo, uma auxiliar de serviços gerais, uma psicóloga e assistente social para o atendimento da pessoa idosa e pessoa com deficiência, uma psicóloga e assistente social (em afastamento) que atende exclusivamente as mulheres vítimas de violência, uma assessora jurídica, e uma chefe de divisão da mulher que atua como coordenadora deste serviço. Em entrevista com a técnica responsável pelo atendimento à mulher, esta informou que realiza: atendimento individual, discussão dos casos com a rede, encaminhamentos, visita domiciliar, grupos de mulheres mensal, campanhas (palestras em escolas, empresas, entidades, universidades, atividades com as mulheres e rodas de conversas), atividades alusivas ao dia 8 de março - dia internacional da mulher, agosto lilás (palestras em escolas), 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra mulher, e atua no conselho municipal da mulher. As mulheres que precisam de acolhimento são encaminhadas para a Associação de Apoio à Promoção Profissional - APROMO, instituição que acolhe pessoa em situação de rua no município de Umuarama. No momento, o município não tem convênio para acolhimento da mulher em situação de violência doméstica.
- *Conselho da Comunidade*: Foi realizada entrevista sobre este conselho com a assistente social, senhora Lourdes Scapin, que atua no Programa. O conselho da comunidade, operacionaliza em Umuarama, as ações da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – CEVID - TJ-PR, com ações nos meses de março, agosto e novembro. Em cada mês, durante uma semana, são realizadas atividades alusivas à semana nacional da justiça pela paz em casa. No

ano de 2019, as ações foram voltadas à prevenção com olhar para as empresas, palestras com agentes comunitárias de saúde e enfermeiras, feira de serviços direcionados à saúde da mulher e palestras sobre profissões. No ano de 2020, a pretensão é que se trabalhe o acolhimento da mulher vítima de violência, além de uma feira de serviços, voltado ao atendimento e orientação desta mulher. Ainda no ano de 2020, o conselho da comunidade, iniciará um projeto piloto, *Projeto Virar a Página*: esse projeto tem por objetivo trabalhar com o agressor da mulher. Assim, quando a mulher denunciar uma violência e decidir representar, mas não se tratar de casos que demandem a prisão, o agressor poderá escolher entre pagar a pena por meio de multa, prestação de serviço à comunidade, ou participar do projeto. Esse projeto será executado em parceria com a Universidade Paranaense - Unipar, nos cursos de psicologia, direito, enfermagem, farmácia. A proposta é a realização de 8 encontros, com objetivo que o agressor mude o pensamento referente a posse que o homem sente em relação a mulher.

- *Serviço Auxiliar da Infância e da Juventude (SAIJ) comarca de Umuarama*: Em contato telefônico com o psicólogo deste serviço, ele informou que dentro das suas funções, realiza orientações para mulheres em situação de violência. Até o ano de 2018, tal profissional realizava as orientações dentro do próprio fórum e, após, descrevia sobre os serviços de atendimento na cidade (como o CRAM, SAP – Serviço de Atendimento Psicológico, CPA – Centro de Psicologia Aplicada – UNIPAR). No ano de 2019, com objetivo de aproximar as mulheres dos serviços do CRAM, o referido psicólogo organizou reuniões mensais no espaço físico deste equipamento, e fez uma parceria com a delegacia da mulher, com intuito de encaminhar as mulheres que registravam boletim de ocorrência para reuniões mensais, previamente agendadas. Nestas reuniões, realizava-se a experiência de escuta e orientações sobre a Lei Maria da Penha, porém\_vale observar que a adesão das mulheres continuou sendo baixa. Para o ano de 2020, ainda não estabeleceu uma dinâmica para estes atendimentos, devido à alta demanda de serviço no setor.
- *Roda de Mulheres*: Iniciou em 2019, com o objetivo de trabalhar algumas questões das mulheres. É formada por 05 profissionais mulheres: 01 nutricionista, 02 psicólogas, 01 ginecologista e 01 *personal style*. No ano de 2019, aconteceu somente uma ação por meio de um encontro de mulheres amplamente divulgado, cobrado um

pequeno valor (para custear despesas com local, café e decoração). No ano de 2020, estão com 03 rodas de mulheres previstas, além de outras ações.

- *ASSEMPA - Associação das Entidades de Mulheres do Paraná.* Trata-se de uma associação criada em Curitiba, com algumas regionais pelo estado. Umuarama tornou-se um polo regional no ano 2000. Atualmente, a região conta com 41 pessoas associadas, sendo que todas fazem parte de outras entidades. A sua coordenadora regional de Umuarama, representa dentro da Assempa à CAMUR (Coordenadoria das associações de moradores de Umuarama e região). O trabalho é desenvolvido em diversos setores, sempre com o objetivo de acolher, empoderar a mulher, orientar, divulgar e trabalhar os direitos da mulher.
- *Câmara da Mulher Empreendedora e Gestora.* Possui a missão de capacitar mulheres empresárias e suas colaboradas. Realizam palestras sobre autoconhecimento. No ano de 2019, realizaram uma ação voltada ao entretenimento para que cada empresária apresentasse seu produto e conhecesse outros. É um grupo engajado em ações sociais buscando divulgar temas importantes entre as empresárias, como é o caso da violência doméstica e dia internacional das mulheres.
- *Coletivo entre elas:* Iniciou com um grupo de *whatsapp* e, aos poucos, tornou-se um movimento de mulheres com objetivo de “quebrar o tabu”. Atua como roda de conversas e encaminhamento para o mercado de trabalho. Buscam lugares em que possa haver maior número de mulheres que precisam de apoio e/ou que sofrem violência. As reuniões não têm um cronograma, mas são de uma a duas reuniões mensais. O primeiro tema abordado por esse grupo foi sexualidade e, após, assédio.
- *Ordem dos Advogados do Brasil - OAB – Comissão da Mulher:* Tem por objetivo prestar assistência às advogadas. Realizam campanhas para ajudar as mulheres em situação de vulnerabilidade, como por exemplo: ação para detentas em Umuarama, por meio de coleta e entrega de materiais (esta ação foi extinta em 2019 devido a transferência das detentas para Cruzeiro do Oeste), campanha de arrecadação de material escolar. Realizam ações pontuais no mês de março, outubro rosa e 16 dias de ativismo pelo fim da violência (esta ação ocorre em parceria com o CMDM).

### 3.4 Análise dos dados

#### 3.4.1 Análise dos registros de inquérito policial

No período que permanecemos na delegacia da mulher, realizamos uma busca para compreender os motivos que levam as mulheres a realizarem denúncias a fim de seja instaurado inquérito policial – IP. Ao buscar os registros, a delegada, Dra. Isabelle Freitas Rodrigues, nos informou que esses registros estão organizados em livros, desde 2014, sendo possível a contabilização. Assim, foi possível realizamos a análise dos anos de 2014 até 2019, época em que os crimes existentes nos processos constituíram: descumprimento de medida protetiva, homicídio qualificado de feminicídio, lesão corporal, maus tratos, calúnia, difamação, injúria, constrangimento ilegal, ameaça, cárcere privado, violação de domicílio, invasão de dispositivo informático, furto, extorsão, dano, apropriação indébita, estelionato, estupro, violação sexual mediante fraude, assédio sexual, estupro de vulnerável, favorecimento da prostituição sexual, abandono material, incêndio, resistência, desobediência, desacato, coação no curso do processo, vias de fato, perturbação da tranquilidade, maus tratos, posse de armas e munição, disparo de arma de fogo, drogas para consumo, tráfico de drogas, armazenamento de pornografia de adolescentes, favorecimento da prostituição sexual infantil, aliciar crianças, submeter crianças a vexame, crimes contra animais/fauna/mata, conduzir veículos sob efeito de substâncias psicoativas. Ressalta-se que, em um mesmo processo, é possível ser instaurado mais de um crime. Abaixo, descreveremos os dez crimes que obtiveram maior número de registros em cada ano

O primeiro ano contabilizado foi o de 2014. Neste, constavam 413 registros de inquéritos policiais, dentre eles, temos: Ameaça - Artigo 147 do Código Penal: 220 registros; Lesão Corporal – Artigo 129-9 do Código Penal: 176 registros; Estupro de Vulnerável - Artigo 217 – A do Código Penal: 23 registros; Injúria - Artigo 140 do Código Penal: 22 registros; Vias de Fato – Artigo 21 da Lei de Contravenções Penais: 20 registros; Perturbação da Tranquilidade - Artigo 65 da Lei de Contravenções Penais: 12 registros; Dano - Artigo 163 do Código Penal: 05 registros; Estupro - Artigo 213 do Código Penal: 05 registros.

No ano de 2015, contabilizamos 384 registros de inquéritos policiais. Dentre eles, temos: Ameaça - Artigo 147 do Código Penal: 211 registros; Lesão Corporal – Artigo 129-9 do Código Penal: 179 registros; Vias de Fato – Artigo 21 da Lei de Contravenções Penais: 23 registros; Dano - Artigo 163 do Código Penal: 17 registros; Injúria - Artigo 140 do Código Penal: 16 registros; Estupro de Vulnerável Artigo 217 – A do Código Penal: 15 registros;

Perturbação da Tranquilidade - Artigo 65 da Lei de Contravenções Penais: 15 registros; Estupro - Artigo 213 do Código Penal: 08 registros; Resistência - Artigo 329 do Código Penal: 05 registros.

Em 2016, contabilizamos 465 registros de IP, sendo que entre eles, estão: Lesão Corporal – Artigo 129-9 do Código Penal: 229 registros; Ameaça - Artigo 147 do Código Penal: 217 registros; Injúria - Artigo 140 do Código Penal: 21 registros; Estupro de Vulnerável Artigo 217 – A do Código Penal: 21 registros; Dano - Artigo 163 do Código Penal: 15 registros; Estupro – Artigo 213 do Código Penal: 09 registros; Perturbação da Tranquilidade - Artigo 65 da Lei de Contravenções Penais: 09 registros; Desobediência - Artigo 330 do Código Penal: 07 registros; Maus tratos - Artigo 136 do Código Penal: 05 registros.

No ano de 2017, observamos um acréscimo significativo nos IP, contabilizando 635 registros de inquéritos policiais, em que temos: Lesão Corporal – Artigo 129-9 do Código Penal: 308 registros; Ameaça - Artigo 147 do Código Penal: 257 registros; Injúria - Artigo 140 do Código Penal: 47 registros; Desobediência - Artigo 330 do Código Penal: 45 registros; Estupro de Vulnerável Artigo 217 – A do Código Penal: 33 registros; Perturbação da Tranquilidade - Artigo 65 da Lei de Contravenções Penais: 26 registros; Dano - Artigo 163 do Código Penal: 23 registros; Estupro – Artigo 213 do Código Penal: 11 registros; Maus tratos - Artigo 136 do Código Penal: 09 registros; Vias de Fato - Artigo 21 da Lei de Contravenções Penais: 06 registros; Resistência - Artigo 329 do Código Penal: 06 registros.

Em 2018, contabilizamos 770 registros de inquéritos policiais, a saber: Ameaça - Artigo 147 do Código Penal: 312 registros; Lesão Corporal – Artigo 129-9 do Código Penal: 285 registros; Injúria - Artigo 140 do Código Penal: 148 registros; Vias de Fato - Artigo 21 da Lei de Contravenções Penais: 57 registros; Descumprimento de Medida Protetiva – Artigo 24 da Lei Maria da Penha: 51 registros; Estupro de Vulnerável Artigo 217 – A do Código Penal: 46 registros; Perturbação da Tranquilidade - Artigo 65 da Lei de Contravenções Penais: 42 registros; Dano - Artigo 163 do Código Penal: 23 registros; Desobediência - Artigo 330 do Código Penal: 21 registros; Assédio Sexual - Artigo 216- A do Código Penal: 09 registros; Estupro – Artigo 213 do Código Penal: 09 registros.

Por fim, no ano de 2019, contabilizamos 695 registros de inquéritos policiais, mensurados da seguinte maneira: Lesão Corporal – Artigo 129-9 do Código Penal: 354 registros; Ameaça - Artigo 147 do Código Penal: 278 registros; Injúria - Artigo 140 do

Código Penal: 137 registros; Descumprimento de Medida Protetiva – Artigo 24 da Lei Maria da Penha: 71 registros; Estupro de Vulnerável Artigo 217 – A do Código Penal: 47 registros; Vias de Fato - Artigo 21 da Lei de Contravenções Penais: 45 registros; Dano - Artigo 163 do Código Penal: 42 registros; Perturbação da Tranquilidade - Artigo 65 da Lei de Contravenções Penais: 32 registros; Violação de Domicílio – Artigo 150 do Código Penal: 15 registros; Estupro – Artigo 213 do Código Penal: 10 registros.

Gráfico 3.1

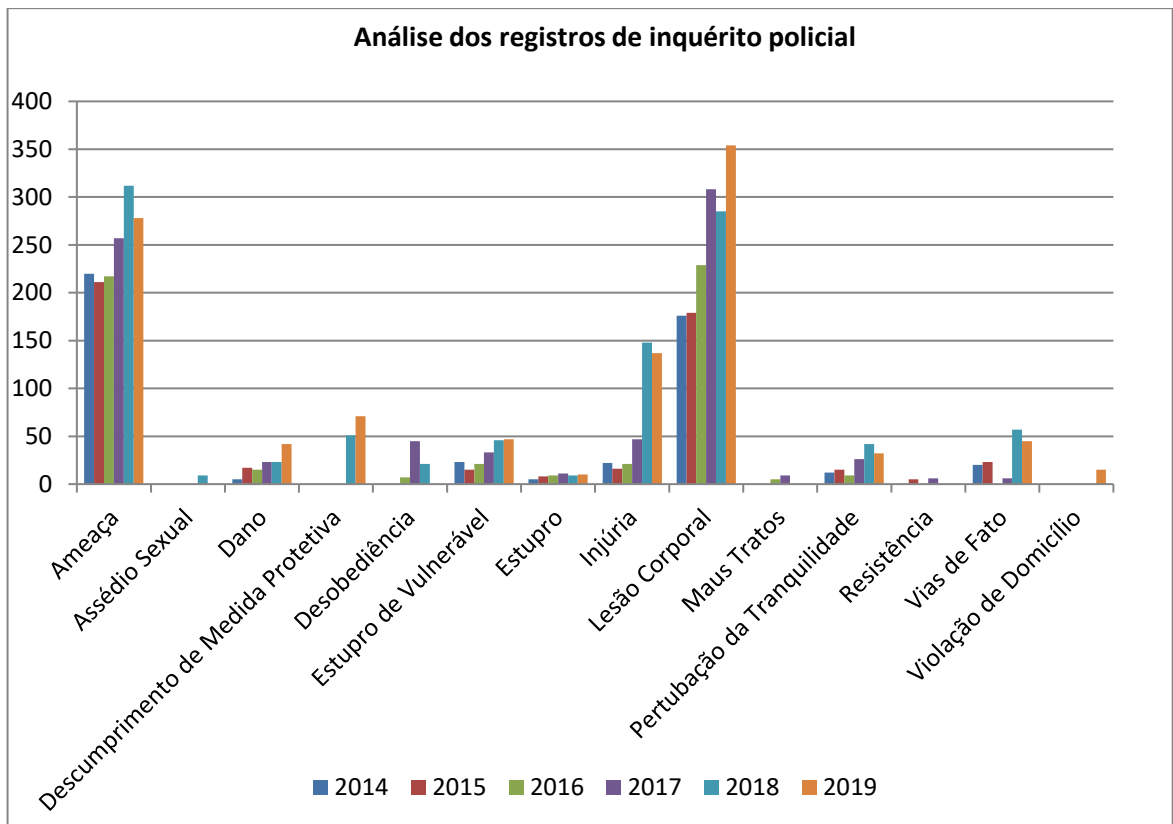


Gráfico 1 - Análise dos registros de inquérito policial

Fonte: Livro de registros de inquéritos policiais da delegacia da mulher de Umuarama

Ao analisar os gráficos acima, fica evidente o aumento de registros de inquéritos policiais, instrumento que mostra um menor número no ano de 2015, com 384 registros e maior número no ano de 2018 totalizando 770 registros. Essa ampliação pode indicar o aumento de conhecimento das mulheres em relação aos seus direitos, bem como o

conhecimento da delegacia da mulher. Na pesquisa realizada para a Folha de São Paulo, por Cubas, Zaremba e Amâncio (2019), também aparece um aumento significativo de notificações entre os anos de 2014 até 2018. Como referência, podemos ver que, no ano de 2014, ocorreram 64.832 notificações de violência física, enquanto que, no ano de 2018, 97.757 casos.

Vale ressaltar que, somente no ano de 2018, o Descumprimento de Medida Protetiva foi encontrado nos registros, o que não fica claro se nos anos anteriores as mulheres não denunciavam este descumprimento, ou se este não era lançado como crime nos IP, uma vez que o registro dos inquéritos policiais é realizado pelo escrivão, após ouvir a vítima. Assim, cada escrivão tem uma compreensão do crime ao fazer os registros.

Outra questão que nos chamou a atenção nesta pesquisa, foram as entrevistas realizadas, pois todas as mulheres relataram terem sido vítimas de violência psicológica e/ou verbal atrelada a outros tipos de violência. Em discussão destes dados com a delegada da DM, ela informou que, nos casos de violência física, os crimes são contabilizados como lesão corporal e, no caso de violência psicológica e/ou verbal, os crimes podem estar ligados a situações de ameaça, coação, injúria e/ou perturbação da tranquilidade. Quanto às violências relatadas pelas entrevistas, houve: 11 relatos de violência psicológica e/ou verbal, 08 relatos de violência física, 07 relatos de ameaças, 02 relatos de coação e 02 relatos de descumprimento de medida protetiva, conforme gráfico.

Gráfico 3.2

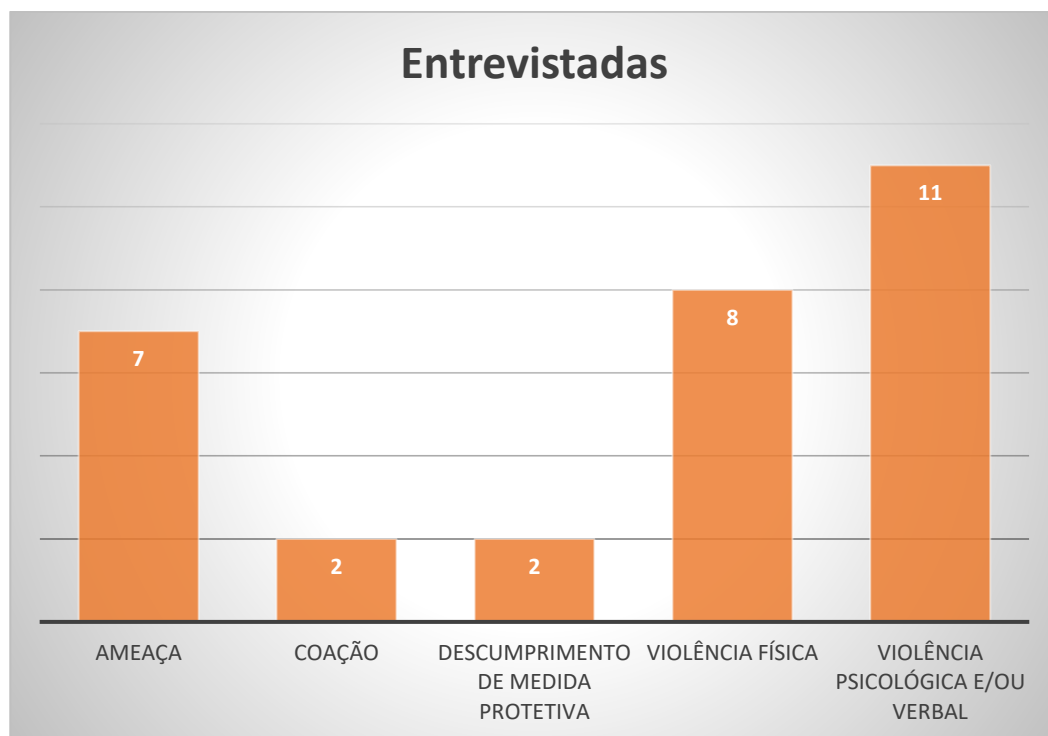


Gráfico 2 - Entrevistadas

Fonte: Entrevistas das mulheres, 2018

Como vemos no gráfico, todas as mulheres entrevistadas relataram vivenciar situações de violência psicológica e/ou verbal. Para Velho (2000), um dos fortes distintivos da violência contra a mulher é seu caráter velado. Isso ocorre principalmente quando a violência se apresenta como moral ou psicológica, o que devido a tortura psíquica e isolamento social, pode levar a vítima a ter um sério desgaste em sua saúde mental, levando a comportamentos contra si ou contra o outro, e ainda, entendendo como normal a sua vivência e se culpabilizando pelo comportamento agressor do seu parceiro, sem perceber possibilidades de romper com o ciclo da violência.

#### 3.4.2 Análise das entrevistas

A análise e discussão dos resultados desta pesquisa será construído a partir do método progressivo-regressivo de Sartre, bem como a partir do levantamento bibliográfico estudado durante a dissertação. O Roteiro de entrevista semiestruturada (em anexo II) previa

09 campos para conversar com as mulheres e, em cada um, existiam perguntas que permitiam a mulher falar sobre as diversas formas de violência. Sendo eles: 1. dados de identificação; 2. dados da ocorrência; 3. atendimento após a situação de violência; 4. situação emocional; 5. rede social; 6. rede de apoio após a situação de violência vivida; 7. a rede de suporte familiar; 8. genograma; 9. questões finais.

Assim, dividiremos este tópico em subtópicos de cada campo citado acima, com objetivo de conhecer e analisar alguns trechos das entrevistas, buscando, como prevê nossa problemática, a universalidade na singularidade dos relatos das mulheres, bem como a interface do referencial teórico estudado com a pesquisa realizada.

#### 3.4.2.1 Dados de identificação

Esse campo trata de dados quantitativos. Assim, vamos apresentá-lo utilizando 07 gráficos. Ressalta-se que foram entrevistadas 11 mulheres no decorrer desta pesquisa

- A. Idade:** Durante a pesquisa, entrevistamos 11 participantes, com idade entre 16 anos e 54 anos de idade. Conforme segue o gráfico:

Gráfico 3.3

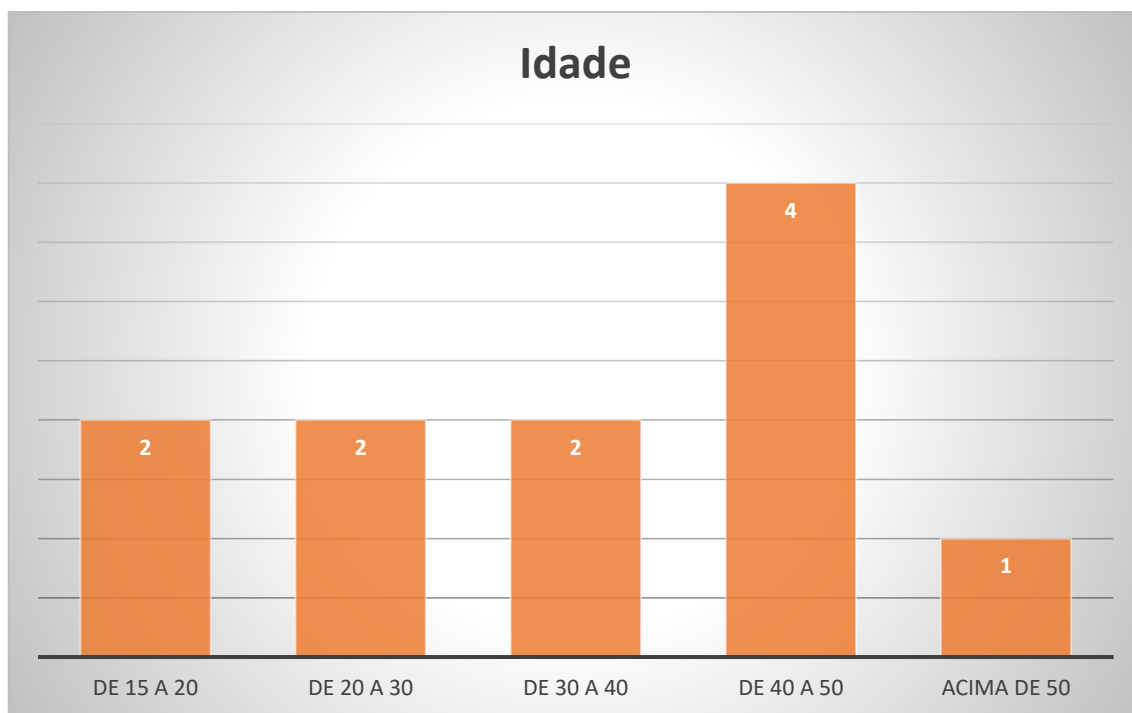


Gráfico 3 - Idade

- B.** Nível de escolaridade: No que se refere ao item nível de escolaridade, todas as entrevistadas são alfabetizadas. No gráfico abaixo, pode-se ver que 01 mulher foi alfabetizada, 02 possuem ensino fundamental incompleto, 02 estão cursando o ensino médio, 02 concluíram o ensino médio, enquanto 01 não concluiu o ensino médio e 03 mulheres concluíram o 3º grau.

Gráfico 3.4



Gráfico 4 - Escolaridade

C. Estado civil: Em relação ao estado civil, 03 entrevistadas relataram ser solteiras, 01 que reside com o companheiro, 05 casadas e 02 divorciadas, conforme segue o gráfico.

Gráfico 3.5

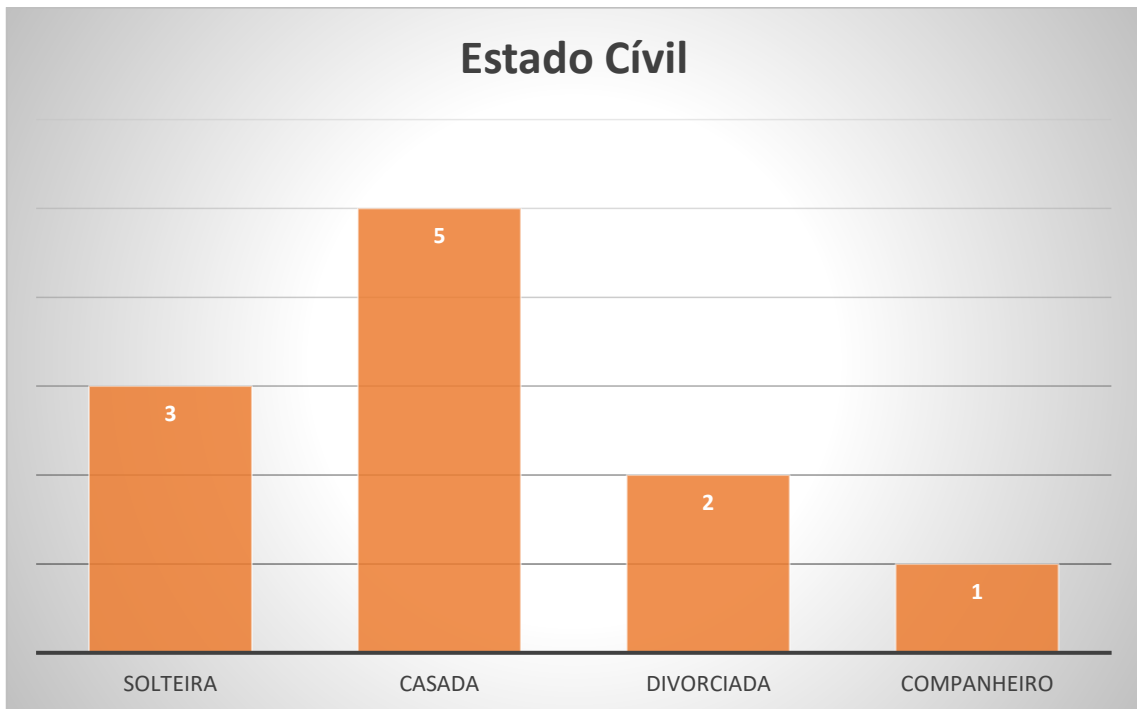


Gráfico 5 - Estado civil

**D. Filhos:** A respeito dos filhos, 03 mulheres não possuem filhos, 04 mulheres com filhos menores de 18 anos e 04 mulheres com filhos maiores de 18 anos.

Gráfico 3.6

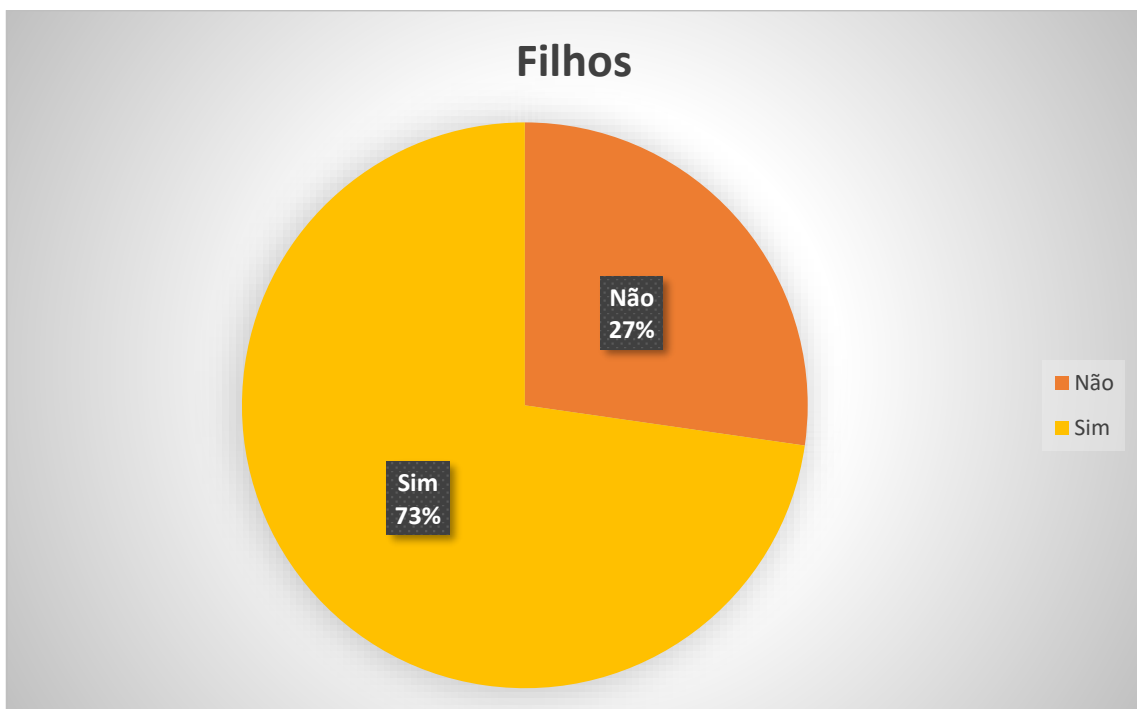


Gráfico 6 - Filhos

**E.** Reside com quem: Em relação a residência, somente 01 mulher relata morar sozinha, 01 com a genitora, 01 com o marido, 01 com namorado e filho, 01 com familiares, 01 com marido e familiares e 05 somente com filhos.

Gráfico 3.7

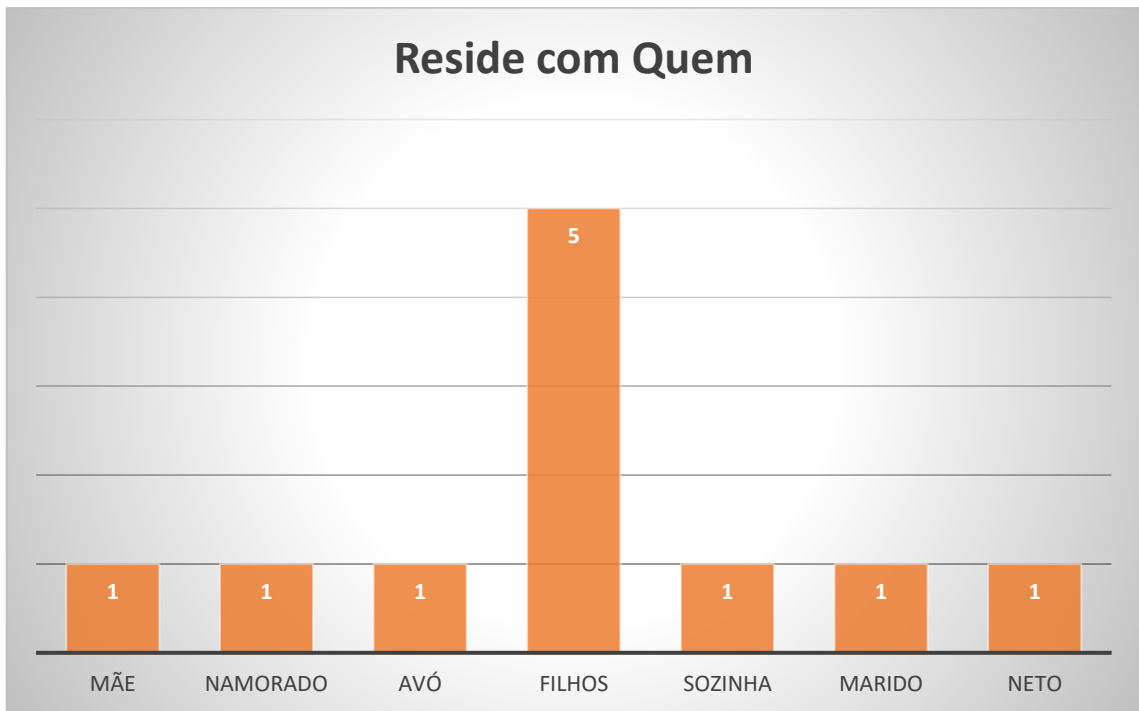


Gráfico 7 - Reside com quem

**F.** Tem familiares na cidade: Nesta questão, somente uma mulher relata não ter familiares na cidade.

Gráfico 3.8

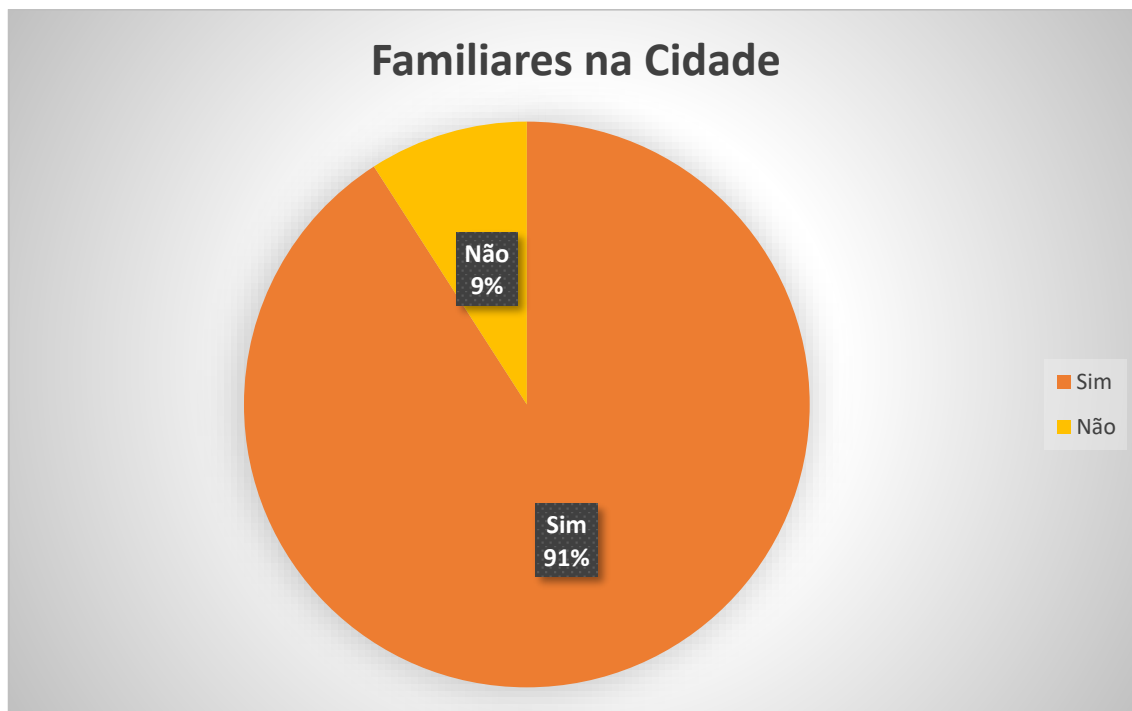


Gráfico 8 - Familiares na cidade

- G. Ocupação:** Esse tópico refere-se a inserção no mercado de trabalho, sendo que: 04 mulheres encontravam-se desempregadas e dependiam da renda do companheiro para sobreviver, 02 trabalhavam com diárias e não possuíam renda fixa, além de contar com a renda do companheiro, 01 zeladora e 01 costureira que relataram ter um emprego fixo, mas apesar disso, a renda não era suficiente, 01 recentemente formada em veterinária e começando a trabalhar, mas precisa da ajuda da genitora financeiramente e, por fim, 01 professora e 01 farmacêutica com estabilidade financeira.

Gráfico 3.9

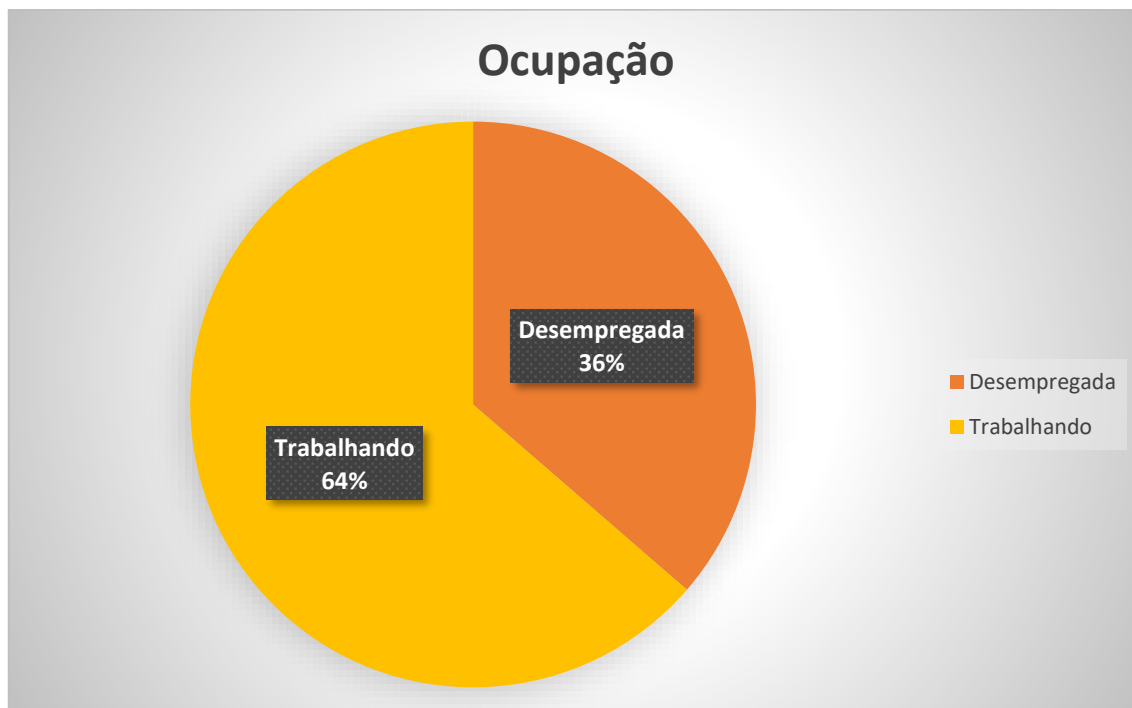


Gráfico 9 - Ocupação

Os dados desse levantamento não divergem de uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que avalia a “Participação no Mercado de Trabalho e Violência Doméstica contra as Mulheres no Brasil”. Tal pesquisa diz que “a violência contra a mulher é o dobro da ocorrência quando ela participa do mercado de trabalho – isto é, faz parte da população economicamente ativa (PEA) -, em relação a não participar, ou seja 52,2% contra 24,9%. (Cerqueira; Moura & Pasinato, 2019: 16). Como podemos visualizar no gráfico seguinte, realmente quase o dobro das mulheres entrevistadas encontra-se atuando no mercado de trabalho, porém, ao analisar os dados qualitativos, como veremos adiante, observa-se que a maioria destas mulheres entrevistadas em nossa pesquisa, ou estão em atividades não formais ou recebem uma renda que não possibilita arcar com as despesas de sua família e dependem do companheiro.

**H. Renda familiar:** No tocante à renda familiar, 01 mulher relatou não ter renda, 03 que não sabem a renda familiar, 03 entrevistadas com renda familiar entre R\$ 1.000,00 à R\$ 1.200,00 e 04 mulheres entre R\$ 3.000 à R\$ 5.000,00

Gráfico 3.10

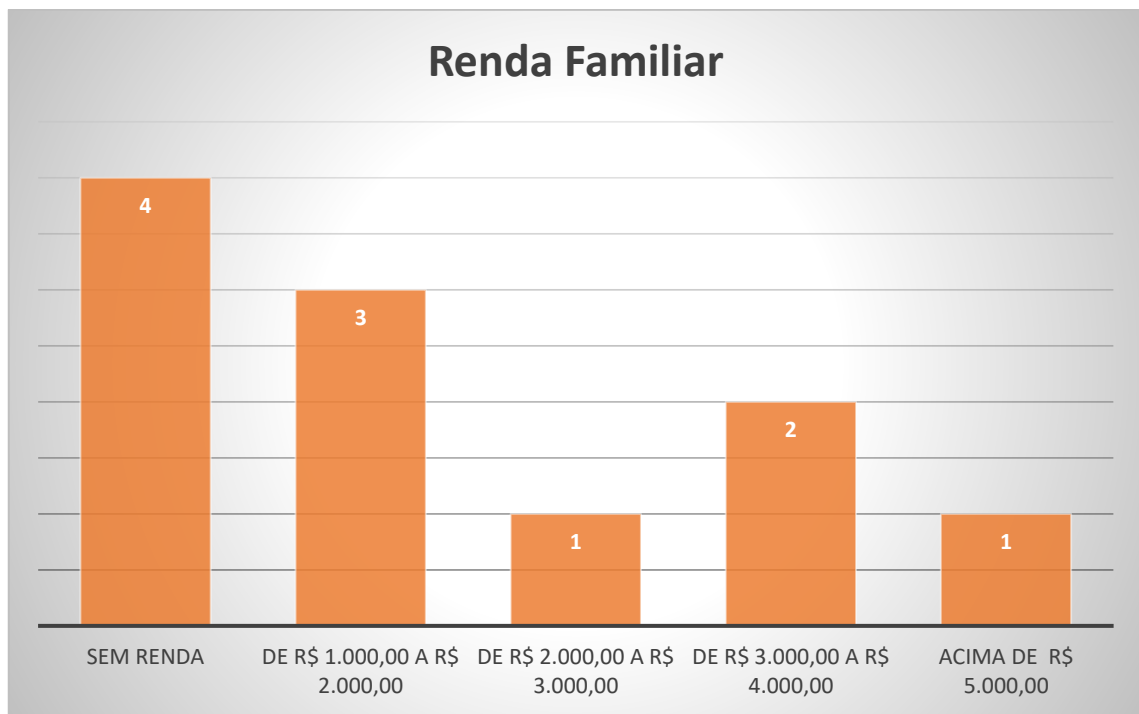


Gráfico 10 - Renda familiar

Após conhecer os primeiros dados coletados nestes estudos de casos e, antes de partirmos para a análise dos outros campos, optamos por um breve relato de cada entrevistada. É válido ressaltar que os nomes citados são fictícios, para manter a privacidade das entrevistadas:

- **Alice:** Alice foi a primeira mulher a ser entrevistada, tem 23 anos, solteira, formada em veterinária. Reside somente com a genitora. Não tem filhos, tem familiares na cidade, que apesar de não ser próxima, pode contar com eles. Atualmente exerce a função laborativa como veterinária domiciliar autônoma. A renda familiar é em torno de R\$ 5 mil. Procurou a delegacia, devido a violência verbal e ameaças do ex-namorado. Alice não teve outras relações em que houve violência doméstica.
- **Julia:** Julia tem 17 anos, está cursando o 1º ano do ensino médio, considera-se casada apesar de não ter legalidade no seu casamento. Não tem filhos, reside com o marido de 29 anos. Não tem familiares na cidade, e não realiza nenhuma atividade laborativa remunerada. A renda familiar depende do marido, que antes era em torno de R\$ 2

mil, porém, como ele perdeu o emprego, está fazendo diárias. Julia procurou a delegacia da mulher devido agressões verbais e físicas do marido e da ex-mulher do marido. Julia não teve outras relações nas quais vivenciou situação de violência doméstica.

- **Beatriz:** Beatriz tem 23 anos, possui ensino médio incompleto. Reside com o companheiro de 24 anos e o filho de 04 anos. Possui familiares na cidade que não pode contar. Atualmente trabalha como diarista e a renda familiar é em torno de R\$ 3 mil. Procurou a delegacia da mulher devido agressões físicas e verbais do companheiro. Beatriz não teve outras relações em que esteve envolvida com violência doméstica.
- **Vanessa:** Vanessa tem 16 anos, é solteira, não tem filhos e está cursando o 1º ano do ensino médio. Reside com a avó materna e o tio. Possui familiares na cidade. E, atualmente, não trabalha. A renda familiar é somente do bolsa família. Procurou a delegacia da mulher devido a violência psicológica, agressão física e ameaças do ex-namorado. Vanessa não teve outras relações que vivenciou violência doméstica.
- **Elisa:** Elisa tem 31 anos, é casada, tem uma filha de dois anos, possui 2º completo. Reside com a filha. Na cidade, tem somente um tio de familiar que não tem muito contato. Atualmente, está desempregada e dependia da renda do ex-marido, em torno de R\$ 3 a R\$ 5 mil. Procurou a delegacia da mulher devido à violência psicológica e ameaças do ex-marido. Elisa não teve outras relações em que se envolveu com violência doméstica.
- **Nicole:** Nicole tem 37 anos, é divorciada, tem três filhos com idades de 9 anos, 5 anos e 2 anos. Possui 3º grau completo em Educação Física. Reside com os filhos. Tem familiares na cidade. Exerce função laborativa como professora e possui renda familiar de aproximadamente R\$ 4 mil. Procurou a delegacia da mulher devido à violência psicológica e agressões físicas do ex-marido. Nicole não teve outras relações a ponto de constatar violência doméstica.
- **Luna:** Luna tem 46 anos, é divorciada, tem dois filhos maiores de idade. Possui 3º grau completo em Farmácia. Reside com a filha de 19 anos. Tem familiares na cidade. Exerce função laborativa como farmacêutica e possui renda familiar de aproximadamente R\$ 4 mil. Procurou a delegacia da mulher devido a agressões

verbais, coação e ameaças do ex-namorado. Apesar de já ter sido casada, Luna não teve outras relações em que houve violência doméstica.

- **Catarina:** Catarina tem 42 anos, é casada, tem dois filhos maiores de idade. Possui 2º grau completo. Reside sozinha em Perobal-PR. Tem familiares na cidade. Exerce função laborativa como zeladora e possui renda familiar de aproximadamente R\$ 1.200,00. Procurou a delegacia da mulher devido às agressões físicas e psicológicas do marido, além de descumprimento da medida protetiva. Catarina já teve outra relação, momento em que teve a filha mais velha, porém sem situações de violência doméstica.
- **Olivia:** Olivia tem 54 anos, é casada, tem oito filhos. É alfabetizada. Reside com o marido, filha e neto. Tem familiares na cidade. Está desempregada. Não sabe informar a renda familiar, pois conta somente com a renda do esposo. Procurou a delegacia da mulher devido à violência psicológica e física, coação e ameaças do marido. Olivia não teve outras relações em situação de violência doméstica.
- **Bianca:** Bianca tem 42 anos, é casada, tem cinco filhos. Possui ensino fundamental incompleto. Reside com a filha. Tem familiares na cidade. Exerce função laborativa como diarista. A renda familiar é de aproximadamente de R\$ 1.000,00. Procurou a delegacia da mulher devido à violência psicológica, agressões físicas e ameaças do marido. Esta não é primeira situação de violência doméstica que Bianca vivencia, já teve outras duas relações em que também foi agredida pelo companheiro.
- **Joana:** Joana tem 43 anos, é solteira, tem duas filhas. Possui ensino fundamental incompleto. Reside com as filhas. Tem familiares na cidade. Exerce função laborativa como costureira. A renda familiar é aproximadamente de R\$ 1.200,00. Procurou a delegacia da mulher devido a ameaça, descumprimento de medida protetiva, agressões físicas e verbais do ex-marido. Joana não teve outras relações com presença de violência doméstica.

#### 3.4.2. 2. Dados da ocorrência

Após coletar dados quantitativos, analisados no item anterior, este é o primeiro momento da entrevista em que a mulher discorre livremente sobre a sua vida e a violência sofrida. As perguntas norteadoras para este campo foram:

- Será possível descrever o motivo que a trouxe na delegacia da mulher, hoje?
- Você já havia sofrido algum tipo de situação dessa natureza?

Por se tratar de uma entrevista semiestruturada, partimos do pressuposto da escuta da mulher. Ora, uma questão perceptiva era a necessidade da (s) mulher (es) discorrer (em) sem interrupções. Algumas contaram histórias detalhadas de sua vida, inclusive pontuando outras situações de violência, como é o caso de Julia, que relatou ocasiões em que, ao tentar fugir da violência, acabou entrando em uma situação de prostituição. Ela, assim descreve: *“me obrigaram a me prostituir” (SIC).*

Isso posto, podemos dizer que essa parte da entrevista trata do momento atual da mulher em situação de violência doméstica. Partindo do olhar de Sartre, utilizando o método progressivo-regressivo, cabe observar que, primeiramente será evidenciado o aqui e o agora, com pequenas idas ao passado. Como diz Perdigão (1995, p. 33), “o homem de Sartre é um homem situado em nosso mundo, com nossos problemas e conflitos de todos os dias, e não uma ideia abstrata que só existe na mente dos pensadores”. Assim, partimos das problemáticas e conflitos que as mulheres apresentaram durante as entrevistas.

É o caso de Alice, ao relatar que, apesar de não ter sido agredida fisicamente pelo ex-namorado, demorou para procurar a delegacia da mulher por *“medo” (SIC)*. O problema maior é que ela namorou *“um rapaz, e ele é policial militar, e após o término ele foi ficando doente psicologicamente ...diz que ele tem TOC (Transtorno Obsessivo Compulsivo) e o objeto de obsessão dele sou eu ...Ele não aceita o término”*. Ele ainda realiza ameaças constantes insinuando coisas do tipo: *“você nunca mais vai ouvir falar de mim, eu vou me matar” (SIC)*. Alice relata nunca ter passado por uma situação desta, que está confinada dentro da sua casa, e sua mãe cogitou mandá-la *“pra fora do Estado” (SIC)* por medo. Ora, uma das consequências da relação conturbada com o ex-namorado foi a mudança constante de números de telefones, o que dificulta seu trabalho.

O sentimento de medo e insegurança citado por Alice vem ao encontro do tema abordado pelo vídeo *Estratégia de Vida* de Bauman (2012), que examina o sentimento de desamparo perante as escolhas que precisamos fazer, do mal-estar que a liberdade gera no indivíduo. Ademais, o vídeo ilustra uma análise sobre a liberdade e a segurança como componentes essenciais para uma vida feliz, mas que quando se tem liberdade perde-se um pouco a segurança e vice-versa, ou seja, sempre estaremos na dualidade do ganhar e do perder.

Em sua entrevista, Julia relata que procurou a delegacia da mulher devido a diversas agressões do esposo “*ele vinha me agredindo, me enforcava, me batia [...] Sempre me agrediu, com palavras, fisicamente, só que eu nunca vim na delegacia*” (SIC). Julia está desempregada, teve câncer recentemente, não tem familiares, e depende da renda do esposo, o que dificulta sair de casa e pagar aluguel. Ao mesmo tempo, porém, diz que as vizinhas vão ajudá-la. A questão de moradia não seria uma problemática, com a aplicabilidade da Lei nº 4.148/2019, que tem por objetivo ofertar o benefício de aluguel às vítimas de violência doméstica, porém trata-se de uma Lei recente que ainda não se encontra em prática no município.

Outro ponto importante neste tópico é que Julia demonstra não conseguir perceber que já sofreu outros tipos de violência, como por exemplo, ter sido vítima de prostituição pelo irmão, informação obtida por meio do processo regressivo do método ao retomar a história da entrevistada, e compreender que a entrevistada não consegue apresentar processo reflexivo de alguns momentos de sua vida. Como bem ilustra Oliveira (2005: 91-92) “o método regressivo-progressivo exprime a necessidade de reordenar o passado para dar sentido ao futuro através da inteligibilidade dialética”.

Assim como Julia, Vanessa também não apresenta processo reflexivo sobre a violência em si. Vanessa é uma jovem de apenas 16 anos, que apresentou pouca consciência do quanto o namorado já a agredia verbalmente. Creanshaw (2002), em seu texto, escreve referente a discriminação interseccional que perpassa por situações cotidianas, o que dificulta a sua identificação, ou seja, muitas mulheres em seu enquadramento cultural e social convivem com situações habituais de violências, o que impede a sua compreensão e logo a sua consciência reflexiva de situação vivenciada.

Em sua entrevista, Vanessa descreve que procurou a delegacia, porque seu ex-namorado, enquanto ela “*estava passando pela rua como sempre, ... ele passa ameaçando, xingando para todo mundo, daí ele jogou a moto em cima de mim, ele pegou de raspão, mas machucou a minha perna*” (SIC). Apesar de ter descrito ser esta a primeira violência sofrida, Vanessa relata, durante a entrevista, um namoro com muitas brigas, sendo que ao término da relação “*ele veio e me enforcou, ficou a marca dos dedos dele na minha garganta*” (SIC). Apesar de a entrevistada ter corrido risco de morte, apresentou dificuldade em compreender que esta seria uma situação extrema de violência, o que faz pensar na dificuldade da própria

mulher se perceber no lugar de vítima de violência doméstica. Beauvoir (1949a/2016a) pontua que a mulher é vista como o *Outro* pelo homem, e que

A história mostrou-nos que os homens sempre detiveram todos os poderes concretos; desde os primeiros tempos do patriarcado, julgaram útil manter a mulher em estado de dependência; seus códigos estabeleceram-se contra ela; e assim foi que ela se constituiu concretamente como Outro.  
(Beauvoir, 1949a/2016a: 199)

Elisa, assim como Julia, tem o desemprego como um fator que permeia a violência. Elisa é uma mulher que considera ter pedido sua infância para ajudar a família. Essa última relata não suportar mais as ameaças de morte do ex-marido, que apesar deste não ter “*chego à via de fato[...] ele tem sentimento de posse de mim, ele acha que é meu dono, propriedade*” (SIC). Dessa forma, ele não aceita a separação e, agora utiliza a filha como forma de intimidar Elisa, “*por que eu não tenho comprovação de renda e como eu não trabalho e não tenho condição de ficar aqui com a família e pagando aluguel, água e luz*” (SIC). Novamente vemos a questão do desemprego, aqui atrelada ao medo de perder a guarda da filha por falta de recursos financeiros, como um medo que permeia e faz perpetuar a violência doméstica.

Neste campo, Beatriz discorreu sobre os seis anos do seu relacionamento, afirmando que após os três primeiros anos, tudo mudou. A entrevistada atribui a alteração do comportamento do seu companheiro ao uso excessivo de álcool e a entrada de Beatriz na igreja., como descreve: “*teve várias vezes dele chegar bêbado, me agredir, quebrar as coisas dentro de casa e me xingar*” (SIC). As brigas constantes levaram Beatriz a separar-se, porém retomou a relação “*[...] naquela promessa que ia mudar e não sei o que, que ia ser outra pessoa e parar de beber, e não parou*” (SIC). Nesta situação, observa-se o que muitos autores classificam como ciclo da violência, mais especificamente a terceira fase, denominada lua de mel. Trata-se de uma fase após a violência em que o agressor promete mudanças, mas de fato não muda e as violências voltam a acontecer.

É válido frisar que, logo no início, Beatriz demonstrou a possibilidade da utilização do método progressivo-regressivo, proporcionando que a pesquisadora esquecesse, por um momento, o guião de entrevista e, assim, realizar o que Sartre (1960/2002: 112) nomeou de “um vaivém enriquecedor”. Isto possibilitou, inicialmente, validar e acolher os sentimentos de Beatriz, e após a realização do processo regressivo, compreender que Beatriz presenciou situações de violência em seu passado entre seus pais e avós. Ao retomar ao processo

progressivo, entendemos que seu desejo era ofertar para seu filho uma configuração familiar diferente de sua vivência.

Na entrevista, Catarina relata que esteve casada por 22 anos. Durante este período, sempre sofreu violência doméstica, como vemos em seu relato “*sempre começa com as verbais ... depois vem sempre as agressões, ...a última, agora eu tava com lesões todas pelo corpo... aguentei muito por ter minhas filhas pequenas, e agora estão todas adultas*” (SIC). Ainda descreve que “*teve separações...nos separamos... daí ele pediu pra voltar que ele ia melhorar*” (SIC). Assim como a entrevistada citada acima (Beatriz), Catarina vive em um ciclo de violência.

Joana relata não ser este seu primeiro Boletim de Ocorrência - BO contra o ex-marido, e sua vinda à delegacia tratou de relatar um descumprimento de medida protetiva. Descreve que, neste momento, ele realizou ameaças de morte e agressões verbais, porém “*eu vivi 20 anos da minha vida com ele e ele sempre me agrediu*” (SIC). Relata que o medo de passar dificuldades financeiras, fez com que não denunciasse o ex-marido antes, e que durante o casamento, assim como Beatriz e Catarina, “*já tentei, várias vezes e sempre naquela esperança, que vai ser diferente*”, *que ele vai cumprir a promessa de mudar* (SIC).

Ao pensarmos na dificuldade apresentada por Beatriz, Catarina e Joana em romper com o ciclo da violência doméstica, temos nas palavras de Sartre (1960/2020: 77), “o homem caracteriza-se, antes de tudo, pela superação de uma situação, por aquilo que consegue fazer do que foi feito dele”. Ora, sendo assim, romper com esse “ciclo da violência” é uma possibilidade e/ou uma necessidade que somente quem pode escolher fazer é a própria mulher. Ressalta-se que, ao falar sobre as escolhas, o filósofo descreve que estas somente são possíveis dentro do campo de possibilidade de cada pessoa, assim, lembramos que para a mulher romper com a violência, ela precisa de condições materiais para sua sobrevivência.

Nicole relata que se separou há 10 meses. Durante o seu casamento existiam diversas discussões e violências psicológicas. As violências físicas iniciaram quando seu esposo começou a traí-la, “*ele me deu dois tapas na cara, que daí foi quando eu me separei*” (SIC).

Bianca, assim como Nicole, descreve que as agressões iniciaram com o adultério do esposo. Já existiam agressões verbais, mas começaram as físicas, e agora, ameaças de morte “*ele sempre falava que se comprasse uma arma, eu tava perdida*” (SIC). Bianca

procurou a delegacia da mulher com objetivo de obter proteção por meio de uma medida protetiva, como prevê o artigo 24 da Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.

Luna foi casada por 25 anos e, apesar de a separação ter sido consequência do adultério do ex-marido, nunca havia vivenciado situações de violência doméstica. Após conseguir se separar, envolveu-se com um homem que começou a coagi-la e chantageá-la. Fato é que *“ele ficava de frente da minha casa e um dia ele pulou o portão, e me forçou a abrir a porta, eu tive relação sexual, ele fazia isso até ele conseguir o que ele queria”* (SIC). Durante o namoro, o agressor apresentava alguns sinais de possessividade, o que levou Luna a romper com a relação. O ex-namorado, ainda utiliza de constrangimento com Luna para conseguir o que deseja, como por exemplo *“ele vai lá no meu trabalho na farmácia, ajoelha, pede, implora e eu tenho que falar o que ele quer se não ele não vai embora, daí depois ele me manda mensagem, liga”* (SIC).

Por fim, finalizamos este tópico com a história de Olivia, uma senhora que residia em uma fazenda com o esposo e filhos em um país vizinho, Paraguai. Nesta fazenda, a entrevistada exercia atividade laborativa em troca de leite e queijo, além de cuidar da casa e dos filhos, enquanto o esposo recebia retorno financeiro como capataz. Olivia descreve diversas situações de violências física, mas permaneceu em seu casamento pensando nos filhos. As agressões iniciaram quando aceitou *“mudar de religião por ele, eu era católica e virei evangélica, depois disso ele se tornou um senhor que eu nunca vi”* (SIC). Ao decidir romper com a violência e mudar-se para próximo dos familiares em Umuarama-PR, o esposo ameaçou não permitir sua *“liberdade...divórcio* (SIC)”, e recusa-se a entregar seus documentos. Assim, procurou a delegacia em busca de proteção para retomar sua vida.

A entrevista de Olivia vem ao encontro do que discutimos no referencial teórico desta dissertação, sobre domesticidade. Ao realizar o trabalho no domicílio, foi intensificado a responsabilidade da mulher no que compete ao trabalho familiar (Pinto, 2008). Ainda analisando a situação relatada por esta entrevistada, vemos nas palavras de Ostos (2012), sobre o Código Civil de 1916, a semelhança das atitudes do algoz de Olivia, uma vez, que o esposo se colocava como chefe da casa, não permitindo sua *liberdade*. Desta forma, o homem era,

[...] chefe da sociedade conjugal encarregado de administrar os bens do casal, fixar o domicílio familiar e prover o sustento dos seus. O divórcio não era permitido e o casamento só era passível de anulação em casos extremos. A mulher casada era considerada como relativamente incapaz para exercer certos atos legais, não podendo trabalhar fora de casa sem autorização prévia do marido.

Por fim, compreendemos que este tópico responde ao primeiro problema apresentado nesta pesquisa: Como a singularidade e a universalidade se encontram em um relato de situações de violência? A resposta para este questionamento pode ser encontrada nos relatos singulares de cada entrevista que se unem em diversos aspectos. Assim, vemos a universalidade na dificuldade de Beatriz, Catarina e Joana romperem com o ciclo da violência doméstica. Ainda nas histórias de adultério que permeiam a vida de Luna, Nicole e Bianca. Ou na dificuldade do processo reflexivo em ser vítima de violência que Julia e Vanessa apresentam. Ou indo além, na universalidade dos relatos singulares de medo do agressor de todas as entrevistadas.

Concluimos lembrando que o objetivo do existencialismo “[...] é o homem singular no campo social, em sua classe, no meio de objetos coletivos e dos outros homens singulares, é o indivíduo alienado, reificado, mistificado” (Sartre, 1960/2002: 103). Assim, compreendemos que a partir do método progressivo-regressivo, este tópico, nos permitiu entender algumas questões ao que se refere à mulher em situação de violência na díade singular/universal, considerando a sua história de vida e as escolhas que realizou dentro do seu campo de possibilidades. Com isso, trata-se de compreender, como Sartre pontua diversas vezes em suas obras, o que tal indivíduo (nesse caso, a mulher em situação de violência doméstica), fez com o que fizeram dela.

#### 3.4.2.3 Atendimento após a Situação de Violência

As perguntas norteadoras para este campo foram:

- Depois do ocorrido, você procurou ajuda?
- Você conhecia os serviços?
- Como foi o atendimento na Delegacia da Mulher?
- Quais foram os procedimentos realizados?
- Alguém conversou com você sobre seus direitos legais?
- Foi oferecido a você algum tipo de proteção/abrigo?
- Você foi atendida por algum outro serviço de referência?

Sobre o conhecimento dos serviços públicos, somente Alice, Beatriz e Elisa conheciam a delegacia da mulher. As outras entrevistadas ficaram sabendo da existência da DM, por vizinhos, amigos, advogada e por informações da delegacia geral. Ressalta-se que Beatriz foi a única entrevistada que cita ter procurado outros serviços públicos além da DM. Entre eles, entrou em contato telefônico com o 180, número que ela teve acesso ao visualizar em um orelhão e na televisão. Aqui, vemos a necessidade das campanhas e divulgação dos serviços de atendimento à mulher. Ainda, por duas vezes, Beatriz procurou o hospital para ser atendida após ser agredida, porém não contou a verdade. Ela relata: “*falei ...que eu torci o meu pé*” (SIC). Fica o questionamento de quantas mulheres e outros públicos chegam ao hospital vítimas de violência, e os profissionais que atendem não conseguem perceber, fazer uma triagem e realizar atendimentos e encaminhamentos efetivos, com o objetivo de prevenir novas situação de violência.

No que se refere a outros atendimentos, Catarina conta com acompanhamento psicológico em seu município, mas acredita ser por questões de saúde, não atrelando a necessidade deste atendimento como uma ajuda pela situação de violência vivida. Ora, Alice relata ter procurado ajuda junto ao atendimento psicológico e microfisioterapia, mas não conseguiu dar continuidade por questões financeiras. Ela, porém, demorou para procurar a delegacia da mulher, pois tentava se “*convencer de que não ia resolver*” (SIC). Essa é uma das grandes questões, será que terá resolutividade denunciar o agressor? Como provar que a mulher está sofrendo agressões? Principalmente quando essas agressões são de cunho psicológico ou ameaças veladas?

Como já observado, a presente pesquisa foi realizada no espaço físico da delegacia da mulher, sendo este, o único órgão que presta atendimento específico à mulher em situação de violência. Pois bem, um dos questionamentos deste ponto foi sobre o acolhimento recebido neste ambiente. Ressalta-se que a referida pergunta ainda teve parâmetro na atividade profissional da pesquisadora, uma vez que as mulheres atendidas reclamavam da falta de empatia ao realizarem Boletim de Ocorrência na DM. Lamentavelmente essa informação se manteve, inclusive, algumas entrevistadas descrevem não sentir diferença entre realizar o BO na delegacia geral ou delegacia da mulher. Talvez essa questão se justifique devido a indisponibilidade de profissionais efetivos para o atendimento, o que exige a contratação de estagiários para exercer a função de registrar os BO dessa natureza.

É válido ressaltar que as entrevistadas, ao conversar com a escritã no momento que precisam decidem se irão representar no Ministério Público ou não contra o agressor e solicitar a medida protetiva, sentiam-se acolhidas na sua história, como podemos ver na fala da Alice *“o BO foi bem, achei indiferente se eu fizesse aqui ou lá na outra. Já a escritã... eu me senti mais confortável falando com ela, foram pessoas diferentes”* (SIC). Ou na fala da Beatriz *“foi bom, só a moça que atendi aqui é bem na dela, mas outra moça que atende lá em cima, é muito bom”* (SIC).

Com relação aos procedimentos realizados, todas as entrevistadas pontuam que as mulheres realizaram o BO e, em seguida, conversaram com a escritã. Por fim, seis mulheres relatam terem solicitado medida protetiva e uma entrevistada foi encaminhada para exame de corpo e delito.

No que concerne aos direitos legais, ficou evidente a pouca informação que recebem na delegacia da mulher. As próprias mulheres relatam terem recebido a orientação somente sobre a medida protetiva. Ora, Luna ainda pontua que *“a medida, isso eu pedi”* (SIC). Uma outra questão refere-se à oferta de proteção/abrigo para mulheres, possibilidade que não foi ofertada para nenhuma delas. Ressalta-se que, no município de Umuarama, não existe casa de acolhimento para a mulher em situação de violência doméstica e nem convênio com uma instituição que realize este atendimento em outra cidade. Até meados dos anos de 2016, existiam acordos verbais com outros municípios e, em situações emergenciais, as mulheres eram acolhidas juntamente com seus filhos a fim de receber todo o atendimento necessário para se reestabelecerem, conforme prevê a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006).

Por fim, apesar de existir o CRAM no município de Umuarama desde o ano de 2005, nenhuma mulher relatou conhecer este serviço público. Vale observar que, atualmente, apesar de existir o espaço físico do CRAM no município, este atua somente como equipe de CREAS/PAEFI no atendimento à mulher em situação de violência doméstica.

No que se refere ao atendimento prestado a mulheres vítimas de violência, a Lei Nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, conhecida como a Lei Maria da Penha, que tipifica os casos de violência doméstica em física, moral, psicológica, sexual e patrimonial, prevê que a mulher seja acompanhada por equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas psicossocial, jurídica e de saúde. Lamentavelmente, nenhuma das entrevistadas obtiveram este suporte.

#### 3.4.2.4. Situação Emocional

As perguntas norteadoras para este campo foram:

- Após a situação ocorrida, que sentimentos, emoções ou comportamentos você passou a experimentar?
- Qual foi a principal dificuldade que você passou a enfrentar?
- O que fez para enfrentar suas dificuldades?
- O que faz atualmente para sentir-se melhor e lidar com o que está acontecendo?

Ao levantar tais questionamentos, foi perceptível o estranhamento das entrevistadas, pois demonstravam não ser natural a reflexão sobre seus sentimentos. A observação era de que estavam habituadas a informar somente dados concretos referente a violência vivenciada. Ressalta-se que esta é uma percepção da pesquisadora e não faz parte dos relatos das entrevistadas.

No tocante aos sentimentos, as entrevistadas citaram alterações no sono e no apetite, ansiedade, dores de cabeça, tentativas de suicídio, ideação suicida, choro frequente, medo, injustiça, como poderemos ver em alguns excertos das entrevistas. Alice descreve que sentia *“só medo, eu comecei a sentir medo, e eu me sentia muito injustiçada, eu tá presa dentro da minha casa sendo que eu não fiz nada de errado. Não podia sair, não posso me relacionar com ninguém, não posso ser vista na rua”* (SIC). Enquanto Beatriz pontua que se sente *“fracassada”* (SIC), e que fica em silêncio na frente do companheiro, pois *“na frente dele eu não gosto de chorar”* (SIC). Vanessa diz que *“de verdade, tô me sentindo mal”* (SIC). Catarina e Alice relataram a necessidade de fazer uso de medicações para lidar com as situações de violência. Alice ressalta que está tendo que *“tomar a fluoxetina”* (SIC). Julia descreve que *“fico a noite toda em claro, choro... já tentei pegar a faca pra me matar, já tomei veneno de rato”* (SIC). Catarina ainda tentou suicídio por meio da ingestão de medicamentos. Joana apresentou ideação suicida.

Das entrevistadas, três confessam que agora estão se sentindo melhor. Para Catarina *“desde que ele saiu da casa, eu tomo remédios controlados, mas sabe eu tô sentindo um alívio, uma paz”* (SIC). Já Olivia diz que estava *“bem mal, mas agora tô bem melhor, tenho certeza que o que eu fiz foi o certo”* (SIC). Enquanto Bianca diz que *“agora tô me sentindo bem, com ele fora de casa”* (SIC).

Em relação às dificuldades apresentadas, Alice ilustra que foi a *“perspectiva de futuro... eu estou meio inerte... como se nada vai dar certo, não adianta planejar”* (SIC). Assim como Alice, Nicole relata não conseguir reagir, e Luna *“ter coragem”* (SIC). Para Julia, foi a questão emocional, já para Catarina, a humilhação. Enquanto Vanessa descreve não conseguir *“esquecer tudo”* (SIC), e Beatriz relata a dificuldade de lidar com os palavrões que o companheiro falava. Por fim, Elisa relata a dificuldade de voltar ao mercado de trabalho e, Olivia à falta dos seus documentos.

Para lidar com as dificuldades e se sentir melhor, as entrevistadas procuram mudar o foco do pensamento, buscando ajuda e conselhos com amigos e familiares, focando no trabalho, em atividades da igreja e atividade física. Como diz Beatriz, que prefere ficar quieta e se ocupar com *“coisas da igreja pra não ficar pensando tanto”* (SIC), Vanessa *“distraindo minha cabeça, com minhas amigas, minha avó, minha irmã”* (SIC), ou ainda, Joana que busca *“economizar e tentar não pensar muito nele”* (SIC). Sobre Alice, ela afirma que tenta não associar *“as pessoas que eu tô conhecendo a ele... por um tempo todos os rapazes que eu conheci eu acabava comparando. agora eu tô tentando não comparar”* (SIC).

As entrevistadas relatam a dificuldade em pensar no futuro, pensar em um novo projeto. Ora, como descreve Sartre (1943/2015), o projeto é inerente na vida de todo sujeito, por mais que este considere que não tem um projeto. Ora, o fato de não ter um projeto já é um projeto em si. Ocorre que, durante a vida, construímos inúmeros projetos. São estes que nos permitem viver o presente com o anseio de concretizar um projeto no futuro.

#### 3.4.2.5. Rede Social

As perguntas norteadoras para este campo foram:

- Houve alguma alteração na sua rotina de vida por causa da agressão sofrida?
- Quais?

Das entrevistadas, somente oito relataram mudanças em sua vida, sendo sete mulheres com situações negativas e uma com alterações positivas. Interessante nesta questão foi que três entrevistadas, Julia, Vanessa e Ana Paula descrevem que nada mudou em suas rotinas.

Quanto às mudanças negativas, cinco mulheres relatam a questão de reclusão domiciliar, como podemos ver em alguns trechos das entrevistas. Alice diz que *“não saiu*

*de casa, fico presa dentro de casa” (SIC). Elisa descreve o sentimento de julgamento de outras mulheres, e diz “já não era de sair e hoje em dia não vou nem na igreja., eu me fechei, por que as pessoas me olhavam de um jeito diferente” (SIC). Já, Catarina, vivencia esta mesma questão, dizendo que “não conseguia sair nem do portão” (SIC). Para Bianca, a reclusão era “por medo da pessoa, né”. (SIC) e, por fim, Joana corrobora dizendo que teve “que parar de fazer caminhada e as coisas que gosto, porque ele sempre tava perseguindo, nas esquinas olhando. A menina que caminhava comigo, não vai mais porque ela tem medo dele” (SIC).*

Luna diz que mudou “*toda rotina, a minha chegada e entrada em casa, tenho que sempre ver se ele tá ali perto*” (SIC). Beatriz relata que o companheiro não aceitava que fosse na igreja, e agora está se reaproximando. Olivia observa as questões positivas, enfatizando a retomada de contato com a família e com a igreja, fatos que o marido não permitia.

Em sua entrevista, Elisa descreve o sentimento de julgamento pela situação de violência vivenciada. A autora Henriques (2005: 9) questiona em seu texto o fato de o “preconceito sobre a desigualdade entre os sexos estar interiorizado pelas próprias mulheres”. Na fala de Elisa essa questão fica evidente, pela dificuldade em perceber sua subordinação ao homem em questões do dia a dia, e muitas vezes pelo discurso opressor referente à conduta de outras mulheres.

#### 3.4.2.6. Rede de Apoio após a Situação de Violência Vivida

As perguntas norteadoras para este campo foram:

- Alguém acompanhou você nos atendimentos nos serviços de referência?
- Com que pessoa você pôde contar para conversar?
- Algum conhecido se afastou de você após a situação de violência sofrida?

Na delegacia da mulher, para registrar boletim de ocorrência, três entrevistadas foram acompanhadas pela genitora, uma pela irmã, uma pela filha, três com amigas, e três sozinhas. Sobre a questão, com quem as entrevistadas podem contar, duas entrevistadas relatam não ter com quem desabafar, como vemos na fala de Luna “*não sei, não tenho coragem de falar com ninguém*” (SIC). As outras entrevistadas contam com familiares e, pelo menos, uma amiga para compartilhar seu sofrimento.

Antes de encerrar este tópico, as entrevistadas descreveram sobre as pessoas que se afastaram delas em decorrência da violência vivenciada. Elisa, Catarina e Nicole observam que não houve distanciamento de amigos e/ou parentes. Enquanto Alice, Julia, e Olivia relatam o afastamento de familiares. Quanto a Joana e Vanessa, a questão foram amigos, que por não suportarem a situação vivenciada, se distanciaram. Já em relação a Bianca, o afastamento e o olhar de julgamento aconteceram por parte dos vizinhos. Por fim, Luna ilustra o medo relativo à última situação vivenciada com o agressor, imaginando que alguns amigos e familiares poderão se distanciar.

#### 3.4.2.7 A Rede de Suporte Familiar

As perguntas norteadoras para este campo foram:

- Qual foi a reação de sua família?
- Houve alguma mudança nas suas relações familiares?

Todas as entrevistadas descrevem que, após algum tempo, seus familiares demonstraram surpresa com as agressões e sentimentos positivos referente ao rompimento com o agressor, como podemos ver em alguns excertos das entrevistas: Beatriz relata que *“eles ficaram muito triste, até quando eu ... falava que eu vou dar mais uma chance pra ele, eles falavam pra não dar, por que não vai mudar”* (SIC). Na família de Vanessa eles *“ficam bravo, nervoso, de cara”* (SIC) com a violência, ou ainda, na fala de Elisa, os familiares *“ficou chocada, ninguém imaginava isso, ele era um artista perfeito”* (SIC). Infelizmente o agressor muitas vezes manipula todos ao seu redor, sendo na frente de familiares muito dócil e com a vítima um algoz.

Ressalta-se que, em algumas situações, os familiares demonstram resistência em compreender a situação de violência, como aconteceu com Alice, ao relatar que *“no começo minha mãe levou muito na brincadeira, não tava levando a sério não”* (SIC), ou ainda o pai de Julia que não auxiliou na resolutividade e ainda culpabilizou a mesma pelas escolhas, dizendo *“que eu que escolhi isso pois é eu que resolvo”* (SIC).

No que concerne às alterações nas relações familiares, Alice observa que *“por muito tempo foi muito piada pra todo mundo, não levava a sério”* (SIC). Para Beatriz, foi muito difícil lidar com a genitora que muitas vezes a culpabiliza dizendo *“você não cuida bem do seu marido”*. Vanessa, Olivia e Luna ilustram a aproximação dos seus familiares. Enquanto

para Nicole e Catarina a família do agressor que se distanciou. Por fim, Julia, Elisa e Joana não perceberam mudanças nos vínculos familiares.

#### 3.4.2.8. Genograma

As perguntas norteadoras para este campo foram:

- Como são as suas relações com a sua família de origem (pais, irmãos, tios etc.)?
- Como é a relação com seus filhos?
- Já aconteceu a mesma situação que ocorreu contigo com outra pessoa da sua família?

Neste tópico, o objetivo é compreender as características das histórias das mulheres a partir da parte regressiva do método denominado progressivo-regressivo, proposto por Sartre (1960/2002). Além disso, buscamos compreender algumas questões do projeto fundamental das mulheres entrevistadas. Infelizmente, somente com esta pesquisa não foi possível alcançar o projeto fundamental de cada mulher, uma vez, que seriam necessários outros momentos com cada entrevistada para que, de fato, cada uma analisasse suas escolhas. Devido a prática profissional clínica da pesquisadora, acredita-se que o processo terapêutico para as pessoas que decidem entrar em contato consigo mesmo, seja, o formato crucial para compreensões desta densidade.

Antes de escrever sobre o método progressivo-regressivo, Sartre (1943/2015) no livro *O Ser e o Nada*, descreve como a psicanálise existencial busca compreender a escolha do projeto fundamental do ser humano. Dessa maneira, ao conhecer a primeira escolha, é possível conceber melhor as escolhas que foram realizadas em sequência e auxiliar a pessoa a perceber o seu padrão de escolhas. Nas palavras de Barata, Campos & Alt (2010: 716), “o trilho a percorrer na psicanálise existencial deve, então, ser um trilho de escolhas, em que a significação de cada uma delas deve ser encontrada em outras escolhas mais originárias”.

Apesar desta pesquisa não obter a profundidade necessária para que cada entrevistada alcance sua escolha originária, tratou-se de um exercício que possibilitou a algumas mulheres se verem como seres que estão reforçando alguns padrões sem uma consciência reflexiva.

Assim, no que se refere às relações familiares, as entrevistadas responderam:

Alice descreve que, atualmente, possui uma boa relação com a genitora, sendo que *“entre os três irmãos a gente não é muito unido não. Eu e minha mãe a gente é bem unida agora, mas já teve uma fase da vida, quando meu pai faleceu que a gente não tinha contato”* (SIC). Ainda, relata que na sua família não conhece histórias de agressões, mas que *“a minha mãe teve um namorado que teve uma época que ficou bastante atrás, só que passou”* (SIC).

Julia descreve uma relação familiar complexa, ressaltando que sua genitora faleceu há 15 anos e enfrentou problemáticas com sua madrasta, como podemos ver: *“com meu pai é bom...minha madrasta sofreu muito na mão dela, então eu não pretendo voltar pra casa deles, porque até hoje ela fala que se eu voltar ela vai judiar de mim... eu não conto com minha família não, tudo me deseja mal, é só eu e Deus mesmo* (SIC). A entrevistada diz não ter situações de violência doméstica em sua família, mas vale ressaltar que Julia, ao tentar sair da situação de violência, procurou um irmão que a colocou em situação de prostituição.

Beatriz descreve que, entre 08 e 09 anos, foi violentada sexualmente por um amigo do genitor. Além disso, com a genitora possui uma relação complexa. Ela vivenciou muitas agressões em sua casa, e *“hoje eu procurei me afastar mais dela, ela não aceita a gente falar as coisas pra ela”* (SIC). Mas, no tocante a relação com o filho, brilha os olhos ao dizer que *“o Bernardo ele é meu chuchu”* (SIC). Beatriz relata repetições de violência na sua família, explicando que a genitora foi vítima de violência doméstica pelo pai, e ainda *“meu vô agredia minha vô”* (SIC).

Vanessa descreve que *“nunca conheci meu pai e a relação com minha mãe é boa, eu não tinha amizade com ela, uma época que eu tinha amizade com ela que eu contava as coisas pra ela e ela me ajudava”* (SIC). Elisa ilustra ter uma boa relação familiar, diz: *“somos bem apegados, minha família e minha filha”* (SIC). Vanessa e Elisa relatam não ter situações de violência doméstica em sua família.

Nicole considera ter uma boa relação familiar, mas que, com os filhos, anda *“bem estressada, por isso que tô atrapalhando meu tempo com eles”* (SIC). Nicole relata não ter situações de violência doméstica em sua família. Luna, por seu turno, observa que tem uma boa relação familiar com seus pais, irmãos e com os filhos. Ela ainda ressalta que uma sobrinha já vivenciou uma situação de violência doméstica e solicitou ajuda. Pois bem, Luna levou *“ela na delegacia, daí eles se separaram, mas ele as vezes faz chantagem que vai pegar a filha dela”* (SIC).

Catarina examina que hoje a relação com os familiares está melhor, mas convive com situações conflituosas com as filhas. Observa ela: *“a gente discute muito, por que elas não querem seguir as regras, a mais velha até saiu por causa disso”* (SIC). E relata não ter situações de violência doméstica em sua família. Olivia examina ter uma relação familiar *“maravilhosa”* (SIC). Primeiro, Olivia diz nunca ter relação de violência na sua família, mas retomando sua história lembrou que o pai agredia sua mãe durante sua infância.

Para Bianca, a relação familiar é distante, *“é só bom dia e boa tarde, a gente mora perto, mas você acredita que ninguém vai na casa do outro, nem conversamos, só cumprimenta?”* (SIC). Quanto aos filhos, um está preso e Bianca não aceita visitá-lo, mas com a filha tem diálogo. Bianca relata não ter situações de violência doméstica em sua família. Enquanto Joana descreve ter uma boa relação com a família de origem e as filhas, mas que conviveu com situações de violência doméstica entre sua mãe e padrasto *“ele judiava muito dela, batia muito nela”* (SIC).

Como podemos observar nos relatos descritos acima, Julia, Beatriz, Catarina e Joana vivenciaram situações de violências em sua família de origem. Segundo Saffioti (2004), conviver com a violência, pode trazer vulnerabilidade para manutenção desta questão em outras relações.

A vítima de abusos físicos, psicológicos, morais e/ou sexuais é vista por cientistas como indivíduo com mais probabilidades de maltratar, sodomizar outros, enfim, de reproduzir, contra outros, as violências sofridas, do mesmo modo como se mostrar mais vulnerável às investidas sexuais ou violência física ou psíquica de outrem.

(Saffioti, 2004: 18)

Sartre (2002: 73), ao falar sobre Marx, concorda que *“são os próprios homens que fazem sua história, mas em determinado meio que os condiciona”*. Essa frase vai ao encontro do que discutimos acima: a mulher em situação de violência tem um meio que a condiciona. Ora, Sartre compreende isso, porém, o filósofo menciona diversas vezes em sua obra que é o homem que decide o que fazer com esse condicionamento. Realmente, não é possível mudar fatos históricos, no caso como acabamos de vislumbrar, algumas entrevistadas cresceram em um ambiente violento, aprendendo que isso faz parte da vida, no entanto, decidir permanecer nessa violência é uma escolha que ela pode (ou) não fazer.

É válido mencionar que, não é simples escolher entre permanecer e/ou romper com a violência doméstica. Como vimos durante esta dissertação, existem várias questões que permeiam essa escolha, como por exemplo, as condições financeiras e sociais de cada

mulher, filhos, família, experiência pessoal com a violência, entre tantos outros pontos. E, apesar de no Brasil termos a Lei 11.340/2006, que determina o atendimento e acompanhamento da mulher em situação de violência, lamentavelmente, em Umuarama, não temos uma estrutura de políticas públicas para a efetividade do atendimento da(s) vítima(s) que proporcione todos os meios possíveis para ela(s) consiga(m) romper com o agressor.

Sartre ainda observa: “Para nós, o homem caracteriza-se, antes de tudo, pela superação de uma situação, por aquilo que consegue fazer do que foi feito dele” (SARTRE, 2002: 77). Ora, sendo assim, romper com esse ciclo da violência é uma possibilidade/ uma necessidade que, somente quem pode escolher fazer é a própria mulher, de acordo com seu campo de possibilidades.

#### 3.4.2. 9. Questões Finais

As perguntas norteadoras para este campo dirigidas às entrevistadas foram:

Consegue identificar os fatores que a impedem de romper com o agressor?

Como foi para você ter participado desta entrevista?

Você gostaria de dizer mais alguma coisa?

Esse tópico encerra a pesquisa e, com ele, retomamos a questão progressiva do método progressivo-regressivo proposto por Sartre (1960/2002). Assim, procuramos retomar para o momento atual que as mulheres entrevistadas estão vivendo, ou seja, denunciar o agressor e romper com a violência e, assim, projetar um futuro diferente em suas vidas.

Alice relata que o medo e a falta de segurança, no que se refere ao fato de o ex-namorado ser policial militar fez com que demorasse para romper com a violência e denunciá-lo. Para Julia, o que permitiu que, de fato, rompesse com a violência foi a humilhação “*chegou uma hora que eu não aguentei mais, fica sendo humilhada e zombando da minha cara....e traições*” (SIC).

Beatriz, por sua vez, observa que pensava muito no filho, o que a impedia de romper com o agressor e, ainda, tinha esperanças de o companheiro mudar. Confessa ela: “*eu pensava muito no Bernardo... ele prometeu mudar, ele vai mudar, por que eu quero dar uma família pro Bernardo, uma família que eu não tive, era um caos a nossa infância, era só apanhar, comer ovo com farinha e pronto. Eu queria dar uma vida diferente para o meu filho, por que se você conversa com ele sã (sem estar bêbado), nossa, ele é um rapaz bonito,*

*trabalhador, educado, nossa o que eu peço ele me ajuda....depois que o Bernardo nasceu, desandou tudo”* (SIC).

No caso de Vanessa, demorou para que ela compreendesse a situação que estava vivenciando, *“por que quando a pessoa gosta, a pessoa não enxerga, quando a pessoa para pra pensar a vida que tá vivendo, a vida que pode ter lá pra frente, um futuro melhor, cai a ficha”* (SIC). Para Elisa, *“talvez por que demorou pra cair a ficha, por que os fatos estavam na minha cara”* (SIC). Já, Nicole, diz que o *“medo... os filhos”* (SIC), fizeram com que ela não rompesse com a violência antes.

Luna descreve que, *“estava me sentindo prisioneira mesmo, precisava acabar com isso de uma forma”* (SIC), mas sentia-se coagida. Catarina diz que, para ela, foi *“burrice da mulher, da minha parte não é medo, por que a gente pensa que vai mudar...aquela confiança de que vai mudar, no começo era por causa das filhas pequenas, mas depois se torna burrice mesmo”* (SIC).

Por fim, Olivia relata que *“eu já via a minha mãe sofrer e achava normal”* (SIC). Bianca não sabe dizer, mas considera que já deveria *“estar embaixo do chão já, mas Deus me quis aqui”* (SIC). E, Joana, observa que o medo de passar dificuldades financeiras, fez com que ela não denunciasse o ex-marido antes.

Em seu texto, Sartre descreve que o ser humano busca ser um Em-si, algo acabado e não mutável, o que não é possível ao Para-si. Ao pensar na entrevista de Catarina, quando ela cita que não rompeu com a violência por *“burrice”* (SIC), ou na fala de outras entrevistadas que não rompiam com a violência por acreditar na mudança do agressor, entendemos que a mulher se percebia como um Em-si. Um ser acabado, inerte a qualquer possibilidade de mudança e/ou de estar no mundo de outra forma, portanto, não tem como sair dessa situação.

Assim, na perspectiva sartriana, trata-se de enfrentar que sou um Para-si e, nessa condição, me ver na possibilidade de ser o que eu quiser. Por mais que essa condição amedronte a mulher, ela deve, corajosamente, assumi-la. Ser um Em-si me permite ser algo fechado, no caso em análise, ser vítima. Ao entender uma liberdade que já me é imposta pelo simples fato de existir, tenho a consciência que se eu quiser posso escolher outros rumos a seguir. É quando surgem questionamentos pela mulher, para onde vou? O que posso ser? E se ele (agressor) cumprir as promessas? E se ele ameaçar, matar toda minha família? São

indagações válidas, mas não ignoram o fato de que eu posso escolher deixar de ser vítima, visto que não sou um Em-si.

Neste tópico, partindo do referencial teórico estudado, acreditamos ter sido possível responder a segunda problemática apresentada nesta dissertação: Quais elementos ou fatores impedem a mulher de romper com a (s) situação de violência? Assim, ficou evidente o medo do agressor e a preocupação com os filhos, como questões que levaram a perpetuação da violência.

Ainda sobre as justificativas para não romper com a violência relatada pelas entrevistadas, dentro da filosofia sartriana podemos falar sobre a questão da má-fé. Em seu texto, Barata (2006: 40) observa que “a má-fé exprime [...] uma mentira que visa criar a ilusão de que ‘houve razões, condicionalismos, imposições que obrigaram o sujeito; que, de uma forma ou de outra, suspenderam de facto a sua liberdade’”. Pensando na situação de violência doméstica relacionada com a má-fé, a partir das entrevistas e da minha prática profissional clínica, é possível perceber que muitas mulheres em situação de violência utilizavam da má-fé, como justificativa para não romper com o ciclo da violência. Como vimos acima, as entrevistadas relataram medo da morte, de novas agressões, sobrevivência financeira, falta de auxílio da família como justificativas por não terem outras escolhas. Sartre vai exatamente contra este viés. Ora, o existencialismo entende que em qualquer situação o ser humano tem escolhas, uma vez que ao nascer, ele se torna livre para escolher. E é exatamente essa liberdade que amedronta. O autor ainda fala de uma liberdade como condenação, uma vez que ao se deparar com a liberdade, entendo que a vida será sempre um complexo de escolhas. Em função disso, para sair de uma situação conflituosa (como a da violência) torna-se necessário continuar a escolher não voltar para a relação de violência.

Infelizmente, somente com algumas entrevistas não se tornou possível utilizar todas as possibilidades interventivas do método progressivo-regressivo. Porém, como a pesquisadora possui prática clínica, utilizando o referido método como instrumento de trabalho durante o processo de psicoterapia, pode-se dizer que muitas mulheres abandonavam a análise justamente ao se deparar com essa questão da liberdade e da escolha. Ao compreenderem que não era somente escolher romper com a violência, passavam a ter ciência de que, diariamente, precisarão realizar novas ações, ter atitudes. Ao romper com a análise, muitas vezes retomavam a relação com o agressor e não conseguiam chegar a um

dos pontos cruciais dentro do existencialismo, que seria compreender o seu projeto fundamental e, assim se perceber como um ser que pode realizar novas escolhas.

Retomando as questões deste tópico, a penúltima pergunta trata de questionar como foi ter participado desta entrevista. Ora, todas as entrevistadas apreciaram bem essa iniciativa, porém, três respostas foram além, demonstrando um processo reflexivo. É o caso de Beatriz, que disse “*só relembrar das coisas é ruim....me ajudou a fortalecer a ideia de não voltar para trás*” (SIC) e de Luna, que relata “*eu acho que minha situação não é tão pesada, mas pensando em tudo eu acho que tudo fica igual, a vítima é a mesma coisa*” (SIC), e Olivia, “*é bom poder falar o que sinto*” (SIC).

Maheirie e Pretto (2007: 459) utilizam as palavras de Beauvoir (1990), para explicitar que somos seres sempre em construção e em um eterno vir a ser. Por isso, “ao sermos adultos, a criança que fomos não desaparece, ainda nos constitui, e como vivemos numa temporalidade, o velho que queremos ser, também já nos habita”. Podemos complementar esta questão com uma frase de Sartre (2002: 86): “[...] uma vida desenrola-se em espirais; volta a passar sempre pelos mesmos pontos, mas em níveis diferentes de integração e complexidade”. Entende-se que algumas das mulheres entrevistadas vivenciaram outras situações de violência. Assim, esperamos que estas mulheres, de fato, compreendam que esta realidade faz parte de seu ser, as constitui, e que participar desta entrevista, contribuirá para romper com a violência doméstica.

E, por fim, a entrevista foi encerrada com um espaço aberto para que cada mulher falasse sobre o que sentisse vontade. Duas entrevistadas aproveitaram o momento para falar um pouco mais de suas vidas, sendo que uma delas relatou algumas situações de violência sexual.

Infelizmente, como já pontuado no decorrer desta análise, somente com esta pesquisa não foi possível alcançar o projeto fundamental, mas tratou-se de um exercício do método que possibilitou às mulheres que se percebessem como seres que estão reforçando alguns padrões sem uma consciência reflexiva. Ressalta-se que, a consciência reflexiva pode ser adquirida junto ao processo de psicoterapia e as mulheres, após a entrevista, foram encaminhadas para o CRAM/CREAS, a fim de serem orientadas referente ao serviço de psicoterapia ofertado pelo município.

### 3.5 Políticas públicas: soluções de conflitos

Após descrever a análise, permanece a dúvida. Esta pesquisa alcançou os objetivos propostos? Será que conseguimos responder nossos questionamentos? Como a singularidade e a universalidade se encontram em um relato de situações de violência de gênero? Quais elementos ou fatores impedem a mulher de romper com a (s) situação de violência? Quais formas possíveis de resistência podem ser encontradas junto às mulheres que enfrentam situações de violência?

A primeira hipótese para tais questionamentos refere-se ao papel histórico da mulher na sociedade atrelado a submissão ao homem. O referencial teórico estudado sugere a compreensão de que a subordinação da mulher foi socialmente construída. Rich (2002) acrescenta que a mulher tem um sentimento de marginalização frente à sociedade. Por fim, é válido lembrar o que já citamos:

A história mostrou-nos que os homens sempre detiveram todos os poderes concretos; desde os primeiros tempos do patriarcado, julgaram útil manter a mulher em estado de dependência; seus códigos estabeleceram-se contra ela; e assim foi que ela se constituiu concretamente como Outro.  
(Beauvoir, 1949a/2016a: p. 199)

Sendo a mulher o *Outro*, na filosofia de Beauvoir, torna-se mais simples aceitar a violência como algo normal. A violência contra a mulher está ligada às relações de poder social e econômico, situação em que o homem possui poder e controle sobre a mulher. Como observamos nas entrevistas, algumas mulheres passaram anos casadas com o agressor. Identificamos que, em um caso específico, o agressor chegou a tomar para si os documentos da vítima com o objetivo de impedir sua liberdade.

A segunda hipótese levantada refere-se à ausência do Estado em proporcionar segurança para a mulher, o que por muitas vezes, impossibilita romper com a violência que vivencia. Como já descrito, no Brasil temos a Lei nº 11.340/2006, que “cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher”. Para aplicabilidade desta lei, a *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*, publicado no ano de 2011, descreve a construção de uma rede de atendimento à mulher em situação de violência<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> No âmbito do governo, a Rede de Atendimento à Mulher em situação de Violência é composta pelos seguintes serviços: Centros de Referência de Atendimento à Mulher; Núcleos de Atendimento à Mulher; Casas-Abrigo; Casas de Acolhimento Provisório Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs); Núcleos ou Postos de Atendimento à Mulher nas Delegacias Comuns; Polícia Civil e Militar; Instituto Médico Legal; Defensorias da Mulher; Juizados de Violência Doméstica e Familiar; Central de Atendimento à Mulher –

Ora, como vimos nas entrevistas, o município de Umuarama-PR conta somente com a delegacia da mulher e o trabalho ofertado pela equipe psicossocial do CREAS/CRAM. Assim, essa hipótese também se confirma, uma vez, que o referido município não apresenta uma rede de atendimento que possibilite o rompimento da violência doméstica.

No tocante às políticas públicas, torna-se inevitável dizer que, infelizmente tivemos muitas perdas em políticas públicas para mulheres com as trocas de gestão, tanto em nível nacional quanto municipal. A primeira delas em nível nacional, aconteceu no ano 2015, quando Temer assumiu a presidência e como uma das primeiras medidas, extinguiu a Secretária de Políticas Públicas para Mulheres, deixando este debate em um recém criado Ministério das Mulheres, Igualdade Social e dos Direitos Humanos.

Em nível municipal, o primeiro retrocesso é visível no ano de 2009, com a extinção da Coordenadoria da Mulher. Após, assistimos ao desmonte de todo um trabalho, processo em que o CRAM passou a ser somente mais um equipamento da Secretária de Assistência Social do Município, sem um arcabouço de profissionais e atividades voltados para a mulher. Como ponto positivo, percebe-se no período de 2017 a 2019, um impulso em nível do legislativo por meio de leis que beneficiam a mulher e a inserção na Estrutura Administrativa do município, do Fundo Municipal da Mulher.

Como soluções, sugere-se em nível municipal que o CRAM seja reativado e que atue com a equipe completa proposta pela Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Que este seja responsável, de fato, pelo atendimento da mulher em situação de violência doméstica, e para tanto tenha recursos para sua manutenção. Não percebemos como essencial a reativação da Coordenadoria da Mulher, (apesar de aplaudir todo o trabalho executado por este setor enquanto sua existência), por compreender a dificuldade financeira para sua manutenção e acreditar que a reativação do CRAM com uma equipe completa poderia realmente atender a demanda das mulheres. Ainda, a efetivação da Lei Patrulha Maria da Penha, Lei 4199/2017, e o convênio com casas de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica.

---

Ligue 180; Ouvidorias; Ouvidoria da Mulher da Secretaria de Políticas para as Mulheres; Serviços de Saúde voltados para o atendimento dos casos de violência sexual e doméstica; Posto de Atendimento Humanizado nos Aeroportos; Núcleo da Mulher da Casa do Migrante. (BRASIL, Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres 2011, p. 29-30)

Ainda, compreendemos a dificuldade financeira em manter um serviço que não possui respaldo financeiro do governo federal. Desta forma, talvez as soluções devam começar por lá, mas enquanto isso não acontece, vemos diariamente mulheres sofrerem situações de extrema violência. Por fim, acreditamos que a solução mais viável seria a de se criar leis que impedissem retrocessos em políticas públicas quando acontecem trocas de gestões.

Por fim, é válido ressaltar que esta pesquisa seguiu duas vertentes, a primeira, analisar a violência doméstica a partir do olhar do existencialista Jean-Paul Sartre, que apresenta uma visão clara sobre a responsabilidade do ser humano por suas escolhas, sendo este, livre para escolher dentro do seu campo de possibilidades. A segunda vertente propõe, compreender a dificuldade em romper com a violência doméstica e apresenta como hipóteses, questões ligadas a subordinação da mulher e a (quase) ausência do estado.

Destarte, a primeira vertente não alcançou todos os objetivos a que se propôs. Uma vez, que a complexidade da temática violência doméstica, juntamente com a complexidade do método progressivo-regressivo, demandaria diversos atendimentos com cada entrevistada, que não foi o objetivo desta pesquisa. Porém, com a segunda vertente, acreditamos poder alcançar seu propósito, respondendo às hipóteses levantadas, de que a mulher ainda se vê como submissa ao homem, ou como Beauvoir (1949a/2016a) nos diz, o *Outro* da relação. E o Estado, apesar de apresentar no papel uma estrutura de acolhimento à mulher, na prática não se vislumbra programas e serviços que efetuem, de fato, este atendimento.



## CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como temática a universalidade da violência contra a mulher na sua singularidade: abordagens fenomenológico-existenciais sobre crimes de gênero em Umuarama - PR. O objetivo do existencialismo “[...] é o homem singular no campo social, em sua classe, no meio de objetos coletivos e dos outros homens singulares, é o indivíduo alienado, reificado, mistificado” (Sartre, 1960/2002: 103). Assim, essa pesquisa buscou a interface entre singular/universal da mulher em situação de violência doméstica.

Tendo em vista esse contexto, para Sartre (1943/2015), ao escolher algo para si, o homem escolhe para o todo. Ora, é sob esse espectro mais amplo que esta pesquisa levou em conta ao situar o termo universalidade. Trata-se, segundo Sartre, de reconhecer, pois, que essa condição humana seja universal. Assim, escolhemos nosso método progressivo-regressivo para olhar esta universalidade na singularidade. A partir deste método, foi possível compreender algumas questões no que se refere à mulher vítima de violência na díade singular/universal, considerando a sua história de vida e as escolhas que realizou dentro do seu campo de possibilidades, buscando ainda situar, como Sartre, o que tal indivíduo (nesse caso a mulher) fez com o que fizeram dela.

Ao realizar a análise das entrevistas, percebemos que precisaríamos de mais tempo com cada entrevistada, talvez todo um processo psicoterapêutico para de fato alcançar todas as possibilidades do método progressivo-regressivo. Entretanto, foi possível perceber na fala de algumas entrevistadas o vaivém, o ir e voltar na sua história. Como observa-se na entrevista de Beatriz que, ao ser questionada outros casos de violência doméstica na família, em um momento diz “*só minha mãe*” (SIC), mas em outra ocasião se recorda “*meu vô agredia minha vô*” (SIC). Ou ainda, na universalidade dos relatos singulares, da dificuldade de Beatriz, Catarina e Joana romperem com o ciclo da violência doméstica. Nas histórias de adultério de Luna, Nicole e Bianca. Na dificuldade do processo reflexivo em ser vítima de violência de Julia e Vanessa. Ou indo além, na universalidade dos relatos de medo do agressor, de todas as entrevistadas. Assim, acreditamos que a escolha do método possibilitou uma perspectiva do passado com o presente que se tornará futuro.

Um dos pilares desta pesquisa respalda-se na dialética singular/universal, ao que se refere à vivência da mulher em situação de violência doméstica, uma vez que apesar de a violência iniciar no âmbito singular, muitas vezes no âmbito de um lar, ela está inserida na universalidade de diversos relatos de mulheres que sofrem nas mãos de um agressor.

Schneider (2008: 293), observa que “a relação indivíduo/grupo ou singular/universal é aspecto essencial para o entendimento da realidade humana”. Assim como a autora propõe, acreditamos que somente é possível uma compreensão das relações humanas por meio desta interface.

Ao considerarmos a literatura estudada, tornou-se evidente que a violência contra a mulher existe independente da classe social. Tanto isso é verdade que essa pode ser de várias formas, entre elas, as mais citadas durante as entrevistas, caracteriza-se por violência física, violência psicológica e/ou verbal, ameaças, coação, injúria e descumprimento de medida protetiva. O principal agressor é um ente familiar, na maioria das vezes, o companheiro (marido e/ou namorado), que busca demonstrar seu poder, dominando e/ou controlando a parceira. Em função disso, essa última passa a apresentar dificuldade de se ver no papel de vítima de violência e romper com o agressor, retomando diversas vezes o que muitos autores denominam ciclo da violência.

Atualmente, o ciclo da violência se tornou uma terminologia difundida em diversos mecanismos que previna ou trate a violência doméstica, bem como em meios de comunicação quando existem campanhas e debates sobre esta temática. O ciclo da violência é compreendido por três momentos. Ele inicia-se com aumento da tensão entre o casal, momento em que o agressor expressa irritabilidade por questões pequenas e culpabiliza a mulher (já fragilizada) por sua raiva. Logo após, tem-se o segundo momento, que seria a violência propriamente dita e, por fim, o terceiro e último momento, a fase da lua de mel, período em que o agressor se apresenta carinhoso, promete mudanças, mas logo retoma ao seu comportamento e o círculo se reinicia. Principalmente pela violência psicológica, o agressor consegue manipular a mulher e ela apresenta extrema dificuldade em se livrar das agressões (Instituto Maria da Penha).

Em relação à dificuldade em romper com a violência doméstica, algumas entrevistadas descreveram inúmeros fatores agravantes como, questões financeiras, desemprego, filhos e esperança de mudança do parceiro. Na pesquisa bibliográfica, podemos ver que romper com a violência se apresenta com muito mais complexidade, uma vez, que culturalmente a mulher está atrelada a um papel de submissão ao homem, sendo essa o *Outro* da relação, como examina Beauvoir (1949a/2016a).

Simone de Beauvoir, em seu livro *Segundo Sexo* (1949a/2016a), busca uma resposta para a mulher ter se tornado o *Outro* em relação ao homem. Para tanto, ela faz uma

análise dos fatores biológicos, do movimento psicanalítico e do materialismo histórico, vindo a concluir que as respostas apresentadas não seriam suficientes para a mulher ser submissa ao homem.

Por fim, consideramos que os dados resultantes dessa pesquisa fornecem subsídios para que o município, em tela, repense e amplie os serviços ofertados para as mulheres vítimas de violência doméstica. Desta forma, por meio do referencial teórico estudado, das prerrogativas apontadas pela Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, das entrevistas realizadas, do levantamento histórico das políticas públicas para as mulheres no Brasil e no município de Umuarama-PR, compreendemos que atualmente não existe viabilização de recursos em nível federal e/ou estadual para a manutenção de um serviço específico de atendimento à mulher vítima de violência doméstica, o que inviabiliza a manutenção do CRAM. Entendemos, contudo, que a violência existe, que ela acontece diariamente em nossas relações e não se trata de uma questão de feminismo e/ou machismo simplesmente, mas sim, de um problema nacional e/ou internacional, que revela mais e mais mulheres sendo maltratadas, agredidas, violentadas e até assassinadas por seus parceiros. Entendemos que acabar com a violência no mundo é quase impossível, mas precisamos de mecanismos que imputem o agressor e que a violência pare de se perpetuar.

Desta forma, compreendendo a falta de recursos financeiros e a violência como algo cotidiano na história de muitas mulheres, sugerimos e/ou sonhamos que o município de Umuarama:

- Reative o Centro de Atendimento à Mulher e que este equipamento seja composto pelo quadro de funcionários indicados na Norma Técnica de Uniformização dos Centros Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (2006).
- Que o CRAM possa atender a mulher em sua integralidade e ofertar o atendimento psicoterápico, uma vez que a mulher vítima de violência precisa de autoconhecimento para romper com a violência, de fato, mas não somente romper com um agressor e, após tudo isso, retomar a relação e/ou iniciar uma outra relação com traços de agressividade.
- Estabeleça que o CRAM seja responsável pelas discussões da mulher no município, evitando a criação de outros órgãos que onere os cofres públicos. Ressalta-se a admiração sobre o trabalho executado pela coordenadoria da mulher no município,

contudo, entendemos a necessidade de viabilizar o atendimento com menos recursos possíveis.

- Estabeleça convênios com casas de acolhimento a mulher vítima de violência e seus filhos. Entendemos que manter uma casa de acolhimento municipal acarretaria muitos custos ao órgão público, além de uma questão de segurança delicada. Assim, os convênios seriam uma possibilidade mais rápida e efetiva, viabilizando o atendimento as situações indispensáveis e instrumento de trabalho para a equipe técnica, quando esta avaliar a necessidade de acolhimento.
- Contemple na estrutura administrativa um programa/setor de atendimento à mulher, com recursos que permitam a viabilidade das ações propostas. Ressalta-se o avanço em ter na estrutura administrativa atual, o Fundo Especial do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.
- A aplicabilidade de algumas leis aprovadas recentemente e que vão ao encontro da luta pelos direitos da mulher e o fim da violência, entre elas: Lei Ordinária nº 4199/2017 – Patrulha Maria da Penha; Lei nº 4.403/2019 - Programa Caminhando Juntos; Lei nº 4.148/2019 - Programa Libertar; por fim, a Lei nº 4.4419/2019 - Habitacional.
- Que a atuação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher seja repensada. A gestão nos informou que estão revendo a lei do conselho. Esperamos que esta lei avalie a organização do conselho. Que o conselho tenha dimensão das entidades/atividades executadas para mulheres no município, que as avalie, que questione a sua aplicabilidade, como fazem os conselhos de Assistência Social e de Saúde.
- Destarte, que a delegacia da mulher viabilize aperfeiçoamento contínuo a sua equipe, visando um atendimento humanizado e de qualidade. Ainda, que essa continue buscando junto ao estado e/ou município (por meio de parcerias e/ou concessão de funcionários), a ampliação do seu quadro de profissionais, com a inserção de psicólogos e assistentes sociais para atendimento das vítimas. E por fim, rever o papel dos estagiários neste equipamento, uma vez, que devido ao seu despreparo, muitas vezes não demonstram empatia ao atendimento à mulher.

Ainda, apresentamos a fala de duas entrevistadas, ao dizerem que nossa pesquisa, de alguma forma tocou a vida delas. Primeiramente, Beatriz, que considera ter lembrando

de muitas coisas ruins durante a entrevista, mas que participar desta pesquisa a auxiliou a não voltar atrás na sua decisão “*me ajudou a fortalecer a ideia de não voltar para trás*” (SIC), ou ainda na fala da Olivia, ao dizer que na entrevista “*pude falar o que sinto*” (SIC).

Destarte, essa dissertação não envolveu os processos de psicoterapia realizados pela pesquisadora, mas objetivou a análise somente das entrevistadas realizadas na delegacia da mulher. Aqui, fica o desejo de propor, no futuro, um trabalho com análises do contexto de psicoterapia/clínico utilizando o método progressivo-regressivo em situações de violência doméstica.

Por fim, concluímos esse pequeno estudo com uma imensa angústia em perceber o retrocesso nas políticas públicas para mulheres no Brasil e no município de Umuarama, muito embora com a esperança de dias melhores e com a expectativa de que, um dia, mesmo diante da mudança de gestão, não venha ocorrer retrocessos nas políticas públicas já implementadas. E, ainda, com a esperança de que, um dia, todas as mulheres consigam não se verem mais como o *Outro*, como um ser submisso ao homem, mas como uma pessoa empoderada, com o direito de escolher escrever a sua vida, por si só.

Esperamos, um dia, que o mundo entenda como Simone de Beauvoir (1949b/2016b) bem pontuou ao dizer-nos tornamos mulheres e machos, assim, podemos nos tornar seres diferentes e melhores, que entendam e aceitam a diversidade sem imposições do que é ser homem ou do que é ser mulher. Esperamos que, um dia, nosso país e, talvez o mundo, quebre de fato tais paradigmas e compreenda que não é necessário ser homem ou mulher para determinada função, mas sim, seres humanos capazes de enxergar o outro com empatia e como um ser igual, com os mesmos direitos e possibilidades.



## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

AMÂNCIO, L. **O gênero no discurso das ciências sociais**. *Análise Social*, vol. XXXVIII (168), 2003, 687-714. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218791078B9rDE5id4Po89MU8.pdf> Acesso em 27 de março de 2020.

ANZALDÚA, G. **Falando em línguas**: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis-SC, v.8 n.1, p.229-236, Jan/2000.

ASSMANN, S. J. **Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã** - por Marie Gouze, "Olympe de Gouges" (1791). *INTERTHESIS*, v. 15, n. 1, 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/Renata%20Ortiz/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge\\_8wek%20b3d8bbwe/TempState/Downloads/54986-184912-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Renata%20Ortiz/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wek%20b3d8bbwe/TempState/Downloads/54986-184912-1-PB%20(1).pdf)

BARATA, A.; CAMPOS, C.M; ALT, F. **Psicologia Fenomenológica, Psicanálise existencial e possibilidades clínicas a partir de Sartre**. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. Rio de Janeiro, v.12, n.3, p.706-723, 2012.

BARATA, A. **Sartre e o Inconsciente**. in *Phainomenon* 12, CFUL, Lisboa, pp. 39-51, 2006.

BEAUVOIR, S. **Le deuxième sexe**: les faits et les mythes. Paris: Gallimard, 1949a.

\_\_\_\_\_. **Le deuxième sexe**: L'expérience vécue. Paris: Gallimard, 1949b.

\_\_\_\_\_. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Trad. Sergio Millet. São Paulo: DP&A Editora, 2016a.

\_\_\_\_\_. **O segundo sexo**: A experiência vivida. Trad. Sergio Millet. São Paulo: DP&A Editora, 2016b.

BEBIANO, A. **Gayatri Chakravorty Spivak**: a teoria como prática de vida. In *UNIPOP, Correntes do Pensamento Crítico Contemporâneo*, Edições 70, p.378-396, 2014.

BEDIA, R. C. **La democracia moderna y la exclusión de las mujeres**, 2007.

BELEZA, T. P. **Lei, Igualdade e Violência**. 2011. Disponível em: <file:///D:/Mestrado/Historia%20dos%20Direitos%20das%20Mulheres/Topico%205/Lei,%20Igualdade%20e%20Violência%20-%20Teresa%20Beleza%202011.pdf>

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Trad: Maria Helena Kuhner. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em 20 de abril de 2018.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria Especial de Política para as Mulheres. **Norma Técnica de Uniformização dos Centros Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência**. Brasília: Secretaria Especial de Política para as Mulheres, 2006.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. 2008c. 104p.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. 2013c. 236p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Assistência Integral à Saúde da Mulher: bases da ação programática**. Brasília: Ministério da Saúde, 1984.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretária Especial de Políticas para Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, 2004a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher**. Brasília: 2004b.

\_\_\_\_\_. **10 anos da adoção da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher** – Convenção de Belém do Pará. Brasília: AGENDE: Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento, 2004c.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria Especial de Política para as Mulheres. **Enfrentando a violência contra a mulher: orientações práticas para profissionais e voluntários**. Brasília: Secretaria Especial de Política para as Mulheres, 2005.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007a. *In*: Instituto Patrícia Galvão.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008a.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei Maria da Penha – Lei nº. 11.340 de 2006 – Coíbe a violência doméstica e familiar contra a Mulher**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas Públicas para as mulheres, 2008b.

\_\_\_\_\_. Presidência da República **Legislação da Mulher**. 2º ed. 2009.

CAMPBELL, R.J. **Dicionário de Psiquiatria**. Trad: Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CERQUEIRA, D.; MOURA R.; PASINATO. W. **Participação no Mercado de Trabalho e Violência Doméstica contra as Mulheres no Brasil**. IPEA, 2019. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34971](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34971)

CFEMEA. **1º Movimento Feminista**. Disponível em: [https://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/anos/1979.php?iframe=1\\_o\\_enf\\_fortaleza\\_ce](https://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/anos/1979.php?iframe=1_o_enf_fortaleza_ce). Acesso em 20 de janeiro de 2020.

CHAUÍ, M.S. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

COSTA, C. L.; ALVAREZ, S. E. **Translocalidades: por uma política feminista da tradução**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis-SC, v.17 n.3, p.739-742, Set/Dez/2009.

COSTA, C. L.; ÁVILA, E.; ANZALDÚA, G. **A consciência mestiça e o “feminismo da diferença”**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis-SC, v.13 n.3, p.691-703, Set/Dez/2005.

CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de Especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos feministas. Los Angeles: University of Califórnia, p.171-188, 2002.

CFP. **Código de Ética do Profissional de Psicologia**. Brasília. 2005. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Código-de-Ética.pdf> 29 de Janeiro de 2018.

CUBAS, M.G.; ZAREMBA, J.; AMÂNCIO, T. **Brasil registra 1 caso de agressão a mulher a cada 4 minutos, mostra levantamento**. Folha de São Paulo. Publicado em 09 setembro 2009 <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/brasil-registra-1-caso-de-agressao-a-mulher-a-cada-4-minutos-mostra-levantamento.shtml>. Acesso em 20 de fevereiro de 2020.

CUNHA, T. C. **Sartre e o Método Compreensivo**. Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. 1989. Disponível em: [https://run.unl.pt/bitstream/10362/6293/1/RFCSH3\\_121\\_140.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/6293/1/RFCSH3_121_140.pdf) Acesso em 15 de novembro de 2019.

DAMASCENO, P. PONTES, D. **As políticas públicas para mulheres no Brasil: avanços, conquistas e desafios contemporâneos**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017 [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498660593\\_ARQUIVO\\_artigomundodasmulheres.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498660593_ARQUIVO_artigomundodasmulheres.pdf). Acesso em 20 de janeiro de 2020.

Duarte, M. **O lugar do Direito nas políticas contra a violência doméstica.** ex aequo, n.25, p.09-73, 2012.

DUROZOI, G.; ROUSSEL, A. **Dicionário de Filosofia.** Campinas, SP: Papyrus, 1993.

ERTHAL, T.C.S. **Terapia vivencial: abordagem existencial em psicoterapia.** Rio de Janeiro: Livro Pleno, 1999.

**ESTRATÉGIAS PARA VIDA.** Zygmunt Bauman. 25/04/2012, 48 min.

FARGANIS, S. **O feminismo e a reconstrução da ciência social.** Em: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan R. *Gênero, Corpo e Conhecimento.* Rio de Janeiro, p.224-240, 1997.

FONSECA, J.N; VEDOVATO, S.R. **A efetivação da lei Maria da Penha lei nº. 11.340/2006 no município de Paranavaí.** Fafipa, 2010.

FREITAS, S. M. P. **Sartre, Psicologia de Grupo e Mediação Grupal.** Maringá, 2018.

FREUD, S. **A história do movimento psicanalítico,** in *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud.* Edição Standard Brasileira. vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_ **Freud além da alma.** Dirigido por John Huston. Trilha sonora: Jerry Goldsmith. Lançamento 1962/1963.

GAY, P. **Sigmund Freud: obras psicológicas:** antologia organizada e comentada por Peter Gay. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, A. I. **O Problema do Outro em Sartre.** Santa Maria/RS, 2012.  
Disponível em: <http://w3.ufsm.br/ppgf/wp-content/uploads/2011/10/o-problema-do-outro-em-sartre.pdf> Acesso em: 23 de março de 2020.

GONÇALVES, C.S. **Sartre e a psicanálise contemporânea.** Dois pontos: Curitiba/, São Carlos, vol.3, n.2, p.53-67, outubro,2006. Acessível:  
<https://revistas.ufpr.br/index.php/doispontos/article/viewFile/6507/4675>

GOUGES, O. **Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã.** 2007.

HARAWAY, D. **Saberes Localizados:** a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n.5, p.07-41, 1995.

HARDING, S. **A Instabilidade das Categorias Analíticas na Teoria Feminista.** *Revista Estudos Feminista*, Florianópolis-SC, n.1, p.7-31, 1ºSemestre/1993.

HENRIQUES, F. **Concepções Filosóficas e Representações do Feminino.** *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 89, Junho 2010: 11-28.

bell hooks. **Mulheres negras: Moldando a teoria feminista**, Revista Brasileira de Ciência Política, n.16, p.193-210, Abr./2015.

IPEA. **Texto para discussão**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, Rio de Janeiro, 1990.

IPEA. **Atlas da violência 2019**, Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, 2019.

Instituto Maria da Penha. **Quem é Maria da Penha**. Disponível em: <http://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html> Acesso em 20 de Janeiro de 2020.

LAGRAVE, R.M. **Uma emancipação sob tutela**. Educação e trabalho das mulheres no século XX, in DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), História das Mulheres no Ocidente, vol.5, Porto, Ed. Afrontamento, p.501-539, 1995.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

LEFEBVRE, H. **Problemas de sociologia rural**. In: MARTINS, J. S. (Org.). Introdução crítica à sociologia rural. 2.ed. São Paulo: Hucitec, p.144-62, 1986.

MAHEIRIE, K. & PRETTO, Z. **O movimento progressivo-regressivo na dialética universal e singular**. Revista do Departamento de Psicologia, p.455-462, jul./dez. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rdpsi/v19n2/14.pdf> Acesso em 05 de dezembro de 2017.

MALUF, S.W.; COSTA C.L. **Feminismo fora do centro Entrevista com Ella Shohat**. Revista Estudos feministas, Florianópolis-SC, v.9 n.1, p.147-163, Jan. 2001.

MELO, S.C. **Lugar de mulher é onde ela quiser?** Feminismos, domesticidade e conflito social no Brasil (1964-1990), Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985) 2019 / Cristina Scheibe Wolff, Jair Zandoná, Soraia Carolina de Mello (Organizadores.). 1.ed. Curitiba, Appris, 2019.

MIRALES, R. **Violência de gênero: contribuições para o serviço social**. XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília, 31 de jul. a 05 ago. 2010.

MOURA, C.E. **Sartre e a consciência no processo da construção de si: o “Eu” como valor e projeto**. Anais do VII Seminário de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar, São Carlos-SC, p.116-122, 2011. Disponível em <http://www.ufscar.br/~sempgfil/wp-content/uploads/2012/05/carloseduardomoura.pdf> Acesso em 14 de Maio de 2017.

NEVES, S.; NOGUEIRA, C. **Metodologias Feministas: A Reflexividade ao serviço da Investigação nas Ciências Sociais**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(3), p.408-412, 2005. <http://www.scielo.br/pdf/prc/v18n3/a15v18n3>. Acesso em 20 de Janeiro de 2020.

**O PERIGO DA HISTÓRIA ÚNICA.** Chimamanda Adichie. 2009, 18 min. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=wQk17RPuhW8>. Acesso em 10 de junho de 2017.

OLIVEIRA, R.B. **Há uma epistemologia inexencialista na Crítica da Razão Dialética? Um estudo sobre o método regressivo-progressivo.** Reflexão, Campinas, p.87-93, jan./jun., 2005.

OSTOS, N.S.C. **A questão feminina:** importância estratégica das mulheres para a regulação da população brasileira (1930-1945). Cad. Pagu, n.39, Campinas-SP, Jul/Dez de 2012. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332012000200011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332012000200011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em 01 de julho de 2017.

PELLARIGO, M. R. **Quem sou? O que sou? Como sou?** Umuarama, 2010.

PERDIGÃO, P. **Existência e liberdade:** uma introdução à filosofia de Sartre. Porto Alegre: L&M, 1995.

PINTO, T. **Industrialização e domesticidade no século XIX:** A edificação de um novo modelo social de gênero, in HENRIQUES, Fernanda (coord.), Gênero, Diversidade e Cidadania, Lisboa, Colibri, p.155-168, 2008.

PINTO, T.; ALVAREZ, T.(Coord.), **Dossiê: História, História das Mulheres, História do Gênero. Produção e transmissão do conhecimento histórico, ex aequo**, n.30, p.7-78, 2014 <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aeq/n30/n30a02.pdf>. Acesso em 20 de Janeiro de 2020.

PISCITELLI, A. **Re-Criando a (Categoria) Mulher?**, 2002.

POZA, M.F. **A propósito de Mary Wollstonecraft**, Cuadernos de Historia Contemporánea, n.20, p.273-284, 1998.

RICH, A. **Notas para uma política de localização.** In: Macedo, Ana Gabriela (org.) Gênero, Identidade e Desejo. Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo. Lisboa: Edições Cotovia p.15-35, 2002.

RUGGI, L.O. & BARBOZA, R. **Introdução.** E-cadernos. n.1, dez/2012. <http://eces.revues.org/1506>. Acesso em 03 Outubro 2016.

SAFFIOTI, H.I.B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SÁ, E.C. **De volta ao fogão:** a (re)valorização da maternidade intensiva e do trabalho doméstico feminino. Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos 23/26 de agosto de 2010. Disponível em: [http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1277348275\\_ARQUIVO\\_Trabalhocompleto.pdf](http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1277348275_ARQUIVO_Trabalhocompleto.pdf) Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

SANTOS, A.C.W. **Mulheres, Violência, Rede de Serviços de Referência e Suporte Psicossocial.** Florianópolis, 2009. Disponível em>

<file:///D:/Disseratação%20mestrado/2018/Artigos%20claudinei/dissertação%20modelo%20Ode%20entrevista%20estruturada.pdf>

SANTOS, B. S. **Um Discurso sobre as Ciências**. Edições Afrontamento. Porto. p.1-22, 1987.

SARTRE, J-P. **L' être et le néant: essai d' ontologie phénoménologique**. Paris: Gallimard, 1943.

\_\_\_\_\_. **Critique de la raison dialectique** Paris: Gallimard, 1960.

\_\_\_\_\_. **O existencialismo é um humanismo**. In: Textos escolhidos. Trad. Vergílio Ferreira. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

\_\_\_\_\_. **Crítica da razão dialética**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. **O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica**. 24. ed. Trad. Paulo Perdigão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SCHNEIDER, D. R. **O método biográfico em Sartre: contribuições do Existencialismo para a Psicologia**. Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, RJ, 1º Sem/2008, ANO 8, n. 2, p. 289-308.

SCOTT, J.W. **A mulher trabalhadora**, in DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *História das Mulheres no Ocidente*, v.4, FRAISSE, Geneviève, 1994.

SCOTT, J.W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, p.71-99, julho/dez/1995.

SILVA, A. C. **Os fundamentos freudianos e as aplicações da psicanálise: condições, possibilidades e implicações**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/psicologiamestrado/files/2012/05/Angela-Silva-trabalho-de-dissertação.pdf>. Acesso em 20 de Janeiro de 2020.

SILVA, C. A. F. **Aportes clínicos sartrianos I: a psicanálise existencial**, in: SANTOS, R; GUTELVIL, L. (Org.). *Ontologia, política & psicanálise: discursos acerca da alteridade*. Porto Alegre: FI, p.357-381, 2018.

\_\_\_\_\_. **Aportes clínicos sartrianos II: diálogo psicanalítico**, in SANTOS, R; IÓRIO, L. F. D. (Org.). *Fenomenologia, linguística e psicanálise*. Porto Alegre: FI, 2019.

SILVEIRA, L. **Má-fé e Inconsciente: sobre a crítica de Sartre a Freud em O ser e o nada**. Dois Pontos. Curitiba, São Carlos, v.13, n.3, p.39-55, dez/2016.

**SIMONE DE BEAUVOIR, uma mulher atual.** Documentário. Educativo. Dominique Gros. França: Arte France, 2007. 52 minutos.

<https://www.youtube.com/watch?v=IrXD1Hdtqrk>. Acesso em 24 de janeiro de 2018.

UERGS. **MOVIMENTO FEMINISTA.** Disponível em:

[http://www.ufrgs.br/nucleomulher/mov\\_feminista.php#01](http://www.ufrgs.br/nucleomulher/mov_feminista.php#01). Acesso em 20 de Janeiro de 2020.

VAQUINHAS, I. **A mulher e o poder.** Os poderes da mulher. Visão histórica", in «*Senhoras e mulheres*» na sociedade portuguesa do século XIX , Lisboa, Colibri, p.35-50, 2000.

VELHO, G.; ALVITO, M.(Org.). **Cidadania e violência.** 2. ed. Rio de Janeiro: 2000.

## **ANEXO I: DIREITOS CONQUISTADOS NA HISTÓRIA**

## ANEXOS

### Direitos conquistados na história

Em todos os campos são marcantes os avanços das mulheres. Isto resultou de uma história de lutas e conquistas, na qual o movimento feminista, em cada momento com feições próprias, ajudou a escrever uma página. Seguem, algumas datas e eventos marcantes.

**1759** - Olympe de Gouges, revolucionária francesa, lança o manifesto “Declaração dos Direitos da Mulher”, denunciando a Declaração dos Direitos do Homem como instrumento de cidadania restrita aos componentes do sexo masculino. Questiona o direito de as mulheres irem ao cadafalso uma vez que não podem subir à tribuna. É decapitada.

**1792** - Inglaterra - Mary Wolstonecraft (1759-97) escreve um dos grandes clássicos da literatura feminista “A Vindication of the rights of women”. Defendia uma educação para meninas que aproveitasse seu potencial humano.

**1827** - Brasil – Surge, no Brasil, a primeira legislação relativa à educação de mulheres. A lei admitia meninas apenas para as escolas elementares, não para instituições de ensino mais adiantado.

**1832** - Brasil - A brasileira Nísia Floresta, do Rio Grande do Norte, defendia mais educação e uma posição social mais alta para as mulheres. Lança uma tradução livre da obra pioneira da feminista inglesa Mary Wolstonecraft, e dá-lhe o título “Direitos dos homens, injustiças para as mulheres”.

**1848** - EUA, Nova York – Convenção em Seneca Falls, o primeiro encontro sobre direitos das mulheres.

**1852** - Brasil - Lançado o Jornal das Senhoras, editado por Joana Paula Manso de Noronha. Ela sabia que não poderia falar "nos direitos, na missão da mulher" para que o jornal não fosse proibido nas casas de família. Sucedeu-a Violante de Bivar e Velasco.

**1857** - 8 de março - EUA, Nova York - 129 operárias morrem queimadas pela força policial, numa fábrica têxtil Cotton, em Nova York. Elas ousaram reivindicar redução do horário de sua jornada de trabalho, de mais de 16 horas/dia, para 10 horas. Também reivindicavam melhores salários, pois recebiam menos de um terço do salário dos homens, trabalhadores no mesmo local e, ainda, o direito à licença-maternidade. Em 1910, o Congresso

Internacional das Mulheres Socialistas instituiu o 8 de março como Dia Internacional da Mulher, em homenagem a essas mulheres.

**1858** - Brasil - Publicado em Campanha da Princesa, MG o jornal O Sexo Feminino. A editora, Dona Francisca Senhorinha da Motta Diniz tentava resgatar uma história perdida, a história das mulheres brasileiras. Advogava o sufrágio feminino.

**1874** - Brasil - Surgiram os jornais "O Domingo" e o "Jornal das Damas, no Rio de Janeiro, seguidos do "Myosotis", de Maria Heraclia, lançado em Recife, em 1875, e do incisivo "Echo das Damas", de mélia Carolina da Silva Couto, no Rio de Janeiro, em 1879.

**1874** - Brasil - A jovem Maria Augusta Generosa Estrella deixou o Rio de Janeiro para estudar medicina nos Estados Unidos. Ingressou três anos mais tarde no New York Medical College and Hospital for Women. A ela se juntou uma segunda jovem, Josefa Agueda Felisbella Mercedes de Oliveira. As duas publicaram, depois, um jornal em New York: "A mulher".

**1879** - Brasil - O Governo Brasileiro abriu as instituições de ensino superior do país às mulheres, mas as jovens que seguiam esse caminho eram sujeitas a pressões e à desaprovação social.

**1880** - Brasil - As primeiras mulheres graduadas em direito encontram dificuldades em exercer a profissão.

**1887** - Brasil - Rita Lobato Velho Lopes tornou-se a primeira mulher a receber o grau de médica, no Brasil. As pioneiras encontraram muitas dificuldades para se afirmar profissionalmente e três estiveram sujeitas ao ridículo.

Brasil - A pernambucana Maria Amélia de Queiroz proferiu palestras públicas sobre a abolição da escravatura.

**1889** - Brasil - Com a Proclamação da República, Francisca Senhorinha da Motta Diniz mudou o título do jornal "O sexo feminino" para "O Quinze de Novembro do Sexo Feminino".

**1893** - Nova Zelândia - Sufrágio feminino, primeiro país a conceder o direito de voto às mulheres.

**1898** - Inglaterra - Inglaterra e Escócia jogam em Londres a primeira partida de futebol feminino.

**1899** - Brasil - Uma mulher, Myrthes de Campos, foi admitida no Tribunal de Justiça Brasileiro, para defender um cliente.

**1900** - Primeiras referências na Imprensa Internacional às exibições esportivas femininas.

**1910** - Brasil - A professora Deolinda Daltro funda o Partido Republicano Feminino.

**1917** - Brasil - A professora Deolinda Daltro lidera uma passeata exigindo a extensão do voto às mulheres.

**1918** - Brasil - A jovem Bertha Lutz, iniciando a carreira profissional como bióloga, publica na "Revista da Semana" uma carta denunciando o tratamento dado ao sexo feminino. Propõe a formação de uma associação de mulheres, visando a "canalizar todos esses esforços isolados.

**1920** - EUA - Sufrágio feminino.

**1921** - Brasil - Primeira partida de futebol feminino. Em São Paulo, senhoritas catarinenses e tremembeenses.

**1921** - Brasil É constituída, no Rio de Janeiro, sob a liderança de Bertha Lutz, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

**1925** - Japão - O parlamento excluiu as mulheres da lei sobre o sufrágio universal. Nasce o movimento no país.

**1928** - As mulheres conquistam o direito de disputar oficialmente as provas olímpicas. O Barão Pierre de Coubertin, criador das Olimpíadas da era moderna e severo opositor à participação feminina, pede demissão do cargo de presidente do Comitê Olímpico Internacional.

Brasil - O Governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, obteve uma alteração da legislação eleitoral para conferir o direito de voto às mulheres no seu Estado. Elas foram às ruas, mas seus votos foram anulados pela Comissão de Poderes do Estado. No entanto, foi eleita uma prefeita, a primeira da História do Brasil: ALZIRA SORIANO DE SOUZA, no município de Lages, Rio Grande do Norte.

**1932** - Brasil - O Governo de Getúlio Vargas promulgou o novo Código Eleitoral pelo Decreto nº. 21.076, de 24 de fevereiro, garantindo finalmente o direito de voto às mulheres brasileiras.

Brasil - A nadadora Maria Lenk, 17 anos, embarca para Los Angeles como única mulher e mascote da delegação olímpica. Foi a primeira atleta brasileira a participar de uma Olimpíada.

**1933** - Brasil - Nas eleições deste ano para a Assembleia Constituinte, foram eleitos 214 deputados e uma única mulher: a paulista Carlota Pereira de Queiroz.

**1939** - Brasil - Maria Lenk bate dois recordes mundiais, nos 200m e 400m do nado de peito. Sufrágio feminino na França, Itália e Japão.

**1948** - Depois de 12 anos sem a presença feminina, a delegação brasileira às Olimpíadas segue para Londres com 11 mulheres e 68 homens.

A holandesa Fanny Blankers-Keon, 30 anos, mãe de duas crianças, consagrou-se a grande heroína individual da Olimpíada superando todos os homens. Arrebatou quatro medalhas de ouro no atletismo.

França - A escritora francesa Simone de Beauvoir (1908-86) publica o livro "O segundo sexo", uma análise da condição da mulher. É famosa sua frase: "Não se nasce mulher: torna-se mulher".

**1951** - OIT - Aprovada pela Organização Internacional do Trabalho em 19 de junho, a Convenção de Igualdade de Remuneração entre trabalho masculino e trabalho feminino para função igual.

**1960** - Surge o novo feminismo, em paralelo com a luta dos negros norte-americanos pelos direitos civis e com os movimentos contra a Guerra do Vietnã.

Sri Lank (Antigo Ceilão) - Sirimavo Bandaranaike (nascida em 1916) torna-se a primeira chefe de Estado.

**1963** - EUA - Betty Friedan (nascida em 1921) escreve "A mística feminina" que, juntamente com o "Eunuco feminino" - Germaine Green (nascida em 1939) apresenta uma crítica feminista do papel subordinado da mulher na sociedade. Mulheres norte-americanas, inglesas, italianas, ganham as ruas difundindo as ideias: "o privado é político, nosso corpo nos pertence".

**1964** - Brasil - O Conselho Nacional de Desportos - CND proíbe a prática do futebol feminino no Brasil. A decisão só foi revogada em 1981.

Instituída a obrigatoriedade do teste de feminilidade (exame cromossômico) nos jogos olímpicos de Tóquio. A intenção era impedir a invasão de atletas masculinos travestidos de mulher.

**1970** - Reino Unido - Aprovada a igualdade salarial.

**1974** - Argentina - Isabel Perón (nascida em 1931) torna-se a primeira mulher presidente.

**1975** - As Nações Unidas instituem o Ano Internacional da Mulher, após a Conferência do México de 1975. O Plano de Ação do México aprovou a Década da Mulher (1975-1985), definiu metas a serem atingidas nos dez anos seguintes para eliminar a discriminação.

Brasil - No Rio de Janeiro, um grupo de intelectuais, universitárias e donas-de-casa articulou comemorações que culminaram com a criação do Centro da Mulher Brasileira - CMB, primeira organização do novo feminismo. Em São Paulo, outro grupo de mulheres monta o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira - CDMB.

Brasil - Aparece o Movimento Feminino pela Anistia - MFA, unido à luta pela redemocratização do país. O MFA era presidido por Terezinha Zerbini, que teve o marido, General Zerbini, preso e perseguido após o golpe de 64. O Movimento foi retratado no Boletim.

**1976** - Brasil - Depoimento da estilista Zuzu Angel ao historiador Hélio Silva, sobre a morte do filho, Stuart Angel, nos porões da ditadura. Dois meses depois sofreu um acidente suspeito, que a vitimou.

Convenção Contra Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher – CEDAW. Os Estados que firmaram a Convenção, entre eles o Brasil, condenaram a discriminação contra as mulheres, em todas as suas formas. E concordaram em buscar, considerando todos os meios apropriados e sem demora, uma política adequada para combater as distorções. É o documento-base de todas as outras Convenções.

Brasil - Eunice Michilles, então representante do PSD/AM assume a vaga de Senadora, por falecimento do titular, tornando-se a primeira mulher a ocupar o cargo, no Brasil. Seu mandato, de 8 anos, terminou em 1987. Júnia Marise foi a primeira eleita para o cargo, em 1990.

Argentina - Chega ao auge a luta de um grupo de mães Las Locas de Mayo, como eram chamadas pela ditadura. Costumavam reunir-se diante da sede do Governo argentino para exigir notícias sobre seus filhos, vítimas de perseguição política, e netos. Muitas jovens foram presas grávidas ou junto com os filhos pequenos, sob a acusação de subversivas. "As mães da Praça de Maio" continuam mobilizadas, combatendo as violações dos direitos humanos na Argentina e em outros países latino-americanos.

**1980** - Islândia - Vigdis Finnbogadottir (nascida em 1930) tornou-se a primeira mulher eleita democraticamente presidente.

Brasil - Encontro Feminista de Valinhos, São Paulo. Recomenda a criação de centros de autodefesa, para coibir a violência contra a mulher. Surge o lema: "Quem ama não mata". Ganha fôlego o SOS-Mulher, que se traduziria, em seguida, na criação de delegacias especiais de atendimento à mulher.

Brasil - Instituído, pela Lei nº. 6.971, de 9 de junho de 1980, o Dia Nacional da Mulher: 30 de abril.

**1981** - Brasil - Cai o veto à prática do futebol feminino no Brasil.

**1982** - Brasil - Nas eleições diretas para os governos estaduais, o movimento de mulheres elabora uma plataforma feminista submetida aos candidatos. Recebeu o título de Alerta Feminista, que acabou virando uma tradição.

**1983** - Brasil - Criados em São Paulo e Minas Gerais os primeiros conselhos estaduais da condição feminina, para traçar políticas públicas para as mulheres.

Brasil - O Ministério da Saúde cria o PAISM - Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, resultado da forte mobilização empreendida pelos movimentos feministas no final dos anos 70 e início dos 80. O PAISM surgiu fundamentado nos princípios mais importantes do modelo de assistência: o da integralidade do corpo, da mente e da sexualidade de cada mulher.

**1984** - Brasil - A ginástica olímpica, quase exclusivamente praticada por mulheres, passa a fazer parte dos esportes olímpicos.

**1985** - Brasil - Surge a primeira Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher - DEAM, em São Paulo e, rapidamente, várias outras são implantadas em outros estados brasileiros. A Câmara dos Deputados aprova o Projeto de Lei nº. 7.353, que criou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

**1987** - Brasil - Criado o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro - CEDIM/RJ, a partir da reivindicação dos movimentos de mulheres.

**1988** - Brasil - É instituída no Rio Grande do Sul a primeira Delegacia para a Mulher. Outras, surgiram a partir daí.

Brasil - Por meio do Lobby do Batom, as mulheres brasileiras, tendo à frente diversas feministas e as 26 deputadas federais constituintes, obtêm importantes e significativos avanços, na Constituição Federal, garantindo igualdade a todos os brasileiros, perante a lei, sem distinção de qualquer natureza e assegurando que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações".

**1989** - Brasil - O Governo Collor tira a autonomia financeira e administrativa do CNDM, esvaziando o órgão.

Brasil - Em resposta ao desmantelamento do CNDM pelo Governo Collor, o movimento de mulheres voltou à luta e criou o Fórum Nacional de Presidente de Conselhos da Condição e Direitos da Mulher, uma instância de articulação política, logo reconhecida e legitimada.

**1990** - Brasil - O Fórum Nacional de Presidente de Conselhos da Condição e Direitos da Mulher conseguiu diversos avanços acompanhando as ações do Congresso Nacional, estando articulado com os movimentos de mulheres para encaminhamento de projetos de lei. Junto aos Ministérios, encaminhou propostas de políticas públicas. Mantinha contatos formais com agências especializadas, organismos e fundos das Nações Unidas.

Brasil - Júnia Marise é a primeira eleita para o cargo de Senadora, pelo PDT/MG.

**1992** - Brasil - Realizada no Rio de Janeiro a ECO 92 - Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável, que teve participação ativa das mulheres, no Fórum Global denominado Planeta Fêmea, na Agenda 21 e no Tratado da Convenção.

**1993** - Áustria, Viena - Conferência de Direitos Humanos de Viena. Repúdio e condenação veemente a todas as formas de violência contra as mulheres. Durante o evento, a violação de Gênero assume o mesmo estatuto que outras violações brutais dos direitos humanos como o genocídio, a limpeza étnica, as torturas, a discriminação racial e o terrorismo. É declarado que “Os direitos das mulheres e das meninas são parte inalienável e indivisível dos direitos humanos” e que “Os direitos da mulher são direitos humanos”.

Brasil - Assassinada Edméia da Silva Euzébia, líder das Mães de Acari, ao sair do metrô do Estácio. Ela liderava o grupo de nove mães que ainda hoje procura seus filhos, 11 jovens da Favela de Acari, no Rio de Janeiro, sequestrados e desaparecidos em 1990.

**1994** - Egito, Cairo - Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. As mulheres participaram ativamente, marcando sua presença e reivindicações nos documentos finais.

É aprovada a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, conhecida como a Convenção de Belém do Pará.

Brasil - Inicia-se a articulação das mulheres brasileiras para a redação do documento reivindicatório para a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Beijing, China, no ano seguinte. Foram realizados 91 eventos, envolvendo mais de 800 grupos femininos em todo o País.

**1995** - Brasil - Empossado, o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, reativou o CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, vinculado ao Ministério da Justiça,

que novamente é esvaziado em estrutura e status nos anos de 97 e 98 . Em 1999 começa uma reestruturação resultante de pressões do movimento feminista.

China, Beijing - Realizada a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher. Marcou o reconhecimento definitivo do papel econômico e social da mulher. Abriu os caminhos do futuro, consagrou todas as conquistas das mulheres, o princípio da universalidade dos direitos humanos e o respeito à especificidade das culturas.

O Município de Porto Alegre ratifica e se compromete com a implementação da Plataforma de Ação Mundial da Mulher – PAM, aprovada na 4ª Conferência Mundial da ONU , em Beijing, Igualdade, Paz e Desenvolvimento.

É instituído pela Lei Complementar 347/95, de autoria da vereadora Maria do Rosário Nunes, do PT, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, com caráter deliberativo sobre as políticas públicas para a mulher em Porto Alegre. O Fórum Municipal da Mulher é reconhecido pela Lei como órgão legítimo que elegerá dois terços do COMDIM.

**1996** - Brasil - Visando as eleições para prefeitos e vereadores, as mulheres se organizam em todo o País e, por meio do movimento Mulher Sem Medo do Poder, aumentam o número de vereadoras e prefeitas em todo o território nacional.

Brasil - O Congresso Nacional incluiu o sistema de cotas, na Legislação Eleitoral, obrigando os partidos políticos a inscreverem, no mínimo 20% de mulheres em suas chapas proporcionais (Lei nº. 9.100/95 - § 3º, art. 11), e a Lei 9504/97 eleva para 30%, sendo que para 1998 foi definido 25% das vagas.

É eleito o primeiro Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Porto Alegre, empossado em sessão especial na Câmara de Vereadores pelo Prefeito Tarso Genro.

Brasil - As mulheres ocupam 7% das cadeiras da Câmara dos Deputados, 7,4% do Senado Federal e 6% das prefeituras brasileiras (302). O índice de vereadoras eleitas aumentou de 5,5%, em 92, para 12%, em 96. As mulheres ainda são apenas 7,85% (82) dos deputados estaduais e 5,65% (29) dos deputados federais.

Porto Alegre – São eleitas seis vereadoras para a Câmara de Vereadores.

### **Fontes de pesquisa:**

Arquivo do COMDIM/POA - 2000

CEDIM/RJ- 1996

A política de cotas por sexo – CFEMEA/2000

**ANEXO II: ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADA**

## **ANEXO II: ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADA**

### **1. Dados de Identificação:**

Nome (Iniciais): \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Nível de escolaridade: \_\_\_\_\_

Estado civil: \_\_\_\_\_

Filhos: \_\_\_\_\_

Reside com quem \_\_\_\_\_

Tem familiares na cidade \_\_\_\_\_

Ocupação: \_\_\_\_\_

Renda familiar: \_\_\_\_\_

### **2. Dados da ocorrência:**

- Seria possível descrever o motivo que te trouxe na delegacia da mulher hoje? (Agressor, forma da agressão, traumas físicos e psicológicos, local, quem presenciou).
- Você já havia sofrido algum tipo de situação desse tipo? Quando? O que ocorreu?

### **3. Atendimento após a situação de violência:**

- Depois do ocorrido, você procurou ajuda? (Hospital, polícia, CRAM, familiares, amigos)?
- Você conhecia os serviços? Como ficou sabendo sobre os mesmos?
- Como foi o atendimento na Delegacia da Mulher? Quais foram os procedimentos realizados? (Boletim de Ocorrência, Medida Protetiva de Urgência, etc.)
- Alguém conversou com você sobre seus direitos legais?
- Foi oferecido a você algum tipo de proteção/abrigo?
- Você foi atendida por algum outro serviço de referência, tais como hospital, serviço jurídico, serviço psicológico? Como foi o atendimento?

### **4. Situação emocional:**

- Após a situação ocorrida, que sentimentos, emoções ou comportamentos você passou a experimentar? Como está hoje? (Choro frequente, dores de cabeça, alterações no sono e/ou no apetite, desejo de não viver mais, etc.).

- Qual foi a principal dificuldade que você passou a enfrentar após o ocorrido?
- O que fez para enfrentar suas dificuldades?
- O que faz atualmente para sentir-se melhor e lidar com o que está acontecendo?

#### **5. Rede social**

- Houve alguma alteração na sua rotina de vida por causa da agressão sofrida? Quais? (Lazer, atividade religiosa, encontros sociais, no trabalho, no círculo de amigos).

#### **6. Rede de apoio após a situação de violência vivida:**

- Alguém acompanhou você nos atendimentos nos serviços de referência? Quem? Por quê?
- Com que pessoa você pôde contar para conversar, buscar apoio e conselhos após o ocorrido?
- Você pode contar com mais alguém atualmente? Quem?
- Algum conhecido se afastou de você após a situação de violência sofrida?

#### **7. A rede de suporte familiar:**

- Qual foi a reação de sua família após a situação sofrida?
- Houve alguma mudança nas suas relações familiares após a ocorrência? Qual?
- Qual é a pessoa ou grupo de pessoas com quem você pode contar hoje para enfrentar a situação vivida?

#### **8. Genograma:**

- Como são as suas relações com a sua família de origem (pais, irmãos, tios, etc.)?
- Como é a relação com seus filhos?
- Você teve outras relações conjugais? Sofreu violência de outros maridos/companheiros?
- Já aconteceu a mesma situação que ocorreu contigo com outra pessoa da sua família? Com quem? Se sim, julga que isso aconteceu para a situação se repetir?

#### **9. Questões Finais**

- Se esta não for a primeira situação de violência, consegue identificar os fatores que a impedem de romper com o agressor?
- Como foi para você ter participado desta entrevista?
- Você gostaria de dizer mais alguma coisa?

**ANEXO III: TERMO DE CIÊNCIA DO RESPONSÁVEL PELO CAMPO DE  
ESTUDO**

### **ANEXO III: TERMO DE CIÊNCIA DO RESPONSÁVEL PELO CAMPO DE ESTUDO**

**Título do projeto:** A universalidade da violência contra as mulheres na sua singularidade: abordagens fenomenológico-existenciais sobre crimes de gênero em Umuarama/PR.

**Pesquisadora:** Renata Ortiz da Silva

**Local da pesquisa:** Delegacia Especializada da Mulher do Município de Umuarama – Paraná – Brasil.

**Responsável pelo local de realização da pesquisa:** Isabelle Freitas Rodrigues

A pesquisadora acima identificada está autorizada a realizar a pesquisa e coletar dados, preservando as informações referentes aos sujeitos de pesquisa, divulgando-as exclusivamente para fins científicos apenas anonimamente, respeitando todas as normas da Resolução 196/96 (Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos) e suas complementares.

Umuarama, PR, 18 de Março de 2018.

---

Isabelle Freitas Rodrigues

**ANEXO IV: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

#### **ANEXO IV: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**Título do projeto:** A universalidade da violência contra as mulheres na sua singularidade: abordagens fenomenológico-existenciais sobre crimes de gênero em Umuarama/PR.

**Pesquisadora:** Renata Ortiz da Silva

Eu, \_\_\_\_\_, Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistada e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulada **A universalidade da violência contra as mulheres na sua singularidade: abordagens fenomenológico-existenciais sobre crimes de gênero em Umuarama-PR**, desenvolvida por **Renata Ortiz da Silva**. Fui informada, ainda, de que a pesquisa é orientada pelos professores Dra. Teresa Joaquim, e Dr. Claudinei Aparecido de Freitas da Silva. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informada dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais, consiste em analisar a violência contra a mulher a partir dos relatos de mulheres atendidas na Delegacia da Mulher (DM) de Umuarama, no mês de maio de 2018. Fui também esclarecida de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semiestruturada, a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados serão feitos apenas pela pesquisadora e/ou seus orientadores. Fui, ainda, informada de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Umuarama, PR \_\_\_\_ de maio de 2018.

Assinatura da participante: \_\_\_\_\_

Assinatura e Carimbo da pesquisadora: \_\_\_\_\_